

JOSÉ ROBERTO SANT'ANA

***OCULTOS E
EXCLUÍDOS***

ENSAIOS SOBRE A HISTÓRIA
DE RIO CLARO NO SÉCULO XIX

2002 - RIO CLARO - SP

**Para
Samuel e Andréa**

"Pai nosso que está no céu, santificado
seja o seu nome, venha a nós o seu reino, seja feita a sua vontade, assim na
terra como no céu. O pão nosso de cada dia, nos dê hoje, perdoe as nossas
ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido. Não nos deixe
cair em tentação e livre-nos do mal".

ÍNDICE

Apresentação	
Abertura.....	
Tito: da pena ao chumbo.....	
O padre louco	
Dagama e os caminhos para a educação	
A pedagogia de Erasmo Braga	
Silva: cidadão do mundo	
Branços e negros	
Maçonaria na Terra de São João	
A sociedade secreta dos advogados: Bucha	
Educação, entre o real e o ideal	
O anticlímax da República	
Tempos modernos	
Anexos.....	
01) Contexto sócio-econômico para a História da Educação em Rio Claro	
02) Relação de escolas públicas para as primeiras letras em Rio Claro no século XIX	
03) Relação de aulas particulares em Rio Claro no século XIX	
Ilustrações.....	
Notas bibliográficas	
Bibliografia	

AGRADECIMENTOS

Fica registrado o agradecimento a Marília Martins Coelho pela orientação inicial sobre História da Educação e pela indicação do trabalho "Escolas Americanas de Confissão Protestante na Província de São Paulo", de Maria Lúcia S. Barbanti, referência básica dos presentes ensaios.

Cabe agradecer aos funcionários do Arquivo Municipal "Oscar de Arruda Penteadó" e Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga" pelo sempre pronto atendimento.

A Lincoln Magalhães agradeço pelo estímulo indispensável à realização do trabalho. Agradeço também ao professor Januário Sylvio Pezzotti pela consultoria verificada; a Silvia Rose Zanchetta pela paciente e orientadora revisão dos textos e, finalmente, a Humberto Carnahyba e Marcelo Bombonato pela assistência editorial.

APRESENTAÇÃO

Difícil e árdua missão a nós atribuída não fosse possível a distinção entre a pessoa do amigo e colega, jornalista José Roberto Sant'Ana, a quem sempre dedicamos consideração e respeito, do empreendimento realizado por ele e que, mergulhando profundamente na História de Rio Claro, apreende e pesquisa um rico período cultural, de 1820 a 1920, com seqüência até 1964, para efeitos conclusivos. Na verdade, de uma "história local rica e vigorosa e que estabeleceu alicerces fundamentais para a cultura paulista e nacional", o autor consegue preencher lacunas e demonstrar inúmeras exclusões de pessoas intervenientes em diversos processos fático-culturais do período assinalado.

O trabalho foge das raias do empirismo para se colocar no nível científico desejado, integrando personagens ocultos e excluídos, título da obra, no processo histórico rio-clarense, desde que estiveram ligados diretamente à nossa comunidade e às nossas realizações e que, por isto mesmo, não podem passar despercebidos para a presente e as futuras gerações. Atribui o autor, é certo, a omissão ou exclusão à falta de sistematização das ações de pesquisa, aos filtros ideológicos e afetivos e ao resgate de raízes familiares ou institucionais, ocorrências que restringiram os trabalhos históricos, de que se tem notícia, a obras incompletas, com lacunas agora preenchidas.

Ainda, não escapou das observações e análises do autor o aspecto político-ideológico do período estudado. Verifica que, no discurso liberal, "cultuado desde a Independência, e sua prática efetiva, há evidência de significativa distância", não se esquecendo de acentuar que o distanciamento, na verdade, é resultado e decorrente do antigo conservadorismo. O ideal e o real vêm esboçados, em suas linhas básicas, "no relato de como as idéias liberais refluíram na prática dos coronéis do café, que logo proclamada a República, imprimiram ao país uma política tão conservadora quanto a que combatiam".

Notável o estudo relacionado aos professores, aliás, sempre vítimas da classe política naquele momento dominante. E, neste passo, inevitavelmente, o trabalho nos remete a pensar e refletir sobre o momento presente, valendo a observação nossa de que as épocas merecem tantas quantas interpretações forem necessárias e pertinentes, porque nenhuma análise de períodos pode ter a força de eternidade ou imutabilidade, sob pena de se passar a cultivar um descabido processo ditatorial histórico-ideológico.

Com suporte neste raciocínio é que o autor, com bastante propriedade, trata da "Maçonaria na Terra de São João" e da "Bucha", sociedade secreta de advogados, com berço na Faculdade de Direito do Largo

de São Francisco, embora muito pouco conhecida até de cultas personalidades, cujas influências perduraram além e fora do seio universitário. Negros e Brancos, de outro lado, é temática que consubstancia um capítulo que trata, com coragem invejável, da questão racial nos tempos analisados.

Não esquece o autor, ademais, de salientar a influência liberal dos norte-americanos que, no Império, chegaram com propostas de Reforma Religiosa e nova pedagogia. Outrossim, não se esqueceu de tecer considerações sobre a importância da UNESP em nosso desenvolvimento sócio-cultural, da mesma forma que não deixou de analisar a importância de outras Casas de Cultura, inclusive, Museu e Arquivo e onde, por certo, as futuras gerações irão tomar conhecimento das inclusões e preenchimento de lacunas realizadas neste trabalho, que passa, sem dúvida, a integrar o patrimônio cultural de nossa comunidade, determinando uma marca histórica profundamente saudável sob o aspecto cultural.

“Ocultos e Excluídos”, bem como seu ilustre autor, passam a integrar, doravante, a galeria de obras e personalidades de importância histórica para a comunidade regional, estadual e nacional.

José Carlos de Carvalho Carneiro.

ABERTURA

A crônica histórica do município, há décadas, tem preservado importantes aspectos da formação e desenvolvimento de Rio Claro, longe, porém, de já haver delimitado um universo de pesquisas suficientes que esbocem o perfil já ocupado pelos agentes da cultura local quer a nível municipal ou nacional.

“Ocultos e Excluídos” busca sugerir temas e nomes relacionados a Rio Claro que possam vir a ser objeto de pesquisas capazes de garantir inclusões úteis à história e cultura das novas gerações. Os presentes ensaios recuperam de forma modesta e apenas indicativa traços de personagens que, não obstante tenham cumprido destacada biografia, encontram-se quase que excluídos da crônica tradicional.

A referida exclusão, é certo, prende-se à falta de sistematização das ações de pesquisa e restrição da área de interesse dos cronistas, estes, comumente limitados ao resgate de raízes familiares ou institucionais, campos mediados por filtros ideológicos e afetivos. Dessa forma, a natureza dos registros tradicionais implica na ocorrência de lacunas inexploradas e no fato de expressões importantes acabarem eclipsadas ou ocultas. Nada que não venha a ser superado com o tempo, pela hipótese otimista que sempre deve ser sustentada.

Apenas raciocínios simplistas, porém, podem menosprezar o que o trabalho voluntário ou amador produziu nos mais de cem anos de crônicas históricas no município. A herança legada por seus agentes é imprescindível para tudo o que se venha ainda a fazer. As costumeiras críticas à qualidade interpretativa daqueles materiais podem ser vistas como atemporais, além de subentenderem a pretensão de encontrar a história pronta.

A crítica atemporal desconsidera que interpretações são frutos de seu tempo; incorre, portanto, na limitação de criticar fatos ou relatos históricos do passado com base na maneira de pensar do presente, assim desconhecendo tempo e contexto particulares de cada época. Ação e pensamento devem ser tratados em suas particularidades originais para que a cultura tenha condições de manter-se sempre revigorada por interpretações cada vez mais abrangentes. Querer atribuir-se eternidade à interpretação de um tempo sobre outro equivaleria a uma ditadura ideológica, o que se pode afirmar sem risco de incorrer em pueris relativismos.

Ao considerar-se o tema da pesquisa histórica local cabe lembrar o promissor período entre as décadas de 1960 e 1970, quando Rio Claro contou

com a oportunidade de abrigar na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras o curso de Sociologia. A contribuição científica legada por aquele instante não encontrou, até hoje, nível de comparação. Obras importantes foram produzidas pelo antigo curso da FAFI e muitas delas encontram-se preservadas para gênese de novas pesquisas. Remanescentes da época chegaram a esboçar constrangimento pela falta de apoio que teria havido por parte dos poderes locais para que se conseguisse a manutenção do curso no município.

A criação do Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga" e logo após do Arquivo Municipal "Oscar de Arruda Penteado" são fatos que colocam Rio Claro no mapa de importância para historiadores de todo o País. Com tais iniciativas, o município recuperou parcela significativa do tanto que perdera com a transferência do curso de Ciências Sociais. Ressalta-se, no entanto, que ambas as instituições têm em seu currículo atribulados momentos de questionáveis interferências políticas nos rumos de suas diretorias. A história, no entanto, cumpre seu caminho.

"Ocultos e Excluídos" resulta de um desafio proposto pela atual Administração Municipal, atendido, em seus limites, com agradecida atenção. Buscar elementos ancestrais de itens eclipsados ou ocultos pela crônica comum foi a proposta, apreensivamente aceita, dada à dispersão de fontes. Relato sob a perspectiva de um governo que se atribui uma leitura democrático-popular do poder municipal, igualmente se propôs como o aspecto analítico do material a ser produzido.

Disperso para maiores atenções ideológicas, tanto quanto desinstrumentalizado para conteúdos sistematizados, este apreciador de textos históricos buscou corresponder ao saboroso convite respondendo com material de seu acesso cotidiano. O título "Ocultos e Excluídos", não obstante, pretende corresponder à intrínseca temática de uma virtual democracia-popular. Para tanto, apresenta, além de ensaios inéditos, breve reestruturação de temas trabalhados a título de graduação no curso de Pedagogia do Departamento de Educação da Unesp de Rio Claro e textos publicados pelo Jornal Cidade, aqui tratados com maior amplitude.

Em seu conjunto, a edição traz uma galeria de personagens que apesar de vinculados diretamente a Rio Claro são anônimos para a grande maioria. Na prática, a memória de um ou outro vive reservada a círculos afins. A oportunidade parece adequada para dar maior dimensão à existência desses personagens e entidades.

No que se refere a algum suposto fio condutor interpretativo que una os personagens dessa galeria ao longo do período histórico que vai de 1820 a 1920, com seqüência até 1964 para efeito de conclusão, intenta-se focalizar de forma genérica a questão liberal, tanto no país como no município.

A critério da disponibilidade investigativa do leitor encontra-se oferecido material para refletir-se sobre o quanto a prática liberal é na realidade a grande excluída do processo. Entre o discurso liberal, cultuado desde a Independência, e sua prática efetiva, há evidência de significativa distância. Saber da dimensão que separa uma coisa da outra é um exercício proposto. Independentemente de dimensionar tal distância, aqui, neste prólogo apenas, limita-se sua caracterização simplesmente como fruto de antigo conservadorismo. Ao longo da edição, o leitor é poupado de maiores aventuras discursivas que viessem a tentar convencê-lo da idéia. Trata-se não mais do que isso: uma idéia.

A referida distância, nada desprezível, para se dizer pouco, entre o ideal e o real, vem esboçada em suas linhas básicas no relato de como as idéias liberais refluíram na prática dos coronéis do café, que logo proclamada a República, imprimiram ao País uma política tão conservadora quanto a que combatiam. Tal prática sugere viva tradição.

Em outros textos irá se ver que os intermináveis e inócuos debates para suprir a educação nacional de alguma legislação moderna, em nada implicaram de útil para professores e alunos ao longo do século XIX. Os professores foram vítimas permanentes da classe política naquele momento, o que nos remete imediatamente a refletir sobre o presente.

Entre as biografias dos personagens da galeria apresentada, traços conflituosos serão encontrados com base na mesma evidência. Do contexto internacional, busca-se exibir através de Rio Claro no Império, a influência liberal dos norte-americanos quando aqui chegavam com propostas da Reforma Religiosa e nova pedagogia. Aquele emergente espírito liberal não encontrou curso reformista, prevalecendo o conservadorismo que finalmente desemboca, já no século XX, no golpe militar de 1964.

O texto "Tito: da pena ao chumbo" remonta aos desconhecidos primórdios da educação pública no município, com a instalação em Rio Claro do primeiro professor primário, Tito Correa de Mello, em 1845. O ano é importante, uma vez que marca a origem da autonomia administrativa do município, até então vinculado a Limeira e Piracicaba. A partir dali, Rio Claro viu constituído seu poder público civil com instalação da Câmara Municipal, à qual correspondiam os poderes Executivo e Legislativo.

Em meio a uma elite e povoada de analfabetos, Tito logo assume a função de redigir as atas das sessões da Câmara, o que significava inclusão na vida política. De rápida passagem pela atividade escolar, Tito transferiu-se para Botucatu, onde, por laços de casamento, tornou-se polêmico e violento coronel. Sua rápida biografia, no contexto vivido pelos demais professores que lecionaram no município, expõe de forma saliente a contradição de poderes entre educadores e proprietários de terras, além de ilustrar o obscurantismo civilizatório da ação coronelística em um país que ensaiava seus primeiros

passos rumo à modernidade. Cabe o agradecimento a Maria Antonia Gardenal Molon pela localização da crônica histórica sobre o primeiro professor.

Personagem fascinante é José Manoel da Conceição, conhecido como "Padre Protestante" ou "Padre Louco". Localizado pelos protestantes norte-americanos em Rio Claro na década de 1860, afastado da Igreja, ele tornou-se o primeiro ministro presbiteriano brasileiro. Foi responsável pela formação em Brotas do maior núcleo da Reforma Religiosa em sua época e pelo traçado através do qual os protestantes fizeram sua expansão por terras paulistas e mineiras. Conceição aspirava por uma religião nacional e popular. Vítima de uma saúde delicada, para a qual contribuía o estresse da discriminação, ele sofreu sob o estigma de louco. Apesar de sua memória ser respeitada entre protestantes, e alguns municípios com menor vínculo com sua história do que Rio Claro terem rua com seu nome, ele ficou excluído da crônica local. Os apontamentos sobre sua vida e obra foram possíveis através da disponibilidade da biblioteca do reverendo Nephtali Vieira Junior, ao qual registra-se o agradecimento.

João Fernandes Dagama, expoente missionário da Reforma no Brasil e pioneiro na fundação de escolas e templos presbiterianos no interior paulista, também tem sua memória eclipsada no município, onde encontra-se sepultado no cemitério evangélico. Os elementos básicos de seu projeto para crianças carentes encontram-se aqui relatados pelo ineditismo da proposta para aquela época. Seu trabalho como educador deixou frutos ao formar gerações de reformadores do ensino, entre os quais encontra-se Erasmo Braga, também rio-clarense distanciado da memória tradicional. Nas primeiras décadas do século XX, Braga desempenhou papel importante junto à Associação Brasileira de Educadores, entidade que preconizou os rumos do ensino moderno no País. Algo de suas atividades vem registrado aqui.

Em "Silva: cidadão do mundo", inverte-se a rota migratória para apresentar o perfil de um brasileiro que deixa seu país em busca de oportunidades nos Estados Unidos. Ele é Silvino da Silva que, após haver passado a infância trabalhando no açougue do pai em Rio Claro, cumpriu longa trajetória profissional pelos quatro cantos do mundo, tornando-se bem sucedido no comércio internacional. Testemunha da ascensão norte-americana à condição de maior potência do pós-guerra, Silva viveu o período em que o agressivo liberalismo norte-americano lançou as bases da maior economia da modernidade. Em rápida passagem de seus relatos, quando, mais tarde, viajando pelos interiores do Brasil, é sintomática sua percepção da carência nacional para a ética nos negócios privados. Seu trajetória profissional é útil para contrastar o desenvolvimento da tecnologia mundial da época com a de um Brasil limitado ao extrativismo para exportação de matérias-primas. A autobiografia de Silvino tornou-se acessível por indicação de Néelson Anunciato, motivo do presente agradecimento.

“Branco e Negro” repassa itens do brasilianista Warren Dean, autor do mais importante trabalho sobre Rio Claro no período que vai do Império à Primeira República. Ali busca-se assinalar de maneira breve os conflitos em torno da Abolição. O registro torna-se pertinente pelo fato de a cultura negra ser uma das grandes excluídas da história, problema advindo desde o fato de sua característica oral, que pouco ou nada deixou escrito. De origem jornalística, o texto limita-se a comentar as datas de 13 de Maio e 20 de Novembro, significativas para a comunidade negra. No contexto liberal, a escravidão é o momento máximo do conflito entre idéias de igualdade civil com a prática violenta de discriminação racial. Com exceção de nomes isolados, como o de José Bonifácio de Andrada e Silva, o proposto liberalismo nacional não incluía rever a situação escrava. Isto não foi diferente em Rio Claro, mesmo depois da Abolição, passada a fase do idealismo libertário dos abolicionistas.

Um dos pilares básicos do liberalismo internacional, apesar de leituras a ela refratárias, a Maçonaria foi um dos grandes expoentes da modernidade, em especial no século XIX. Não obstante seja expressiva a literatura internacional sobre seu histórico papel, os pesquisadores brasileiros mostraram-se displicentes em relação ao tema. O atual caráter discreto da instituição, anteriormente secreto por questões políticas, não parece justificar a lacuna mencionada. Isto porque as pesquisas reivindicadas poderiam tratar não das atividades internas da Maçonaria, algo a lhe ser reservado, mas sim das conseqüências de sua ação social, externa. Quanto a isso, as referências são clássicas, indo dos livros escolares a enciclopédias comuns. Fica aqui o agradecimento ao educador José de Campos Chagas, em memória, pela sinalização de dados elementares para desenvolvimento do tema. Quanto à fase do anticlímax pós-republicano são levadas em contas críticas às sociedades secretas, cujo corporativismo se indisporiam, por natureza, ao liberalismo democrático. Sobre este item, o texto recorre ao filósofo Olavo de Carvalho, segundo o qual, antes de contradição, haveria, no caso, coincidência de objetivos.

Já na esfera da fantasia, elemento que deve ser incorporado aos estudos históricos, registra-se, a título de curiosidade, a legendária sociedade secreta dos advogados, a “Bucha”. Seu vínculo a Rio Claro seria exclusivamente referência feita ao senador Vergueiro, que além de fundador do município e um dos primeiros advogados de São Paulo, foi diretor da faculdade onde teria existido a “Bucha”. Os apontamentos sobre a “Bucha” são feitos com base em pesquisas do ex-membro da Academia Brasileira de Letras e ex-diretor do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Gustavo Barroso. Excluído maior da literatura, Barroso tem seus livros proibidos por pregarem virulento anti-semitismo. Sua perseguição aos judeus e aos maçons é avaliada hoje como fruto de sua política interna no Partido Integralista, de natureza fascista. Barroso teria pretendido polemizar nacionalmente um tema que o levasse à condição de chefe supremo dos integralistas, cargo ocupado por Plínio Salgado. Tal intolerância mobilizou longos debates no país. Resta lembrar que Rio Claro

foi uma das mais importantes bases do Partido Integralista, do que, provavelmente, pode ter herdado algo de seus traços conservadores.

Em "Tempos Modernos", a edição fica completa ao pontuar elementos da tese de doutorado "Poder local: aparência e realidade" da cientista social Neusa Costa Davids. Em pesquisa realizada no município entre 1959 e 1968, ela historia a vida política local do Império ao Golpe Militar de 1964. Ela desfila o tradicionalismo do poder local através das figuras do coronel rural, depois coronel urbano, para chegar ao político de clientela dos anos 1960. A obra de Davids é destacada como herança científica legada pelo curso de Ciências Sociais da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro.

"Ocultos e Excluídos", até pelo próprio nome, reduziu sua área de cobertura a elementos contraditórios dos poderes dominantes da época: o Império e a Igreja. A historiografia oficial já cumpre, nem sempre com a aplicação desejada, seu papel de reportar a importância de ambas as instituições tanto para o país quanto para o município. É certo, porém, que um olhar nem muito necessariamente atento irá contribuir para localizar, em uma ou outra, elementos exigindo pesquisas.

Ao longo desta trajetória, Rio Claro foi um pólo de grandes transformações, cuja memória depende de resgate e exposição para preencher lacunas e reverter exclusões, as quais, infelizmente, ainda retiram densidade de uma história local rica e vigorosa que estabeleceu alicerces fundamentais para a cultura paulista e nacional.

CAPÍTULO I

TITO: DA PENA AO CHUMBO

Rio Claro passou a integrar o sistema oficial de ensino, em 1843, com a vaga da cadeira nacional de primeiras letras sendo provida um ano depois.

Sobre a condição social dos professores de meninos na região do antigo Oeste Paulista, no período anterior àquela data, diz Zulmiro Ferraz : "Quase sempre eram mumbavas (agregados), espécie de parasitas ou sombras dos abastados, os que ensinavam nas fazendas e até nas cidades".

O panorama educacional da época é assim descrito por José Romeu Ferraz: "A meninada era em número considerável. E, a não ser os que aprendiam em casa com os pais, o resto crescia analfabeta, vagabunda. Ajudavam os pais nas roças vizinhas e outros trabalhavam nos balcões". (01)

Segundo ele, a escola de primeiras letras local resultou de reivindicações da comunidade ao poder municipal, centrado em Piracicaba.

"Constituição (Piracicaba), recebendo o ofício assinado pelo Juiz de Paz, que interpretava os desejos dos são-joanenses (rio-clarenses), criou a escola no dia 4 de março de 1843 que, no entanto, só foi provida em 7 de fevereiro de 1844, tendo como regente o professor Tito Correa de Mello. O mestre era respeitadíssimo e percebia a avultada soma de 20 mil réis". (02)

Em "História de Rio Claro", uma das raras referências sobre a atividade do professor em sala de aula, o cronista refere-se ao que a tradição manteve sobre Tito: "Lecionava das 10 às 15 horas e, ao meio-dia, dava 30 minutos de folga aos alunos. Na aula, mestre Tito franzia o olho e, ao menor ruído, apontava a célebre Santa Luzia, que espreitava os discípulos, dependurada à porta. Diz a tradição que a lição de tabuada aos sábados era uma grossa festa. Nesse dia as aulas terminavam à uma hora, e nas últimas horas o professor ensinava Aritmética. Os meninos, numa toada sonolenta, declamavam, em voz alta, o dois e dois são quatro, dois e três são cinco". (José Romeu Ferraz, 1922).

A permanência do primeiro professor público na conhecida Vila de São João foi curta. Não chegou a quatro anos. O jovem mineiro Tito, ao longo de

sua vida em terras paulistas, morou em São Paulo, Itu, Itapetininga e Botucatu, onde faleceu na passagem para o século XX.

No tempo em que ele esteve em Rio Claro, conseguiu destaque na vida política. Logo tornou-se integrante da "roda graúda". A comunidade vivia intenso momento de transição na legislação para o ensino, naquele instante tendo a esfera estadual regulamentada pela Lei 1846.

Por decorrência de processo deflagrado em 1843, a Freguesia de São João era elevada à categoria de Vila, em 1845. Assim, desmembrava-se de Limeira, à qual estivera vinculada pela Lei de 8 de Março de 1842 que a tornara município. O fato polarizava as questões políticas. (03)

Na separação administrativa dos municípios, Tito Correa de Mello representou os chefes políticos locais na solenidade realizada em Limeira (04). Tanto é, que foi procurador do líder rio-clarense José Estanislau de Oliveira, Barão de Araraquara e depois Visconde do Rio Claro, que na seqüência assumiu a presidência da Câmara Municipal.

O órgão concentrava, conforme foi até depois da República, os poderes administrativo e legislativo da recente Vila. As primeiras atas da Câmara Municipal foram registradas e assinadas pelo professor. Por ser uma pessoa letrada, algo raro naquele momento, ele acabou encarregado de redigi-las. (05)

Os comandantes da política de Rio Claro evitaram comparecer à solenidade em Limeira porque o episódio da separação deixara, na trilha das disputas, ânimos acalorados e mútuas acusações.

Já em 1847, o jovem Tito deixava Rio Claro. Casado com a filha de José Gomes Pinheiro, seguia para Botucatu com o objetivo de cuidar das terras do sogro. Ali imprimiu seu nome na história de maneira polêmica e violenta. O período que vai de sua chegada à sua morte tornou-se conhecido em Botucatu como a Era do Capitão Tito.

Eleito várias vezes deputado, Tito comandou a política da região com mão-de-ferro, impondo sua vontade absoluta. Dele diria Moraes Barros, em 1884, na Assembléia Provincial (Assembléia Legislativa): "É chefe político muito obedecido em Botucatu; ele é o centro único, é o único pensamento diretor do seu partido, lá não há ninguém que possa lhe opor, não só em política, como em todos os negócios". (06)

O jornalista Rangel Pestana escreveu no jornal "A Província de São Paulo" ("O Estado de São Paulo"): "Desde o Juiz de Direito até os suplentes de Juiz Municipal e subdelegados, todas as autoridades da Comarca são nomeadas mediante consulta feita ao chefe liberal".

Sebastião Almeida Pinto, no livro "No Velho Botucatu", anotou: "No tempo do Capitão Tito, o regime era o da madeira. O pau comia de verdade. Para uns, Tito era um bom homem, um grande chefe. Para outros, era truculento, vingativo e perigoso. Entretanto, um fato é inegável, o Capitão Tito foi um homem inteligente, dono de boa cultura e muito caritativo. Era mesmo considerado o pai dos pobres, aos quais socorria com dinheiro e com seus conhecimentos de medicina". (07)

Tito construiu sua casa, que os adversários tachavam de fortaleza, sobre pequeno morro, ainda recentemente próxima ao ginásio esportivo ferroviário. Ao redor se concentravam as casas de seguidores, capangas e escravos.

A superstição local dizia que ele tinha o poder de comandar abelhas e vespas através de uma maneira especial de assobiar. Disso fazia uma arma contra inimigos ou para assustar inoportunos.

Há registros de ressentimento por parte de Tito por não haver conseguido patente superior à de capitão da Guarda Nacional. Alguns ofereceram a explicação de que o imperador sempre se recusara a assinar promoções para quem ganhara fama de prepotente ou de inspirador da morte ou da expulsão de magistrados que não satisfizessem suas imposições.

Hernani Donato traz inúmeros relatos da polêmica vida política do ex-professor de Rio Claro. Conforme registra, na Assembléia Provincial e na imprensa paulistana, Botucatu e Tito foram motivo de escândalos em 1884. Em tumultuadas sessões, em fevereiro, o Deputado Moraes Barros, da tribuna, denunciava: "Há na Província uma comarca populosa e sem importância que tem sido posta fora da lei: a de Botucatu. Há ali uma causa perturbadora da administração da justiça, que impede a permanência dos juizes que procuram conservar a independência e isenção de espírito que deviam revestir todos os magistrados."

Dois jornais liberais - "O Diário de São Paulo" e a "Tribuna Liberal" - tentavam esvaziar as denúncias usando de ironia e alegando falta de provas suficientes. Eram jornais favoráveis a Tito e seus correligionários. No "A Província de São Paulo", nomes de destaque da política e do jornalismo como Rangel Pestana e Ezequiel Freire fulminavam o procedimento do deputado por Botucatu, apontando-o como megalomaníaco.

Ezequiel Freire assinou, no dia 18 de fevereiro, longo artigo onde resume o discurso de Moraes Barros: "Lamenta ele a impunidade em que vivem até hoje os autores dos atentados praticados pela horda, contra o juiz de direito Ernesto Xavier, contra o juiz municipal Marcelino de Carvalho, contra o Dr. Barros Barreto, contra o Dr. Rocha, assassinado, e contra muitos outros".

No mesmo artigo é assinalada a declaração: "Botucatu, por causa desses mandões, não tem a justiça garantida, nem tem crédito rural; não há caixeiros que vão lá proceder a cobranças, porque seriam logo colocados na alternativa de fugir ou morrer. O Banco de Crédito Rural não empresta dinheiro a fazendeiros de Botucatu porque lá não existe justiça, mas arbítrio e garrucha; não há advogados que aceitem o patrocínio de causas naquele foro, de medo de serem expulsos ou assassinados". Termina denunciando "a tentativa de assassinato de que foi vítima no dia 7 do corrente o atual promotor Christiano Ritti".

Além de mortes, ferimentos e expulsões, o relato sobre Tito provocou estupefação na Assembléia ao registrar a invasão de Botucatu para expulsar um juiz e um promotor, com 50 homens armados, entre eles escravos portando foices. Ladeado por três filhos, o capitão tomou a cidade e a manteve sob medo. Os visados haviam abandonado o local duas horas antes.

Em uma das tumultuadas sessões da Assembléia (Legislativa), no dia 4 de março daquele ano, Tito se defende na tribuna. Dá mostra de inteligência, habilidade, provoca risos ao ridicularizar seus oponentes. Ameaça Silveira da Motta de tomar vingança "olho por olho". No dia seguinte, quando seus adversários voltam às denúncias com documentos e provas, ele deixa de comparecer, alegando que se defenderia pela imprensa. Não há registros da seqüência dos debates. A bancada liberal fez o jogo do parlamentar.

O governo não demonstrava propósitos de molestar o denunciado, nem mesmo quando mandara para lá um juiz apresentado como neutro, o Dr. Estevam José de Siqueira "porque esse juiz era protegido e amigo particular do Conselheiro Martim Francisco que também protegia Tito de Mello". Moraes Barros dizia manter suas denúncias por questões de consciência, mas sem esperanças de justiça. Chegou a relatar que, quando o Ministério da Justiça mandou processar Tito, isso não foi possível, pois "as autoridades locais em Botucatu são, por exemplo, primeiro suplente de juiz municipal, um cunhado do Sr. Tito de Mello; segundo suplente, um filho do Sr. Tito de Mello".

O século XX encontra o capitão mandando, porém entrando em decadência. Sebastião de Almeida Pinto, também no livro "No Velho Botucatu", narra o assassinato do cabo eleitoral dos adversários de Tito, o Joaquim de Freitas, vulgo Quinzote, em dia de eleição, na estrada próxima de Bocaina: "Capitão Tito reuniu seu estado maior, confabulou, traçou planos e mandou uns cabos de confiança, chefiando capangas, dar um susto nos eleitores. Espantou-os. Coisinha de nada. Umas porretadas, umas cachuletas e, no máximo, uns tirinhos para o ar". Porém mataram Quinzote. Tito ganhou a eleição. Mas não adiantou. Parece que o sangue do Quinzote trouxe um azar tremendo. O velho chefe, desde a morte do rapaz, entrou numa decadência sem fim. E acabou, como dizem, obscuramente. Num ostracismo completo. Velho. Cego. Desprestigiado.

CAPÍTULO II

O PADRE LOUCO

José Manoel da Conceição é o nome mais importante que um brasileiro tem registrado nas origens da Reforma Religiosa em sua versão nacional. A difusão protestante no País, feita em português por uma pessoa aqui nascida, começou exatamente por ele. Peregrino que foi, conhecido e respeitado pelos moradores dos então sertões paulista e mineiro, ele abriu de maneira lendária as trilhas pelas quais os presbiterianos norte-americanos, logo a seguir, cuidaram de difundir e organizar o protestantismo na maior parte da América do Sul.

A história de Conceição é arrebatadora, cheia de conflitos característicos do grande momento de transformação pelo qual o Brasil passava. Ele nasce no ano da Independência, vive durante a chegada dos primeiros imigrantes e a emergência das idéias republicanas, patrocinadores de contradições entre segmentos conservadores e liberais.

A peregrinação decisiva de José Manoel da Conceição começa a partir de seu ostracismo em Rio Claro. Ele vivia em uma chácara às margens do rio Corumbataí, onde fora procurado pelos pioneiros presbiterianos instalados no Brasil, Blackford e Simonton. Dali seguiram-se 14 anos de intensa atividade religiosa e paixão que lhe deram a pejorativa fama de "O Padre Louco".

Seu fim foi dramático. Morreu como anônimo, indigente e agonizante em uma noite de Natal, sozinho em uma enfermaria militar na periferia do Rio de Janeiro. Por haver sido padre julgado como herege e, por isso, excomungado da Igreja, ao saber de seu sepultamento em cemitério católico, o bispo do Rio de Janeiro, D. Lacerda, teria tentado, sem sucesso, que os despojos de Conceição fossem exumados e retirados do local. Não o teria conseguido por influência de Saldanha Marinho, expressivo político anticlerical da época. Hoje seus restos mortais encontram-se no Cemitério Evangélico de São Paulo.

Em seus últimos momentos, Conceição foi atendido pelo diretor da enfermaria militar, major Fausto de Souza, que, pela rara impressão vivida no episódio, tornou-se mais tarde biógrafo do chamado "O Padre Louco". É a partir de tais registros, a que nem todos historiadores teriam tido acesso, e outros tantos documentos da memória presbiteriana que pesquisadores como Temudo

Lessa e Júlio Andrade Ferreira conseguiram traçar o perfil e história de Conceição. A fonte básica daquelas pesquisas encontra-se no trabalho do historiador Boanerges Ribeiro, obra da qual são alinhados os presentes registros.

Precursor nacional das teses reformistas, em um país que as desconhecia, ainda no século XIX, Conceição as nutriu de maneira espontânea, intelectualmente quase as desconhecendo por falta de acesso a informações sobre atualidades do mundo. Só a contar do encontro com os presbiterianos é que suas aspirações ganharam forma sistematizada por influência da organização da cultura protestante.

Apesar de sua vinculação presbiteriana, Manoel da Conceição, porém, nutriu ainda uma concepção particular do reformismo religioso, o que ao final da vida causou-lhe dissabores. Entre ele e os americanos acabou-se verificando um desencontro de métodos, cuja decorrência implicou em seu quase auto-exílio em meio aos companheiros de origem puritana. Ele optou pela solidão das estradas, enquanto os americanos pautavam-se pelo espírito organizador. Conceição era um pioneiro, dedicado a abrir caminhos e ultrapassar fronteiras. Os americanos buscavam estruturar e consolidar as posições conquistadas por ele. Da mesma forma, se os americanos operavam com um padrão cultural moderno a ser implantando em terra estranha, Conceição almejava por uma reforma que brotasse de sua própria terra natal, correspondente à cultura simples de sua gente.

O jornal "Imprensa Evangélica" publicou entre 1880 e 1881, três anos após a morte de Conceição, diversos artigos nos quais o peregrino esboça suas idéias a respeito do assunto. Quanto à evangelização, parece que ele não desejava o estabelecimento de uma igreja protestante transplantada de outra raça, outra cultura, diversas tradições e temperamento, mas um movimento profundo de reforma nos sentimentos e experiência religiosa do povo, aliado ao esclarecimento bíblico, que tornasse possível a criação de um cristianismo brasileiro puro e evangélico, mas enraizado nas tradições e hábitos populares. (Boanerges Ribeiro, 1950)

"Se queremos imprudentemente comunicar a homens sem preparatório algumas verdades que lhes são absolutamente incompreensíveis, não promoveremos, assim, a ilustração. Ilustrar é conduzir o homem pensador à meditação, para fazê-lo valoroso, e capaz de poder por si mesmo descobrir a verdade que lhe comunicamos. Eu respeitarei a religião do ignorante, a fé daqueles que não têm tantas ocasiões de conhecer e venerar a Deus de um modo mais digno", defendeu o peregrino em um de seus raros textos.

Vida e obra

Nascido em São Paulo em 1822, José Manoel da Conceição, desde menino, foi criado em Sorocaba por um religioso identificado como Padre

Mendonça. Sempre foi considerado bom aluno. Em relatos autobiográficos, ele diz que começou a ler a Bíblia com 18 anos, logo notando contradições entre o que lia e o que via praticado pelos católicos de sua época.

Foi em Sorocaba, na Fábrica de Ferro Ipanema, que manteve os primeiros contatos com imigrantes ingleses, junto aos quais se dizia impressionado pela cultura religiosa. Tais impressões acabaram ampliadas e confirmadas na convivência seguinte com alemães instalando-se no interior paulista, o que lhe facultou estudar Alemão, História e Geografia pela disponibilidade de livros por eles trazidos ao Brasil. Questionando seus preconceitos em relação aos protestantes, ele passou a considerar consigo, "quem sabe se eles são mais religiosos do que nós, visto que são também mais civilizados do que nós?" Então ele tinha 20 anos.

Seu comportamento independente e questionador já lhe havia suprido de adversários. Tanto assim que, sua ordenação a padre foi suspensa pela instauração de processo. Era visto com desconfiança pela convivência com protestantes. Em 1844 foi finalmente ordenado. Futuramente iria admitir, "a leitura da Bíblia e minhas relações com os protestantes fizeram de mim um mau candidato, e, mais tarde, péssimo padre romano".

Como padre resistente à hierarquia, acabou solitário e permanentemente transferido de uma cidade para outra. Era a cautela adotada pela Igreja para evitar a disseminação de sua influência. Sua carreira teve início em Limeira, onde logo de início rompe com procedimentos tradicionais. Faz os deveres de padre sem cobrar e conversa com os estrangeiros em suas próprias línguas. Seus sermões cheiram a heresia.

Desta época data o apelido de "Padre Protestante". Por consequência das seguidas transferências determinadas pelos bispos, percorreu quase todo o interior paulista. Eis aí um dos pontos principais de sua vida, conforme nota Boanerges Ribeiro. "Sem que o percebessem, os bispos de São Paulo traçavam o itinerário da Reforma em sua diocese". Com isto o historiador quer dizer que, depois de percorrer grande parte do território paulista como padre, quando pregador protestante, convertido mais tarde, Conceição voltaria a fazer o mesmo roteiro. Por onde houvera passado havia deixado amigos e admiradores, sendo-lhe promissor o terreno para a difusão da Reforma.

Ainda padre, para cuidar de doentes, passou a estudar livros de medicina em livros que conseguia com estrangeiros. Enquanto isso, os endereços para suas transferências se sucediam. Passou, entre outros lugares, por Monte Mor, Piracicaba, Santa Bárbara, Taubaté, Sorocaba, Limeira, Ubatuba e Brotas. Ele insiste em indicar a leitura da Bíblia, algo que não devia ser recomendado às pessoas que não fossem membro do clero.

Desta época vêm os problemas de saúde que o acompanhariam toda a vida e o levariam à morte. Os registros de sua biografia não são claros quanto

ao tipo de problema enfrentado. Referem-se tão somente a "problemas de nervo" ou "saúde". Ele pede para deixar a paróquia de Brotas, ao que o bispo D. Sebastião Pinto do Rego contemporiza. Torna-o delegado sem funções sacerdotais. Conceição concorda, compra uma chácara em Rio Claro, à margem do Corumbataí, onde procura viver isolado e da lavoura. Tinha por volta de 40 anos.

Por essa época tem início a nova fase da vida de Conceição. No Brasil já se encontrava o pioneiro norte-americano presbiteriano Blackford, iniciando a saga de sua pregação nos trópicos. Em sua primeira viagem ao interior paulista, em 1863, em Rio Claro, alguém lhe fala do estranho padre católico que orientava as pessoas a lerem a Bíblia. Com a ajuda de um amigo, Blackford dirige-se à chácara de Conceição. Era princípio de novembro. Dava-se ali o encontro que iria mudar muita coisa na história da religião no Brasil.

"Foi uma visita agradável. Tem as maneiras de um perfeito cavalheiro", observaria Blackford, só mais tarde, quando o nome de Conceição iria tornar-se famoso em meio aos protestantes. Mas naquele início de novembro, o norte-americano não percebeu exatamente que acabara, na verdade, de encontrar o homem que iria abrir o caminho da Reforma a partir de São Paulo e Minas Gerais. Simpatizou-se com ele, apenas. Em seu diário, ao falar dessa viagem ao interior, Blackford nem menciona Conceição. O faz meses depois.

As impressões do encontro foram mais amplas por parte de Conceição. Diz ele em seus registros: "Contemplava, um dia, em minha janela, o gado que pastava à margem do Corumbataí. Aproximaram-se da minha humilde habitação dois cavaleiros. Um deles conhecia eu de longa data; o outro, porém, pareceu-se belo como a estrela d'alva em uma manhã. Era um pastor evangélico. Já lá vão dois anos que isto aconteceu. Minha situação era singular. Todas as cordas que me haviam prendido ao meu velho mundo se tinham relaxado. Levantava os meus olhos aos montes, procurando donde me viria o socorro, porque por muito tempo fora peregrina a minha alma. O meu socorro veio do Senhor. O pastor amigo chegou no momento próprio esperado; antes ou depois o plano teria sido desconcertado. Rápida foi a nossa entrevista. Uma grande aliança se tinha contratado, uma eternidade de gozo inundava a minha alma".

Em maio do ano seguinte, 1864, Conceição foi visitar Blackford em São Paulo. "A semente lançada na terra brotava. Uma retribuição de visita me aproximou por meu turno daquele pastor", fez registrar Conceição, que ficou dias em São Paulo. Ali diz haver entendido que não poderia continuar sendo padre. Assim, decide "estudar as doutrinas reformadas no sossego da chácara" e enfrentar o destino da ruptura com a Igreja, decisão que oficializa em setembro de 1864. Com Blackford segue para o Rio de Janeiro, para encontrar o outro pioneiro protestante no Brasil, Ashbel G. Simonton.

Logo a seguir, batizado como presbiteriano no Rio de Janeiro, Conceição abria caminho para sua odisséia de peregrinações reformistas. Sua rota começa por onde ele havia encerrado a carreira como padre: Brotas. Pelo amplo círculo de conhecidos e admiradores, Conceição torna o município o primeiro núcleo protestante no interior e o maior do Brasil naquele momento. São Paulo e Rio eram bases de Blackford e Simonton.

Ganha atenção o fato de Brotas, em pleno sertão, haver reunido adeptos evangélicos, uma vez que é tradicional característica dos povos de fronteiras a displicência. A explicação é dada pelo trabalho anterior de Conceição, ao qual o historiador Boanerges Ribeiro procura acrescentar: "Ao lado disso (trabalho do padre), não eram como os aventureiros que hoje pululam nas fronteiras, ávidos de dinheiro, de distração violenta e de prazer. O ritmo de vida era lento, os homens vinham com a família, e vinham para ficar; a falta de distração tornava mais impressiva a prédica e a leitura da Bíblia". Some-se ao fato, também, a distância do local à sede episcopal.

Brotas entrara no mapa evangélico. A presença dos pioneiros norte-americanos ali, era constante, com realização de cultos cada vez reunindo mais adeptos. Enquanto isso, em Rio Claro, também base protestante, a influência da Reforma dava-se especialmente através dos imigrantes alemães instalados nas fazendas de café desde 1856. Na falta de assistência religiosa luterana, eles contavam com o apoio de Schneider, presbiteriano de origem alemã naturalizado americano. Em 1865, os protestantes locais já haviam conseguido instituir local para culto e cemitério próprios, uma vez que lhes era vedado o sepultamento na área interna do cemitério católico.

Curioso registro remete a fato ocorrido no município a 21 de outubro daquele ano. Sem maiores detalhes, Blackford deixou em seus escritos. "Sábado, 21, chegamos a Rio Claro. Schneider estava ausente. Avisamos o maior número possível que teríamos culto no domingo. Veio apenas uma pessoa, um alemão; e este tão embriagado, que sua presença tornou o culto impossível".

Em 13 de novembro daquele ano é fundada a igreja presbiteriana de Brotas. "A reunião em que aquela igreja foi organizada teve lugar em uma rude choupana, feita de estacas ou vigas enterradas no chão e coberta de grama", relata Blackford, certamente desconhecendo o termo "sapé". O mês de março de 1865 é grande para os presbiterianos. Na data foi realizado o primeiro Presbitério, reunião dos representantes das igrejas existentes, e, muito em especial, a ordenação de Conceição. Ele torna-se dessa maneira o primeiro ministro presbiteriano brasileiro.

Já ministro, o ex-padre deu início à legendária peregrinação. Entre idas e vindas pelo Sul, Norte e centro do interior paulista, alcançando o interior também do Rio de Janeiro e Minas Gerais, ele passava com freqüência por: Cotia, Una, Piedade, São Francisco (então bairros de São Paulo), para seguir a

Itu, Sorocaba, São Roque, Faxina, Porto Feliz, Capivari, Piracicaba, Rio Claro, Brotas, Itaqueri da Serra, Limeira, Campinas, Bragança, Atibaia, Juqueri, Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Aparecida, Queluz, Caraguatatuba, Ubatuba, Parati, Rezende, Barra Mansa, Piraí, Copacabana, São Cristóvão, Cascadura, Noxarandaba (?), Macacos, Serra, Ouro Fino, Borda da Mata, Lorena, Pouso Alegre e Sant'Ana do Sapucaí, Santa Isabel, Nazaré, Santo Antonio da Cachoeira, Campanha, Caldas etc.

Os problemas de saúde, suas crises nervosas, infligiam-lhe castigo, explorado popularmente sob a mística de loucura. Simonton chegou a registrar em seu diário que chegava a parecer que a morte seria um alívio para Conceição. Seu sucesso, no entanto, era notório. O estilo "muito moderno" da pregação americana não tinha o alcance do carisma do brasileiro. "As portas ter-se-iam de abrir com o método menos espetacular de Conceição", comenta Boanerges Ribeiro.

Segundo o historiador, "trabalho de prédica a auditórios, maiores ou menores, podia dar certo, até certo ponto, em capitais, onde as condições culturais eram melhores". Para aquele momento, o que mais se necessitava, garante Ribeiro, era despertar o interesse das pessoas, não com oratória, mas por impressão pessoal". Era a hora "da luta árdua e exaustiva das estradas, de fazenda a fazenda, o contato pessoal e direto com a pessoa evangelizada; a oração de joelhos nas salinhas de chão batido e, sobretudo, o poder tremendo de um homem possuído do Espírito Santo e disposto a matar-se pregando a cada família em particular, de casa em casa, de indivíduo a indivíduo, de alma a alma". Esta foi, pois, a obra de Conceição.

O ex-padre era visto nas estradas, empoeiradas, com um livro debaixo do braço indagando dos que encontrava se eles sabiam que eram pecadores e que Jesus veio ao mundo e morreu para salvá-los. Era tido por muitos como o anticristo e por outros como louco. Alguns tinham arrepios e empalideciam ao verificarem o encontro com o suposto anticristo, e outros, a despeito disso, eram curiosos, queriam vê-lo. Não raro, era atacado, humilhado e apedrejado.

Uma vez, em São Paulo, Conceição toma conhecimento que fora excomungado, em matéria no "Correio Paulistano" a 23 de abril de 1867. Ele prepara cuidadosa resposta sob o título "Sentença de Excomunhão e Sua Resposta" publicada no mesmo jornal a 16 de maio. Em documento posteriormente acrescentado à publicação, Conceição declara:

"Assiste a todo indivíduo, por insignificante que seja, o direito de responder a toda acusação que se lhe faz no intuito de deslustrar o seu crédito perante o público. Se por acaso o nome de quem acaba de receber qualquer agravo desta ordem se achar ligado a uma causa sagrada, este direito converte-se em um dever a que ele não pode esquivar-se sem praticar um ato de covardia. À vista dos fatos de minha vida que aqui sujeito à apreciação de

todo homem imparcial, sob cujos olhos esta brochura tenha de cair, julgo achar-me colocado nesta alternativa”.

Logo depois, Conceição prossegue: “Os fatos alegados nesta circular de ter eu me despedido da Igreja Romana, abraçando e pregando as doutrinas do protestantismo e me declarando presbiteriano puro, admito sem reserva alguma. Que estes fatos perante o direito eclesiástico da Igreja Romana constituam um crime digno de sentença divina acima relatada, não contesto. Porém, que tais fatos não tornam um homem criminoso perante Deus e nosso senhor Jesus Cristo e as santas leis da sua Palavra, folgo em conhecer.”

Ele continua. “Dirijo, portanto, as explicações deste meu passo, ao público, único tribunal cuja competência reconheço nesta matéria. Se houve de minha parte erro em demorar por tanto tempo a renúncia daquilo que não quadrava com a minha consciência, tenho a consolação de sentir que Deus, que conhece o quanto me custou, tem perdoado, com todos os meus pecados, também este, por amor de seu Filho Jesus Cristo, cujo sangue purifica toda iniquidade”.

Conceição passa a expor resumidamente a “fé primitiva”, sintetizando em três pontos fundamentais o plano de redenção:

“Pela morte na cruz, Jesus pagou a dívida dos que se salvam, e por conseguinte estes não têm de fazer expiação por si mesmos, nem o sacrifício de Cristo se repete. A condição de alguém ter o proveito desse pagamento é fé da sua parte. A salvação é um dom concedido de graça aos que crêem no Filho de Deus. O dom do Espírito Santo acompanha a remissão dos pecados. Ele é o autor da nova interior em que consiste a essência do cristianismo. Ele é o santificador, e os sacramentos, a oração, a leitura e meditação das palavras de Deus, são meios cuja utilidade depende da sua cooperação”.

Depois de defender, com base em farta documentação bíblica, a idéia de que a Igreja Católica teria se afastado de bases elementares da fé, ele garante a impossibilidade de manter-se ligado à instituição. Além, fala de seu compromisso para a evangelização popular e agradece a Deus pelo empreendimento que tem feito.

Finalizando, acrescenta:

“O bem-estar da minha pátria, a moralização da sociedade cuja felicidade só o Evangelho pode assegurar e a salvação eterna dos homens são os fins que tenho em vista. Estou nas mãos de Deus e à disposição de todos a quem possa servir no Evangelho de Jesus Cristo”.

Não há registro de réplica por parte das autoridades da Igreja.

Em agosto de 1867, Conceição viaja para os Estados Unidos em busca de tratamento de saúde. Prega em igrejas de Jacksonville e de Springfiel. Ali permaneceu oito meses exercendo a medicina e todo tipo de trabalho disponível, entre eles a tradução do Novo Testamento do grego e do siríaco, missão que lhe fora incumbida pela Sociedade Bíblica Americana. Descuidou-se da saúde em meio a tais atividades. De volta ao Brasil, depois de pouco tempo no Rio, despede-se dos companheiros, por carta, em agosto de 1868. Desaparece. Estava saudoso da estrada, para onde sempre voltava.

Em 1869, participa pela última vez de um presbitério. Os tempos eram outros. Para seu contragosto. Sem conseguir atender "a vastidão de oportunidades" abertas, os pastores raciocinam outras estratégias. A necessidade era consolidar os espaços conquistados, e não de desbravamento ao longo das estradas. A melhor prova desta evidência via-se no desinteresse manifestado pelos relatórios de Conceição. Ao contrário de antes, pediam-lhe que resumisse suas apresentações. O papel desempenhado pelo ex-padre passava a ser visto como superado. Diante disso, ele volta a ser um solitário. Nunca mais teve companheiro pastor pela estrada. Nunca mais compareceu aos presbitérios. Nem lhes apresentou relatórios.

A figura de Conceição é localizada a partir dali quase que apenas através de relatórios de terceiros. Segue carta de um informante de nome Antonio Pedro, em abril de 1869. Traz o documento: "O senhor Conceição, segundo consta, acha-se a três léguas de Bragança, e não foi, como aqui se disse, para a cidade de Castro. Eu sinto muitos os sofrimentos do senhor Conceição; porém, nada há, penso, que o possa fazer melhor, senão uma boa mulher. É o único remédio, segundo o pensar de todos. Mas é quase impossível de efetuar-se: nenhuma mulher o quer. Entretanto, dia a dia aumenta-se a sua tristeza e passamento".

Carta do próprio Conceição, à irmã, em setembro de 1869:

"A única coisa que para mim vos rogo, e a todos os filhos de Deus que me quiserem bem, é que orem sempre por mim a Deus. Eu ando doente com umas feridas grandes e dolorosas, que me obrigam, agora, a estar em casa sem poder viajar".

Nos arquivos de correspondências pesquisadas por Boanerges Ribeiro, destaca-se carta de Fausto de Souza. Ele fala do comportamento do ex-padre naquela época.

"De vestuário só tinha o que lhe cobria o corpo, e quando esse se achava muito estragado, os seus amigos lhe ministravam outro, se sabiam que ele não dispunha de meios para comprá-lo. E em relação a este assunto, não podemos resistir ao desejo de citar um caso que pinta fielmente a caridade que o animava. Um amigo, encontrando-o muito mal trajado, a pretexto de aconselhá-lo a que fosse fazer algumas prédicas em um outro lugar distante,

deu-lhe uma quantia não pequena para suas despesas de transporte e compra de roupa; mas, dia depois, vendo-o no mesmo lugar e com a mesma roupa, o reverendo Conceição declarou confuso que perdera o dinheiro que havia recebido. Desconfiado o amigo do verdadeiro motivo, levou-o a um alfaiate, para supri-lo da pouca roupa que ele quis aceitar; e indagando cautelosamente soube que, encontrando um indivíduo que se lamentava de não ter meios de acudir às privações de sua família, por ter saído de um hospital onde se tratara de grave enfermidade, o caridoso evangelista, enternecido, passara para as suas mãos toda a quantia que momentos antes havia recebido”.

O relato sobre o comportamento de Conceição prossegue.

“Durante suas longas peregrinações, ocupava as horas de ócio em escrever a lápis, traduzir artigos religiosos, tomar apontamentos e notas curiosas sobre tudo o que via, observações topográficas e meteorológicas, vocábulos e termos especiais usados nos diversos povoados, procurando sua origem e raízes, quaisquer fatos que lhe pareciam interessantes da história natural, acompanhando-os às vezes de desenhos explicativos, ligeiros, mas que denunciavam rara aptidão. Quando se demorava por algum tempo em um sítio, onde podia dispor de comodidade, passava a limpo seus sermões, hinos, notas e traduções, empregando em tudo, muito método, clareza e belíssima letra; e todos esses papéis ele os conduzia consigo em viagem dentro de um envoltório de pano que cuidadosamente cosia para se não dispersarem, até poder dar-lhes destino, enviando uns aos amigos, outros à redação da “Imprensa Evangélica”, de que não se esquecia.”

Morte

O seu mal se agravava. Os amigos se afligiam e se esforçavam por retirá-lo daquela existência de privações a que se submetera voluntariamente. No segundo semestre de 1873, empreendeu sua última viagem. Blackford providenciou para ele viesse a se instalar no Rio de Janeiro, morro de Santa Teresa. O objetivo era conseguir sua recuperação. Conceição, no entanto, preferiu por mais uma jornada e, já no Rio, seguir em rumo à estação ferroviária. Surpreendido pela noite, buscou abrigo em uma casa à beira da estrada.

Agora é o historiador Temudo Lessa que conta.

“Um policial, desconfiado, vendo-o descalço e revestido de pobres trajes, deu-lhe voz de prisão e o recolheu ao posto, desumanamente. Três dias mais tarde foi solto, por intervenção de um amigo do Rio, a quem obtivera permissão de escrever. Na prisão esgotou os recursos exíguos e viu-se sem o necessário para adquirir o bilhete de passagem na estrada de ferro. Resolveu, por isso, seguir a pé para a Capital. E assim foi, fatigado, doente e faminto. A 24 de dezembro, pelas quatro da tarde, caminhava pela estrada, sob os raios

de um sol ardente. Sentindo-se mal, procurou a varanda de uma casa, mas tombou desalentado”.

Prossegue o relato.

“As autoridades logo o recolheram à enfermaria militar do Campinho. Ali foi tratado com todo desvelo. O diretor, major Fausto de Souza, depois seu biógrafo, acolheu humanamente o desconhecido. Cuidaram dele o médico e o farmacêutico militar. Mudaram-lhe as roupas e deram-lhe uns caldos. Apenas respondia por monossílabos e com movimentos de cabeça, tal a sua fadiga. Um pouco reanimado com os cuidados, manifestou ao médico e ao enfermeiro o seu reconhecimento, dizendo-lhes que desejava ficar só com Deus e voltou-se com dificuldade para a parede, parecendo dormir sossegadamente. Conceição morria em tais condições. Era festiva noite de Natal”.

O major Fausto de Souza e o subdelegado Honório Gurgel resolveram dar-lhe um enterro decente. Foi sepultado no cemitério do Irajá, como indigente, ignorada sua identidade. Há controvérsias sobre como o corpo teria sido enfim identificado. Uma das versões diz que alguém enviado de Blackford teria chegado a tempo de representar “a igreja evangélica naquela solenidade”.

Temudo Lessa, ainda registra: “Divulgada a morte de Conceição, a Igreja exultou. O bispo Dom Lacerda intimou à sua presença o capelão de Campinho e o vigário de Irajá pelo crime de haverem permitido a sepultura no terreno sagrado”. Em apaixonado relato, Lessa prossegue registrando que ambos, capelão e vigário, teriam sido ameaçados de excomunhão, “de que só escaparam pelo fato de alegarem não saber de quem se tratava”. Segundo Lessa, ter-se-ia falado inclusive em exumação do corpo, “o que não se realizou por haver alguém ameaçado de levar o fato ao conhecimento de Ganganelli, o destemido Saldanha Marinho, que então desfechava golpes contra o clero em suas pregações políticas”.

Lessa conclui, “ainda assim, antes de terminar o prazo legal de cinco anos, no final de três anos, os restos foram exumados, sendo o cemitério novamente benzido”. Em 1877, portanto, os despojos foram trasladados para o Cemitério dos Protestantes de São Paulo. José Manoel da Conceição está sepultado ao lado do pioneiro Simonton.

Diz a tradição que católicos aproveitaram-se do desconcertante fim do ex-padre para divulgar através da imprensa que os protestantes haviam desprezado o seu ministro, que, maltrapilho e faminto, morrera abandonado. Para contestar tais versões, Blackford requereu certificados do subdelegado Gurgel e do major Fausto de Souza, que teriam atestado a realidade dos fatos como eles têm sido narrados até hoje.

Boanerges Ribeiro completa seu estudo sobre Conceição afirmando crer que “no fundo sempre o feriu o sentimento da própria excentricidade, da

sua grande solidão". Esboça tal idéia com base em poema do primeiro ministro presbiteriano brasileiro, o "Padre Protestante".

"Se o Soberano Monarca
Dos homens na multidão
Discerne-me, se me marca
Na palma da sua mão
Que importa a mim, oh mundo,
Se sempre me desconheces!
Tu, com teu olhar profundo,
Tu, Jesus, tu me conheces."

CAPÍTULO III

DAGAMA E OS CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO

A leitura da Bíblia na língua própria de cada povo como experiência individual para a conversão. Assim posto pela Reforma Protestante, a consequência imediata apontou para a necessidade de alfabetização popular, enquanto a Igreja Católica limitava a leitura da Bíblia, em latim, a seus próprios membros, o clero.

A imigração de pastores protestantes americanos ao Brasil data principalmente do final de 1850. A região do antigo Oeste Paulista, hoje Sudeste, foi um dos primeiros núcleos de formação presbiteriana. Aqui os americanos encontraram um povo atrasado e em sua maioria analfabeto. Os primeiros contatos da cultura local com os protestantes haviam se registrado com a imigração alemã (luteranos), para as fazendas de café, anos antes, conforme já se viu.

A resposta dos americanos protestantes para a cena local foi investir na manutenção de uma escola ao lado de cada igreja que se abria pela região. Junto aos grupos convertidos, a partir de Brotas, abriam-se escolas, sustentadas pelos pais dos alunos, com ajuda de fundos da Missão.

O primeiro protestante a assumir funções de professor em Rio Claro foi o evangelista João Fernandes Dagama (1830-1906), fundador da Primeira Igreja Presbiteriana no município, uma das mais antigas do Brasil. Eduardo Carlos Pereira, no jornal evangélico "O Estandarte", edição de 8 de novembro de 1955, comenta sobre a obra de Dagama: "A igreja de Rio Claro foi, nas duas primeiras décadas de sua vida histórica, um núcleo vigoroso e resistente do presbiterianismo. Era um centro de cultura religiosa servido por uma escola primária, com internato e externato, às expensas da Missão, e que tinha à sua frente o ardoroso pastor evangelista João Fernandes Dagama, e, como professora, sua filha".

No trabalho pedagógico do evangelista e das professoras que aqui trabalharam com ele encontra-se relação direta com as raízes da escola que no futuro se constituiria na Universidade Mackenzie de São Paulo. Daí conferir algumas biografias.

Dagama teve uma filha, Valinda Eva, que na escola de Rio Claro foi professora ao lado das professoras americanas Mary Dascomb e Elmira Kuhl. Ambas vieram para o Brasil com formação pedagógica de nível superior. Horace Manley Lane, do antigo Mackenzie College, afirmou que "a história da educação protestante no Brasil não pode ser escrita sem que em cada página venham estampados os nomes de Miss Mary e Miss Ella". Elas cuidaram da fundamentação metodológica das escolas em que estiveram: Brotas, São Paulo, Rio Claro, Botucatu e Curitiba.

Por sua vez, Dagama, apesar de professor e criador de escolas, dispunha de uma formação intelectual modesta. Esse aspecto de sua personalidade é comentado por Boanerges Ribeiro: "Homem prático, com pouco dinheiro, aparentemente pouco instruído: camponês madeirense, crescido entre os madeirenses (Ilha da Madeira) de Illionois, seu português é o de um rústico".

Os registros sobre a ação educativa de Eva Dagama são escassos, certamente pelo fato de seu trabalho haver se limitado a Rio Claro e ela ter sempre acompanhado o pai. É o que se depreende.

A educadora americana Mary P. Dascomb (1842-1917) completou seu curso universitário no Oberlin College, de Ohio, em 1860. Depois de lecionar nos Estados Unidos, veio para o Rio de Janeiro como professora do cônsul americano. No início dos anos 1870, o superintendente da Estrada de Ferro (inglesa) mantinha em São Paulo aula particular de primeiras letras destinadas aos filhos dos trabalhadores ingleses. A escola era dirigida por Mary P. Dascomb, que de São Paulo, seguiu para o interior.

Ela viera de estágio na Escola Americana de São Paulo e dirigia a escolinha de Brotas, em 1872, quando lá chegou Dagama. Diz Chamberlain, fundador da unidade escolar que mais tarde seria o Mackenzie: "Desde março de 1871 têm funcionado sob a direção de miss Mary P. Dascomb duas aulas, sendo uma freqüentada por 23 meninos e meninas inglesas e a portuguesa por 10 meninos e meninas". Em Rio Claro, Mary esteve com Dagama até 1877, quando voltou para São Paulo.

Elmira Kuhl (1842- ?) diplomou-se no Women's College de Bordentown, Neew Jersey. Foi professora em escola pública e particular antes de ser nomeada pela Junta Presbiteriana de Missões Estrangeiras para o "Brazil Mission" no dia 7 de maio de 1874. Um mês depois chegava a Rio Claro, onde trabalhou com Dascomb. Em 1877, foi para São Paulo, onde permaneceu por 12 anos. Durante algum tempo Mary Dascomb se separou de Elmira, encarregada que fora da escola de Botucatu. Em 1892, novamente juntas, fundaram a Escola Americana de Curitiba. (Boanerges Ribeiro, 1981).

O missionário

Dagama chegou a Brotas pregando de vila em vila. Percorreu Itu, Capivari, Sorocaba, Piracicaba, Limeira, Rio Claro e Dois Córregos. Durante sua estada inicial em Rio Claro realizou reunião com crianças, encontrando "quatro que responderam até a pergunta 87 do catecismo dos meninos" (08). De acordo com seu registro, em Rio Claro e Limeira havia boa vontade e pedidos para que fossem estabelecidas escola e igreja.

Em relatório do ano seguinte, de agosto de 1873, diria que seu trabalho evangélico abrangia de Rio Claro até Rio Novo. De Rio Claro, onde acaba se instalando definitivamente, segue pregando por Água Branca, Bom Jardim e sítios da região. Voltando-se para outro rumo, vai até São Carlos do Pinhal (Campinas). Em 16 de março de 1873 organiza a igreja do Rio Novo. Foram 27 profissões e batizadas 75 crianças. Seu acompanhante, João Vieira Bizarro, fica como professor no local.

Em Rio Claro, desde fevereiro de 1873, onde já havia estabelecido escola e culto regular duas vezes aos domingos, a igreja foi organizada oficialmente junto à Escola Americana, um mês após a instalação em Rio Novo. "A 13 de abril deste ano organizei uma igreja, à qual dei o nome de Igreja Presbiteriana de Rio Claro, professando na ocasião quatro pessoas, recebendo os mesmos sacramentos, cinco pessoas se uniram por carta e batizei quatro crianças", relata. (09)

A Escola Americana de Rio Claro começou com nove alunos e logo em 23 de julho chegava a 76 alunos. Mais tarde, em 1877, Dagama instalaria internato e externato para crianças abandonadas, que funcionaria até 1886.

Dagama chegou a se queixar da indiferença do povo de Rio Claro para com a religião. Segundo ele, havia interesse pela escola que fundara, mas não o ímpeto evangélico verificado em Rio Novo.

Se Rio Novo e Rio Claro são igrejas em 1873, as de Dois Córregos e São Carlos são em 1875. A última igreja organizada na região, naquele período, foi a de Araraquara. Ainda em 1875 Dagama organizaria a igreja de Pirassununga.

Sobre Araraquara há o registro: "Araraquara era uma pequena vila sertaneja, quando na sede da Fazenda Dourada, no sítio de propriedade do Senhor Santiago Francisco Carvalho, foi organizada a primeira igreja, a 3 de julho de 1879, pelo Reverendo João Fernandes Dagama, seu primeiro pastor, que residia em Rio Claro". (10)

Dagama, ainda em Rio Claro, veio a ter dificuldades em suas relações eclesiais. Júlio de Andrade Ferreira, em "História da Igreja Presbiteriana do Brasil", com base em Vicente Temudo Lessa, relata o "caso Dagama" como ocorrido no Presbitério de Minas, em 1892. O desfecho, em outubro, foi marcado pelo afastamento do velho missionário. (11)

Diz ele: "Em 1890 escrevera ele ao Board of Foreign Missions, participando achar-se já cansado e envelhecido, mandando cópia do ofício à Brazil Mission, que teve em Curitiba, em janeiro, a sua reunião de 1891. Entendeu a missão, reunida na capital do Paraná, que a carta manifestava um pedido de demissão e o concederam, nomeando como substituto o Rev. Wilmot A. Carrington, que ainda não sabia a língua portuguesa. Em 1892 este já tinha voltado aos Estados Unidos sem aprender português".

Segundo Júlio Ferreira, "hesitou o velho missionário em entregar ao seu sucessor as sete igrejas ao seu cargo, depois de consultar alguns membros do Presbitério. Fez então o trabalho à sua custa até chegar a resposta do Board, que somente foi recebida em julho, confirmando a decisão de Curitiba".

"Na reunião de 1891 – conta o historiador –, o Presbitério de Minas o acolheu bem, elegendo-o moderador e evangelista presbiteriano e nomeando-o para a comissão organizadora da igreja de Boa Vista do Jacaré e para a comissão que deveria instalar os reverendos Bizarro, Bento e Herculano nos respectivos pastorados, sendo estes ex-alunos de Dagama".

Conforme os registros apontados, no fim do ano, porém, surgiram complicações entre ele, o Presbitério e alguns missionários. Desgostoso por tudo, num momento de desânimo, oficiou em 16 de dezembro ao reverendo Caetano, moderador mais antigo, depondo o mandato de moderador e evangelista do Presbitério, pedindo mesmo que o concílio o eliminasse do rol. Queria continuar como presbiteriano, embora avulso, pregando a quem quisesse ouvir.

"Veio então – acrescenta o historiador – uma série de amarguras entre o velho pastor, o missionário substituto e a igreja de Rio Claro, por ele fundada vinte e três anos antes. Por alguns meses ainda pregou no templo, que por fim lhe foi interdito".

Missionário por mais de vinte anos, obreiro incansável, muito custava a Dagama conformar-se com a idéia de ser posto de lado. Júlio Andrade testemunhou a amargura do grande pioneiro. "Neófito ainda, visitei pela primeira vez a cidade de Rio Claro, quando os ânimos andavam exacerbados. Embora não estivesse iniciado na questão, senti-me chocado ao notar em certos espíritos a dureza e o menosprezo com que era tratado o velho trabalhador".

Numa reunião extraordinária do Presbitério de Minas, em outubro, Dagama foi eliminado do rol. Não deixou, contudo, de pregar em todo o tempo no qual se conservou afastado do Presbitério.

João Fernandes Dagama morreu em 27 de agosto de 1906. Seu corpo foi enterrado no cemitério evangélico de Rio Claro. No mesmo local foi sepultada sua mulher Eulália R. Dagama e sua filha Valinda Eva Dagama.

O educador

A escola de Rio Claro não era tão simples como as tantas outras ao lado das demais igrejas. Tampouco possuía as ambições dos grandes projetos educacionais das unidades de Campinas ou São Paulo. Concretizava, sim, a visão de um homem prático, com pouco dinheiro, aparentemente pouco instruído. "Mas ninguém deu mais valor à alfabetização, que ele, iniciador incansável de escolinhas do sertão e seu animador constante".(12)

Em Rio Claro, Dagama foi ambicioso. Organizara escola primária para receber crianças de fora da igreja, conquistando a simpatia geral da população. Ao lado do curso primário, havia organizado o internato-orfanato: recolhia crianças pobres, inclusive órfãs, e as mantinha durante 3 anos num regime severo. Depois, pretendia remetê-las de volta ao lar ou ao seu distrito para comporem os quadros dirigentes das congregações analfabetas, bem como comandarem a ofensiva evangelizadora nos sertões. Em Brief Account of the Great Empire of Brazil, Dagama faz minucioso registro sobre o funcionamento de sua escola, conforme relata Boanerges Ribeiro.

Seu relato aos financiadores do projeto pedagógico no Brasil começa historiando as primeiras impressões. "Olhei em roda e vi as crianças; imediatamente pensei numa escola e prometi mandar alguém que lhes lesse a Bíblia. Ao chegar em casa ponderei a dificuldade de evangelizar o interior. Imediatamente concluí que a solução seria um internato para essa pobre gente. Consultei amigos, mas a todos a empresa pareceu grande demais: excesso de trabalho e de despesas. Não me animaram; mas a necessidade era evidente. A 9 de janeiro de 1877 eu já tinha casa pronta e comecei o Internato para Crianças Pobres e Órfãos, com nove crianças entre meninos e meninas".

Dagama explica o porquê desse nome. "Era apenas para crianças pobres e órfãos desamparados; mais ninguém. E apenas crianças do interior distante onde havia tanta necessidade de alguém que lesse a Palavra de Deus".

As condições de admissão limitavam o atendimento apenas a crianças pobres e poucas de cada lugar. As regras determinavam a obrigação de ficar três anos na escola, sem visita à família e outras condições: "Nesses três anos, se são nominalmente católicas, não podem ir à igreja católica, nem fazer suas rezas; admitem-se crianças de seis a treze anos; apenas se aceitam crianças sadias e os pais não terão controle sobre elas enquanto estiverem na escola; têm de trabalhar duas horas por dia, para desenvolverem aptidão; os meninos no quintal e partindo lenha; as meninas cuidam da casa, costuram e aprendem trabalhos de fantasia (bordados etc.), o máximo possível para elas, em três anos".

O educador considerava esse sistema o "melhor meio de preparar campos para uma farta colheita de almas". Após os três anos as crianças voltavam para casa e, como vieram do distante interior, levavam consigo "a boa semente", calculava Dagama, prevendo que poderiam "cantar e ler a Palavra de Deus para seus parentes e vizinhos, disseminando o conhecimento das Escrituras, além de abrirem vagas para outras".

Ao descrever sua atividade em Rio Claro, o educador faz menção a "várias sociedades de senhoras presbiterianas norte-americanas sustentando vinte e quatro crianças". Haveria mais nove precisando dessa ajuda.

A seguir, pelo documento enviado aos norte-americanos, Dagama expõe seu grande sonho:

"Esta escola para pobres e órfãos tem se provado um belo trabalho e também o fundamento da Igreja de amanhã, pois já produziu frutos gloriosos. Escolas deste tipo deveriam ser estabelecidas em todo o Império. O trabalho é pesado e incessante. Professores não descansam nem no domingo. É preciso cuidar das crianças o tempo todo, como é natural".

A partir desse ponto, ele passa à narrativa da rotina diária na escola.

"Às cinco e meia da manhã toca o sino para acordá-los; café às seis, e, depois, trabalho. Às sete e meia, a refeição matinal. Das oito às nove estudam e se aprontam para a escola. Às nove, o culto da família. Nove e meia, aula, até duas da tarde. Duas e quinze, jantar. Três às quatro, estudo (algumas expõem suas lições). Às quatro os meninos vão para seu trabalho e as meninas para a costura, até às cinco. Brincam das cinco às seis; estudam das seis às sete. Ceiam às sete e vinte. De sete e quarenta às oito, culto, e depois vão dormir, sendo que antes, cada criança faz suas orações. Nos sábados é diferente, pois é preciso esfregar e limpar a casa e pôr tudo em ordem. Alguns dos meninos racham lenha. Todas as crianças tomam seu banho e deixam tudo limpo na casa. Em geral, à tarde, passeiam com uma das professoras, até à noitinha".

"Domingo o sino às seis. Tomam café e todos decoram versos da Bíblia até a hora do "breakfast", às sete e meia. Às nove, culto da família e depois estudo do Catecismo e de versículos da Escritura. Então se aprontam para ir à igreja; às onze vão para a igreja, dois a dois, com as professoras. Assentam-se e ficam quietos durante o culto; daí, voltam para casa, na mesma ordem da ida. Jantar às duas. Das três e meia às quatro e meia, vão para as classes estudar a lição da Escola Dominical. Às cinco saem para a Escola Dominical, que começa às cinco e meia e acaba às seis e meia. Em regra, recitam de cor entre trezentos e quatrocentos versículos da Escritura, cada domingo. Às sete, há culto, até oito e quinze, que as crianças suportam (Stand it) sem dormir. Prestam atenção, comportam-se bem na igreja e parece que

entendem o sermão e gostam dele, tanto ou melhor que os adultos, porque têm familiaridade com a linguagem da Bíblia, o que falta aos adultos. Os padres desgostam-se de nossa escola, muitíssimo. Vêm nela um exército treinado nas verdades do Evangelho que jamais poderão expulsar dos corações desses cordeirinhos de Cristo”.

Sobre as refeições, documenta:

“O sino os acorda às cinco e meia; às seis tomam café (é o hábito aqui na terra, tomar uma xícara de café ao acordar); às sete e quinze: arroz, feijão e farinha (que misturam com a comida). Às duas e quinze, jantar: arroz, feijão, farinha e batata doce. Sete e vinte, ceia: café com pão. Às vezes, no jantar, têm repolho, mandioca ou cará, em vez de batata doce (são raízes que os nativos gostam muito). Mas quando têm uma delas, não têm a outra. Comem carne duas vezes por semana. Bolos e tortas, etc, nunca; exceto no Natal, quando têm um pouco de bolo na ceia”.

Do trato mantido com o vestuário, assinala:

“Vestem-se com simplicidade, mas um pouco melhor que em suas próprias casas. Tanto meninos como meninas andam descalços, exceto quando vão à igreja, no domingo. Para as meninas, saia e blusa; os meninos, calça e camisa, sem casaco, exceto na igreja aos domingos”.

No mesmo relatório, o educador vai prosseguindo:

“Quando essas crianças chegam, não sabem dos bons modos, nem das coisas mais corriqueiras. Não sabem usar garfo, colher e faca, à mesa. Se você fala com eles, apenas sacodem a cabeça. Tudo é preciso ensinar-lhes. Nem brincar eles sabem: nem esconde-esconde, nem cabra-cega, etc. Quando aprendem, dizem que isso sim é que é vida, pois de tudo gostam, e muito! Aprendem tudo e tentam imitar-nos e, às vezes, mudam tudo radicalmente. Gostam de estudar e de cantar”.

Finalizando, Dagama chega a delinear seu grande projeto pedagógico a ser mantido no Brasil.

“Há trabalho específico para certo tipo de homens, como professores primários: “Bible readers” (evangelizadores de casa-em-casa) e “colportores”. Eles deviam ser bem instruídos na Bíblia e sua doutrina e treinados para esse trabalho. Devíamos ter um lugar aonde esses homens pudessem ir estudar a Bíblia, parte do ano, gastando o resto do tempo entre o povo, pondo em prática o que aprenderam. Homens assim supririam as grandes necessidades atuais do interior. O lugar poderia ser São João do Rio Claro, ao lado da Escola para Pobres e Órfãos. Poderiam trabalhar e estudar e não ficaria muito caro mantê-los pois comeriam com as crianças. É o que mais precisamos e não seria difícil

sustentá-los quatro meses do ano. Trabalhariam oito meses”, completa ele, visionário.

A escola de Dagama em Rio Claro, além do apoio da presença temporária de mestras, permaneceu nos orçamentos da Missão vários anos. O orçamento da Brazil Mission para 1884-1885 distribuiu verba, na realidade de modesta proporção, para as escolas. Em Rio Claro a dotação indicada foi de: 10:430\$000, incluindo salários. A escola, inclusive salários da missionária-professora e de uma auxiliar, bem como internato para órfãos e pobres, ficou com 5:700\$000. Mudadas as circunstâncias, a Escola Americana de Rio Claro desapareceu em 1886.(13)

CAPÍTULO IV

A PEDAGOGIA DE ERASMO BRAGA

Erasmus Braga (1877-1932) nasceu em Rio Claro a 23 de abril, onde seu pai, João Ribeiro de Carvalho Braga, exerceu o magistério na escola de Dagama entre os anos de 1876 e 1878. A importância de Erasmus como intelectual de sua época e membro da Associação Brasileira de Educação (ABE) nos anos 1920 remete à verificação de sua biografia.

Braga, o pai, era português. Viera ao Rio de Janeiro para se estabelecer no comércio. Tornou-se evangélico e, mais tarde, foi ordenado pastor, em 1885. Com ajuda de presbiterianos conseguiu estudar e lecionar no Rio de Janeiro. Dali transferiu-se para Rio Claro, em 1876, depois de se casar em Itapetininga. Sua mulher, Alexandrina, exerceu com ele o magistério na escola de Dagama. (14)

Em Rio Claro foi guarda-livros de Diogo Salles (serrador e irmão de Campos Salles) e de José Alves de Cerqueira César, ex-inspetor de Instrução Pública (1866 e 1871) no distrito, além de político. Por transferência, chegou a São Paulo em 1878, onde além de guarda-livros exerceu o magistério no Colégio Morton, ao lado de Rangel Pestana, e também na Escola Americana. Em Botucatu, a partir de 1885, passou a ocupar importante espaço como político republicano e diretor da Escola Botucatuense. (15)

Na escola de Botucatu, sob a direção de seus pais, Erasmus Braga começou os estudos, concluindo-os na Escola Americana de São Paulo e no Mackenzie. Como educador se destacou na vida intelectual brasileira, dando aulas no Mackenzie e no Colégio Culto à Ciência, de Campinas. Por essa época Erasmus Braga tomou parte numa agremiação positivista, o Clube 24 de Fevereiro, sob orientação de Benjamin Constant. Foi contemporâneo e manteve relacionamento com Rondon, Rui Barbosa, Vital Brasil, Horácio Lane, Baden Powell, Lourenço Filho e outros. Como representante do Brasil, participou de encontros internacionais de educação. Escreveu e traduziu várias obras.

Dentre suas obras destaca-se a Série Braga, com quatro volumes, de 100 a 200 páginas, correspondentes aos quatro anos de estudo primário, com comentário de Lourenço Filho.

“Erasmus Braga foi um dos renovadores de nossa literatura didática. A série de livros, que compôs, teve o mais favorável acolhimento por parte de nossos educadores. No primeiro livro da série, verifica-se que há, por todo o contexto, material organizado segundo centro de interesse, indicado à idade dos pequenos leitores a que o livro é destinado: a família, os brinquedos, as plantas e os animais... Com eles soube o autor relacionar também os motivos para o desenvolvimento de associações necessárias. No segundo, procurou-se dar ao entrecho maior sentido de realidade. E, como consequência natural, procurou-se simplificar a linguagem, especialmente nas lições iniciais, que devem servir aos primeiros meses do ano. No terceiro, o penúltimo da série, Erasmo Braga teve em mente que a maioria das crianças brasileiras não permanece nas classes de ensino além do 3º ano. O volume foi assim preparado quase como um livro de final de curso. No quarto, o livro estimula o conhecimento da natureza, da história, da tradição, das instituições sociais, para criar ou desenvolver no espírito dos futuros brasileiros o amor ao trabalho útil, os sentimentos de civismo, de cooperação e solidariedade e de confiança nos desenvolvimentos material e moral de nossa terra. Ensinar a ler, dizia Emerson, é o que de melhor pode fazer a escola, trate-se da classe primária ou da universidade. Ensinar a ler - isto é, ensinar a ter o gosto da boa leitura e fazer dela o melhor uso e ensinar alguém a encontrar, em seu exercício, o pão e o sal do espírito, a fonte dos conhecimentos, os motivos de reflexão ou de entretenimento sadio... Haveria de ter pensado assim, certamente, o bom mestre que foi Erasmo Braga, ao compor a sua série de leituras”. (16)

Erasmus Braga manteve correspondência permanente com o coronel Joaquim Ribeiro dos Santos (1865-1954), fazendeiro de café, político e educador na região de Brotas, Torrinha, Dois Córregos e Rio Claro. Ribeiro foi aluno de Dagama e fundador de escola particular em Rio Claro. Uma das escolas públicas estaduais no município leva seu nome, bem como o hospital particular de origem presbiteriana. Outro evangélico e rio-clarense de destaque na vida nacional, também ex-aluno de Dagama e guarda-livros como o pai de Erasmo Braga, foi Carlos de Carvalho (1866-1920), que em Rio Claro manteve escola particular com seu nome em 1887. Junto com Dionísio Caio da Fonseca, que manteria aula noturna no Gabinete de Leitura, criou o Colégio Rio-Clarense em 1888. (Penteado, 82)

Erasmus Braga foi membro atuante da Associação Brasileira de Educação (ABE). Desde que se mudara para o Rio de Janeiro, começou a ser solicitado a dar pareceres sobre a educação e a fazer conferências sobre o tema. Não se tem precisão da circunstância de sua entrada para a agremiação. As reuniões da ABE não eram regulares. Sabe-se que Belizário Pena era um dos mentores e que Erasmo se entendia bem com ele e outros, tais como Gustavo Lessa. Apontamentos de algumas de suas conferências podem ilustrar seu pensamento. (17)

Para ele, em educação é necessário um princípio coordenador, que é o sentido da comunidade. “O educador terá de estabelecer o seu programa,

levando em conta as necessidades de um agregado incontável de indivíduos. Cumpre ao educador conhecer a comunidade social tão completamente quanto os indivíduos submetidos à sua ação pedagógica". Não há propriamente objetivos da escola; há objetivos da educação, garante.

Se não é fácil, na complexidade da vida moderna, apreender os elementos essenciais e significativos do meio em que vivemos, a seu ver "é necessário que o aparelho escolar tenha hoje o gabinete de pesquisas sociológicas para organizar-se, pois, em um programa integral de educação, torna-se necessário, primeiro, averiguar quais são os elementos essenciais da civilização, e, em segundo lugar, quais as adaptações necessárias para que o aparelho educativo corresponda às situações específicas do agregado social em que se efetua o processo didático", enfatiza.

Ao lado da visão sociológica da educação, que faz lembrar sua associação positivista a Benjamim Constant, Erasmo Braga destaca a estrutura psicológica do educando. "O centro de interesse pedagógico deslocou-se, da matéria a ensinar, ao próprio aluno, que passa a ser o centro do programa todo de educação. A educação que era, outrora, desarticulada da vida e relacionada com o mundo fictício, entra no terreno da realidade", faz notar. A referência corresponde às expectativas da pedagogia moderna em fase de assimilação e debate nos anos 1920 e 1930. "Deste conceito de educação resulta que o fetiche da uniformização do ensino, em todos os graus, é incompatível com a escola moderna. É imprescindível a flexibilidade dos cursos para que a escola não se isole da vida", orienta Braga.

"Isso indica-nos o caminho a seguir para a reconstrução radical do nosso sistema de educação. Não há praticamente um currículo, que sirva para o "hinterland" do Brasil e para os centros densamente povoados. A escola rural é necessariamente outra que a urbana, e a do Distrito Federal necessariamente terá de ser diferente da do Rio Grande do Sul ou do Amazonas", assinala.

Erasmo pesquisou e trabalhou em áreas específicas, como na campanha para formação de Círculos de Pais e Mestres, tratando sobre isso em grupos escolares. "Objetivos da Educação Popular" é o título de um estudo por ele feito a propósito do que se fazia no Instituto Central do Povo. Ali analisa os graves males do analfabetismo e a situação brasileira, para enaltecer a realização daquele instituto, resultado da filantropia do engenheiro W. Walker, para educação das populações ribeirinhas.

Em seus principais itens, o documento traz: a) a instrução, diz Erasmo, deve ser aliada à higiene; a primeira aplicação eficaz do ensino é a de tornar o indivíduo sadio, capaz de viver bem, sendo o conservador da sua saúde e da comunidade em que vive; b) a instrução deve valorizar o trabalho: "A escola tem sido a porta pela qual os pais ambiciosos impelem os filhos a fugir da oficina, da lavoura, do trabalho, para a vida mais cômoda das carreiras liberais". O alvo deve ser o de não se criar parasitas; c) a instrução deve fazer

pensar. "Pensar é ser livre, é exercer, no terreno em que a liberdade é incoercível, a mais inteira e plena atividade pessoal, isenta de interferências"; d) o objetivo último da verdadeira educação popular é "formar o caráter do indivíduo".

Braga chegou a se empenhar, através da Associação Brasileira de Educação, por uma reforma do ensino no Brasil. Os itens básicos de seu projeto trazem o seguinte:

a) Estudar o esquema geral de um sistema de educação, compreendendo todos os problemas de ensino a começar da idade pré-escolar e estendendo-se à universidade.

b) A criação de um instituto sócio-pedagógico para o estudo e preparo dos dados sociológicos, psicológicos etc., que deverão fornecer elementos aos programas (currículo).

c) Estabelecer padrões didáticos e escalonar o ensino, adotando critério de equivalência dos valores pedagógicos versus uniformidade dos programas.

d) Firmar o princípio da cooperação sob o centro coordenador do governo central, porém "dando o máximo de elasticidade à colaboração dos Estados e da iniciativa particular".

As idéias de Erasmo marcaram as preocupações de uma época anterior a qualquer reforma significativa de ensino; antes também do Manifesto de Educadores, do estabelecimento de universidades e de centros de pesquisa.

CAPÍTULO V

SILVA: CIDADÃO DO MUNDO

Aqui inverte-se a rota migratória para apresentar o perfil de um brasileiro que deixa seu país em busca de oportunidades nos Estados Unidos. Ele é Silvino da Silva, que, após haver passado a infância trabalhando no açougue do pai em Rio Claro, cumpriu longa trajetória profissional pelos quatro cantos do mundo, tornando-se bem sucedido no comércio internacional.

Testemunha da ascensão norte-americana à condição de maior potência do pós-guerra, Silva viveu o período em que o agressivo liberalismo norte-americano lançou as bases da maior economia da modernidade. Em rápida passagem de seus relatos, quando, mais tarde, viajando pelos interiores do Brasil, é sintomática sua percepção de carência nacional para a ética nos negócios privados.

Sua trajetória profissional é útil para contrastar o desenvolvimento da tecnologia mundial da época com a de um Brasil limitado ao extrativismo para exportação de matérias-primas. Silvino da Silva publicou sua autobiografia no Brasil em 1978 por editora cujo endereço ainda não foi possível atualizar, o que poderia ser útil na localização de informações sobre o autor.

“Nasci em uma pequena cidade brasileira, chamada Rio Claro, mas desde então tenho morado e trabalhado em cidades no mundo inteiro. De Tóquio a Detroit, de Manhattan a Manila, minha curiosidade e ambição inatas levaram-me a cursar os hemisférios em minha perpétua capacidade de Cidadão do Mundo”.

Assim Silvino da Silva começa sua obra autobiográfica, aqui parcialmente reproduzida.

Filho de José Vicente da Silva, natural de São Sebastião, e Guilhermina, de Barretos, Silvino conta que após o casamento, seus pais, em 1888, mudaram-se para Rio Claro para aqui instalarem um açougue e cuidarem da fazenda herdada do avô materno, Coronel Antônio Modesto Cardoso de Moraes. Sua família morava na Rua Três, 71.

“Ao tempo de minha infância, que data do início do século XX, havia cerca de 40 mil habitantes em Rio Claro, na sua maioria empregados da oficina de reparos e manutenção da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que tantas memórias evoca! Começava em Jundiaí, a duas horas de viagem, mas sua bitola de 5 pés e 4 polegadas terminava em Rio Claro. Era aqui que toda a carga e os passageiros tinham de fazer baldeação. Naturalmente, isto era motivo de muito movimento. Talvez fosse este fluxo diário de estranhos para a cidade que inculcou em mim o desejo prematuro de viajar e familiarizar-me com costumes e culturas diferentes dos meus”, relata, referindo-se a seu futuro de aventuras pelo mundo.

Ele prossegue. “Posso lembrar-me que minha terra natal não era tão primitiva como algumas das aldeias menos conhecidas da região. Desfrutávamos de certas conveniências, como água encanada, calçadas pavimentadas e até mesmo eletricidade. Entretanto, infelizmente nossas ruas ainda eram feitas de terra, éramos também forçados a usar latrinas, de modo que em sua plenitude, a revolução tecnológica do século XX ainda não tinha chegado até nós. Porém, gradativamente, à proporção que eu crescia, víamos o advento de ruas corretamente pavimentadas, bem como a instalação de modernos esgotos.”

De sua infância, conta do carinhoso e respeitoso relacionamento do pai, que considerava “um filósofo extraordinariamente profundo, para um homem com limitada instrução”. Por influência do pai, aprendera a tolerância, a humildade, a importância de respeitar as pessoas, e aos valores éticos e a disposição de utilizar o tempo de folga para melhorar sua educação. “Em virtude disso, eu passei a maior parte de minha vida sempre no desejo de aprender alguma coisa nova”, lembra.

Quanto à experiência nas escolas locais, Silva conta. “A população de Rio Claro era, em sua maior parte, alemã, austríaca e suíça, tendo presente também um pequeno número de italianos. Quanto à minha educação escolar, tive diversas escolhas. Além do Grupo Escolar, escola pública, havia o Colégio Brasil, a Escola Protestante e a Deutsche Schule. Porém, fui matriculado na escola primária particular da Dona Bernardina”.

“A colônia alemã em Rio Claro tinha seu próprio clube atlético (Turnerschaft) e, como meu pai tinha muitos amigos alemães, fui também matriculado em uma classe especial de educação física. Esta classe consistia de cerca de 30 meninos e jovens, entre as idades de 8 a 20 anos, todos sob a direção de Herr Georg Frey”.

“Fiquei completamente abalado, quando nossa boa professora, Dona Bernardina, caiu doente subitamente e morreu poucos dias depois. Lembro-me de ter tido de tratar de minhas entregas diárias de carne antes de seguir para a igreja, para o enterro. Depois de ter cumprido minhas obrigações, corri para a igreja e esperei lá por tempo interminável. Mas a procissão fúnebre nunca

apareceu. Quando, finalmente, indaguei a respeito, fui informado de que Dona Bernardina era espírita e não recebera os sacramentos da igreja. Por esta razão, o enterro já tinha seguido para o cemitério. Fui para casa em prantos, tão confuso quanto pesaroso”.

A importância que Silvino dá à educação vai se destacando conforme ele segue. “No dia seguinte minha mãe e meu pai tiveram uma séria discussão sobre que escola eu deveria freqüentar. Concordaram em que a escola pública era impossível, pois tinha alunos demais e, como já era meio do ano escolar, eu, sem dúvida, acharia difícil ajustar-me. Sugeri a Deutsche Schule, pensando que isso me ajudaria na Turnerschaft, pois todos os meninos lá falavam o alemão”.

“Meus pais concordaram em que esta era a melhor solução. Na manhã seguinte, meu pai levou-me ao pastor Theodor Koelle, que era o decano da Deutsche Schule e também pastor da igreja luterana. Entretanto, ele relutou em aceitar-me como aluno, alegando que a maioria dos alunos brasileiros tinha dificuldade em aprender alemão. Geralmente ficavam na escola por algum tempo, mas invariavelmente trancavam matrícula pouco tempo depois, e isso não dava um bom nome à escola. Meu pai assegurou-lhe firmemente que isto não aconteceria no meu caso e prometeu que, se depois de um mês de experiência, eu não conseguisse acompanhar o restante dos alunos, ele me retiraria e me colocaria em outra escola. O pastor, finalmente, concordou com este plano, porém acrescentou que contaria com a palavra de meu pai”.

A experiência de Silvino com a pedagogia alemã começa aqui. “No primeiro dia de escola, eu cheguei bem na hora e como eu já sabia ler os princípios de aritmética, fui colocado com os secundanistas. Isto constituiu um tremendo incentivo para mim e me deu confiança na minha habilidade em conseguir êxito”.

“Antes do fim do mês, o pastor Koelle deu um pulo na nossa casa, feliz em dizer ao meu pai que ia promover-me para o terceiro ano. Alguns meses mais tarde, o fim do ano chegou e naquelas alturas, eu comecei com os quartanistas”.

Ele preserva flagrantes características do ensino europeu no município e fala da qualidade do ensino na época. “Aos domingos, eu freqüentava a Igreja Luterana, onde aprendi muitas das músicas religiosas alemãs, as quais acham-se agora traduzidas ao inglês. No dia 15 de agosto, a escola organizava seu piquenique anual na fazenda de Herr Mathias Pott. Meus pais alegremente tomavam parte nestas excursões. Papai geralmente levava dois cavalos encilhados, em caso de alguém querer montar; um, com sela normal, para os rapazes e o outro, com um cilha, para as moças. Sempre nos divertíamos a valer nestes momentos rústicos”.

“Ao tempo em que terminei minha educação na Deutsche Schule, eu falava alemão fluentemente quanto qualquer alemão nativo, e surpreendentemente, sem qualquer sinal de sotaque português. Meu pai dizia que isto significava que eu tinha bom ouvido para línguas e que eu devia tirar proveito deste pendor”.

Ele continua. “Além de receber instrução sobre os assuntos mais gerais, ficamos bem familiarizados com Schiller, Goethe e outros filósofos alemães, bem como totalmente versados na história alemã. Cantávamos também o hino nacional, que era ainda bem popular naquele tempo: Deutschland Ueber Alles, porém ainda achando tempo para aprender as mais importantes e religiosas Stille Nacht e Heilige Nacht”.

De questões religiosas naquele momento, nota Silva: “Era costume entre os estudantes que se formavam receber a confirmação da Igreja Luterana, para cuja cerimônia tinha-se de aprender de cor o Catechismus. Quando mencionei isto à minha mãe, ela ficou muito zangada e disse que nenhum filho dela jamais se tornaria protestante. Porém, a atitude de meu pai foi muito mais liberal”. Vê-se, pois, a tônica liberal de mais um aspecto de sua formação.

“Para melhorar minha educação e adquirir conhecimento mais amplo do Brasil e da História do Brasil, matriculei-me então no Colégio Brasil. Neste tempo, a maior parte dos livros didáticos ainda não tinha sido traduzida, portanto, estudávamos inglês e francês, para nos permitir a leitura das obras clássicas no original, aprendendo também a escrever nestas línguas. Não achamos os escritores franceses difíceis demais, mas necessitávamos de alguém que interpretasse Shakespeare e Chaucer, antes que pudéssemos adquirir a compreensão completa de suas idéias. Davam-nos uma escolha entre inglês e alemão e como eu já tinha aprendido alemão, achei inglês relativamente fácil. Havia também uma escolha entre grego e latim. Escolhi grego, aprendendo o bastante para familiarizar-me com os nomes dos autores clássicos, depois de ler suas obras em português”. Tal lembrança é um convite para se comparar currículos com a atualidade.

“Foi nesta época que uma grande tragédia aconteceu com minha família. Meu pai, o mais querido amigo e confidente, que jamais iria ter, caiu doente e morreu. Aconteceu quase por acidente, ou, pelo menos, foi o resultado de uma ironia do destino. Através de uma bondade que resultou num engano da parte de um vizinho, na ausência de minha mãe, ele inadvertidamente tomou uma sopa de galinha muito apimentada. Na ocasião, estava fazendo um tratamento com um medicamento para o fígado, chamado Calomel. O resultado foi um caso mortal de envenenamento”. Ele prossegue no relato da perda e as conseqüências para a sua vida.

“Um médico americano chamado Dr. Norris foi chamado de Vila Americana, o lugar para o qual um grande número de americanos do sul havia

emigrado depois da Guerra Civil. Depois de um exame cuidadoso de meu pai, seu diagnóstico ofereceu muito pouca esperança". O fim era inevitável.

"Quando soube que a morte se aproximava, meu pai chamou-me e à minha mãe para o lado de sua cama. Ele sempre teve cuidado em pagar suas dívidas e nestes momentos finais pediu-nos para resolver para ele alguns negócios não liquidados. Para mim, em face da perspectiva da perda de meu pai adorado, quando eu ainda tinha 14 anos de idade, atender o pedido era coisa de menor importância. Ele disse à mamãe que me desse bastante dinheiro para pagar o médico brasileiro que o havia visitado três vezes, antes de chamar o médico americano. Papai sabia o preço de cada visita e disse à minha mãe a quantia exata a dar-me". Destaca-se novamente o componente ético de sua formação por influência do pai.

"Peguei o dinheiro e saí de casa para cumprir o último desejo de meu pai, mas eu estava aturdido e amortecido pelo fato de que em breve teria de despedir-me dele para sempre". Silvino mira a solidão.

"Enquanto eu passava pelo jardim da cidade, parei e sentei-me em um banco, por um instante, confuso demais que me encontrava para continuar minha missão, sem parar para refletir sobre o que estava acontecendo. Por mais que tentasse, não podia de modo algum imaginar como o mundo poderia continuar a funcionar sem meu pai. Para mim, ele tinha sido o centro do universo. Sendo assim, como poderia deixar-nos?" Difícil reflexão.

"Em breve eram 10h45 e eu ouvi o apito das oficinas da estrada de ferro lembrando aos trabalhadores de que sua hora de almoço estava terminando. Notei algumas crianças passarem correndo por mim, ansiosas para chegar a tempo à aula das onze. Um dos meninos da vizinhança parou diante do meu banco. Eu devia estar com uma aparência muito desolada e abatida, pois a expressão nos olhos dele era muito triste. - Fiquei tão triste em saber o que aconteceu ao seu pai, disse ele bondosamente. - Sim, ele está muito doente, murmurei distraidamente".

"O menino pareceu espantado, por um instante. Então vi lágrimas em seus olhos. - Não sabe ainda? Ele acabou de morrer, apenas há apenas alguns minutos. Acabei de ouvir a notícia. Eu... eu pensei que você soubesse, quando o vi sentado assim... Então, de súbito, lembrando-se que estava atrasado para sua aula, desculpou-se de modo embaraçado e saiu correndo. Fiquei sentado lá por um momento, chocado demais para emitir um único som ou até mesmo chorar". O pior havia acontecido. O que fazer?

"Depois da morte do meu pai, fiquei em Rio Claro mais um ano, ajudando minha mãe no açougue, depois das aulas, até que ela o vendesse e também a fazenda". A autobiografia acena para a abertura das portas do mundo.

Por essa rota ele continua. "Alguns anos antes, tínhamos conhecido outro americano que havia saído dos Estados Unidos após a Guerra Civil. Tratava-se do Dr. Bonnie Green, da Flórida. Tinha vindo para Rio Claro à procura de uma fazenda para arrendar, pois tanto ele como seus três filhos e duas filhas tinham sido fazendeiros nos Estados Unidos. Como meu pai estava seriamente envolvido com o açougue na ocasião, arrendou a fazenda ao Dr. Green. O Dr. Green, que era dentista, também abriu um estabelecimento na cidade, na nossa rua, diretamente em nossa frente".

E vai. "Por intermédio do Dr. Green conhecemos, mais tarde, o Dr. Norris e o Dr. Cícero Jones, médicos que tinham tratado do meu pai de vez em quando. Os filhos do Dr. Green, Patrick, Joe e Roberto Amaral fizeram um bom lucro com a nossa fazenda. Vendendo suas melancias e milho verde na cidade, nos fins de semana, puderam pagar o arrendamento de três anos, depois do que se mudaram para uma fazenda maior". É claro o espírito empreendedor dos personagens que influíram na formação pessoal do autor.

"Tentei explicar à minha mãe as limitadas oportunidades que havia para um rapaz ambicioso em Rio Claro e como era fácil cair em má companhia. - Por favor, deixe-me ir para São Paulo, afinal de contas, é a capital de todo o Estado, tem uma população de 500 mil habitantes e eu tenho certeza que terei mais oportunidades de progredir lá", eu lhe pedia. Rio Claro nada mais era que um beco sem saída. Silvino rompe seus vínculos locais e segue para o destino que desejava para si.

Muda para São Paulo para estudar, trabalhar e sustentar a mãe que fica em Rio Claro. O americano Bonnie Green, aqui amigo da família, o indica ao superintendente da empresa canadense Companhia de Força, Luz e Bondes de São Paulo. Logo ele se transfere para a Machine Cottons, subsidiária escocesa no Brasil para produtos de algodão, e passa a estudar na Escola de Comércio Álvares Penteado.

A mãe, que ele via uma vez por ano, adoece de pneumonia. Volta para a casa da família em Barretos e morre, provavelmente em 1914. Silva, ao desativar os negócios da família em Rio Claro, perde seu vínculo com Rio Claro. Não há registro de retornos posteriores.

"Quando regresssei a São Paulo, contemplei meu futuro e compreendi que teria agora de enfrentar a vida como órfão e que não teria ninguém com quem contar, exceto comigo mesmo. Isto era um pensamento de arrepiar e, ainda assim, como eu ainda não tinha 20 anos, eu me sentia muito grato em já ter realizado bastante independência pessoal para uma pessoa de minha idade. Certamente, este tipo de autodisciplina serviria como baluarte para mim, agora, e evitaria que eu me entregasse ao desespero momentâneo que sentia". Ele consegue superar suas aflições e vai em frente.

Após seguir para Sorocaba, onde trabalha na São Paulo Electric, subsidiária canadense, decide mudar para a Inglaterra, mas acaba se transferindo para os Estados Unidos, onde chega com apenas US\$ 20. Seus primeiros empregos são de lavador de pratos, garçom e como funcionário da indústria veterinária Parke Davis. Como tradutor e revisor, permanece algum tempo no departamento de publicidade da The American Exporter. Pela Nacional Cash Register Company, de Ohio, faz inúmeros treinamentos em publicidade e mercado, durante seis meses. Como agente de vendas da empresa comercial de produtos de escritórios e outros, é transferido para o Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, tornou-se superintendente-assistente de mercado da Texas Oil Company e depois gerente da representação da empresa em Belém, já em meio à Primeira Guerra Mundial. Deixa o emprego para voltar aos Estados Unidos como segundo piloto de uma escuna à vela. Vai retomar o noivado. Casa-se com a jovem Elsie, de Dayton (Ohio), com quem muda-se para Nova Iorque.

Contratado pela firma W.R. Grace, desenvolveu seus conhecimentos sobre comércio e um ano depois, como representante da A.S. Cookman, volta para o Brasil com a mulher. A empresa buscava ampliar no país os negócios com produtos químicos. Do Rio, implanta rede de distribuidores em diversas capitais. Conseguindo representação da Grant Six, passou a vender automóveis para vários estados.

A depressão econômica do pós-guerra leva o casal a retornar aos Estados Unidos, em 1921. Silva matricula-se na Escola de Automóveis do Estado de Michigan. Divorciado, deixa a tentativa de se tornar mecânico para trabalhar no First Nacional Bank. Como boy. Em uma semana havia sido promovido para o setor de Extratos e, um mês depois, ao Departamento para Estrangeiro, do banco.

Cumpridos dois anos de trabalho no banco, foi contratado pela Studebaker Corporation para Monterey, México, como representante de vendas de seus veículos para a América Central. Ao voltar para o banco, reassumindo suas funções anteriores, simultaneamente foi nomeado professor de Comércio Internacional na Universidade de Detroit. Casa-se pela segunda vez, agora com a jovem Helen, de tradicional família norte-americana que entre seus membros tinha um ex-governador da Califórnia e generais na Guerra Civil.

Logo em seguida assume a diretoria do Departamento de Serviços da Ford Company em São Paulo, após intenso treinamento em diversos departamentos conforme a rigorosa disciplina da companhia. Volta ao Brasil sem a esposa, que havia contraído tuberculose. Além de supervisionar serviços, elaborar relatórios e viajar como gerente, Silvino da Silva dava aulas sobre os veículos Ford aos vendedores nacionais.

Por suas viagens, passou a conhecer a realidade brasileira, não sem surpresa. "Em breve tomei conhecimento de alguns fatos interessantes, porém até então não suspeitos. Por exemplo, em uma cidade, perguntaram quantos banhos quentes eu queria que fossem colocados na conta. No interior do Brasil, os banhos quentes eram despesas extras. Em outro lugar, perguntaram-me quantas garrafas de água mineral eu queria que fossem incluídas na conta. Em breve, comecei a compreender como os inspetores viajantes tinham uma boa safra para colher, pois tinham muitas oportunidades de falsificar suas contas de despesas. Em outro lugar, fiquei mais espantado ainda em receber uma conta em branco convidando-me a preenchê-la à vontade". Ciente de tal realidade, ele toma providências para controlar as despesas dos representantes. Estranha a cultura ética de seu país natal.

Por ordem de Detroit, meses depois foi transferido para a Gerência de Pessoal e Serviços da plantação de borracha da Ford, no rio Tapajós. A ameaça de guerra no Pacífico levava a Ford a providenciar seu próprio suprimento de borracha. Havia comprado propriedades na Amazônia, ali mantendo plantações de seringueira. Viveu grande aventura em meio à floresta, em pleno ciclo da borracha. Como muitos, pegou malária. Recusando proposta da General Motors, é promovido pela Ford e enviado para o Departamento de Vendas no Japão. Sua esposa Helen permaneceu internada em um hospital de New Mexico. Ao partir para o Oriente, ele conta: "Não pude deixar de pensar como o menino de Rio Claro se sairia na Terra do Sol Nascente".

Chegando a Yokohama, logo assumiu as funções de visitar representantes da Ford no Japão. "Eu freqüentemente recebia tratamento especial, pois o Brasil era o único país onde os imigrantes agricultores japoneses eram bem recebidos. Muitos dos japoneses que conheci queriam saber mais a respeito do Brasil e ficavam felizes em saber que se permitia aos agricultores japoneses possuírem grandes pedaços de terra e que estavam ficando prósperos".

Designado gerente para o Sudeste asiático, Silvino assumiu a central da Ford em Manila. Pelo Oriente viajou entre 1927 e 1930. Depois de ter sido substituído em Manila e de ter gozado férias nas Filipinas, retornou ao Japão. Disposto a não mais viajar para ficar com a mulher, Silva acerta com a Ford sua transferência para a fábrica de Long Beach, Califórnia, onde o clima era mais adequado para o tratamento de Helen.

Convocado para transferência ao México, Silvino decidiu desligar-se da Ford. Semanas a seguir, estava na General Fireproofing Company, locado em Los Angeles. Ali ficou pouco tempo, já que em seguida assumiu uma comissão como representante comercial para o estado do Pará, nos Estados Unidos. No edifício da Câmara de Comércio de Los Angeles, montou o escritório, onde mantinha uma exposição permanente de produtos naturais da região amazônica. Por iniciativa do governo brasileiro, foi encarregado de representar o Norte do Brasil em missão comercial ao Japão. Nesta época divorcia-se de

Helen, sempre mantida longe, por causa das viagens diplomáticas e comerciais pelos vários cantos do mundo. Seu trabalho como representante do Estado do Pará, nos Estados Unidos, foi interrompido por intervenção do governo Vargas no Estado.

Negociações diplomáticas para oferta de novo cargo a Silvino foram concluídas com sua nomeação para o Departamento de Editorias da União Pan-Americana, em Washington, e logo a seguir como titular do Conselho de Comércio Estrangeiro. Sua atividade era fornecer às embaixadas latino-americanas, dados comerciais e informações além de cumprir as funções para as relações públicas. A contar daí, Silvino passou a conviver com expressivas personalidades e autoridades do governo norte-americano, além de reforçar seus vínculos com grandes nomes do governo brasileiro. Eram os anos finais da década de 1930.

De seu terceiro casamento, agora com Charlotte, nascida em Miami de pais ingleses, Silva foi pai de Gypsy, sugestivo nome (cigana) para a filha de um cidadão do mundo. Nascida em Cleveland, ela é apresentada em sua biografia de 1978, como administradora de uma editora em Nova Iorque. A segunda filha, Ginger, professora universitária em Montreal, Canadá.

Por efeito da política norte-americana para a II Guerra, definia-se o Brasil pela construção de uma grande usina siderúrgica no país. Era antiga reivindicação nacional e interesse da indústria bélica dos Estados Unidos. Na definição dos projetos, consultores e engenheiros brasileiros foram nomeados para as tratativas com os representantes norte-americanos. Na necessidade de um brasileiro familiarizado com os Estados Unidos e que falasse fluentemente inglês, Silvino da Silva foi escolhido como conselheiro e correspondente.

Uma das principais funções do cargo era preparar relatórios mensais a serem submetidos ao Export Import Bank de Washington, bem como preparar os pedidos de abertura de créditos para os fornecedores em diferentes locais e bancos. Ainda durante a guerra, Silva representou o Brasil na Divisão Latino-Americana da Foreign Economic Administration, criada para cuidar das exportações entre países aliados. Terminada a guerra, ele foi nomeado pelo Comando Supremo das Forças Aliadas para a Divisão de Comércio Exterior, em Tóquio. Dali foi designado para igual missão no Irã, onde permaneceu por dois anos, até voltar aos Estados Unidos. Por algum tempo circulou pela Europa e Oriente Médio, com a família, em férias. Depois disso, tornou-se representante da Companhia Pan-Americana de Investimentos, pela qual cumpriu diversos projetos e roteiros internacionais.

Silvino da Silva termina sua biografia com 79 anos. "Ainda estou contemplando um futuro mais brilhante e mais produtivo, enquanto a minha vida como Cidadão do Mundo prossegue do mesmo modo de sempre: com ambição..."

CAPÍTULO VI

BRANCOS E NEGROS

Comemorar a Abolição da Escravatura sempre foi coisa de branco. Para um certo alívio do complexo de culpa, talvez. Os negros nunca tiveram motivos para lembrar a data sem ressentimentos, apesar de terem reagido contra o pretense civismo do 13 de maio só a partir da década de 80, com a redemocratização do País.

De lá para cá, os segmentos afro-brasileiros escolheram o Dia de Zumbi, 20 de novembro, para lembrar o fim da miséria a que foram submetidos por 300 anos. O reivindicado Dia da Consciência Negra tornou-se preferencial por marcar a memória do líder escravo que guerreou pela liberdade de seu povo.

A mudança de uma data para outra não causou nenhum impacto e ainda só encontra maior ressonância junto a grupos mais intelectualizados. Gradualmente, no entanto, seu apelo libertário ganha dimensão popular. O raciocínio que defende é simples: o grau de liberdade que a raça negra hoje dispõe é um mérito próprio, pois se trata historicamente de uma sobrevivência física e espiritual pela qual sucessivas gerações pagaram com a vida. Mais ainda, aceitar a idéia de liberdade como algo concedido pela benevolência dos detentores do poder seria raciocinar ainda em termos escravocratas, de alforria.

Apesar dos proprietários de escravos espernearem até a última hora, a Abolição foi uma fraude. Velhos, adultos e crianças foram atirados à própria sorte sem qualquer chance de sobrevivência. Houvesse algum pudor civilizado, os ex-escravos teriam sido indenizados pelo trabalho não-pago de três séculos, como de certa forma chegou a ser feito nos Estados Unidos, quando negros conseguiram tornar-se meeiros nas propriedades em que trabalhavam. Uma reforma agrária histórica teria sido feita ali.

A liberdade concedida pelos brancos foi ilusória, um amontoado de palavras esvaziadas de realidade. Sem recursos, sem propriedade ou acesso aos bens sociais, os negros foram abandonados à segregação. Acabaram em uma situação pior que a anterior. Como escravos eram considerados patrimônios a serem sustentados, havendo, portanto, interesse em mantê-los

alimentados e com saúde. Como libertos e sem direitos trabalhistas, para os fazendeiros ficou mais barato utilizá-los como mão-de-obra avulsa.

O que era ruim ficou pior com a chegada dos imigrantes europeus, mais qualificados para o trabalho e reprodutores de idéias racistas. Só no século seguinte, a contar de 1930, o Brasil adotou legislação trabalhista.

A versão mais conhecida da Lei Áurea a aponta como um gesto generoso da princesa Isabel. Isto é ridículo. A mais estudada é a da questão econômica, cuja influência no mercado exigia trabalhadores mais preparados e assalariados para consumirem bens produzidos pelo capitalismo emergente inglês.

A Inglaterra já tinha acabado com a mão-de-obra escrava no Caribe e Guiana e não queria correr o risco de ter, no mercado eventual, concorrentes que viessem a competir com preços menores por economia de salários. É importante destacar que essas duas versões colocam o negro como agente passivo na história. Ele nada teria feito para conquistar sua liberdade. O que não é verdade. (História do Brasil, A Escravidão, 1998)

Menosprezar o espírito de luta dos negros sempre foi um expediente de domínio, o mesmo que até hoje os tenta caricaturar como festivos, sem iniciativa ou rudes. Esta imagem lhes é imposta com o objetivo de alimentar seu residual complexo de inferioridade decorrente da destruição da cultura ancestral.

Ao negro, aceita-se apenas conceder o sucesso através do esporte e da música. O mito de apontá-lo como bom amante também é um mecanismo de compensá-lo pela extração do vigor revolucionário. Na falta de defesa teórica para resistir a essas idéias impostas, muitos afro-brasileiros as aceitam, sem saber que assim fazendo alimentam preconceitos dos quais são as principais vítimas. Nada mais estranho do que negro alimentando preconceito contra negro. Mas é o resultado de 300 anos de dominação.

Além da versão de benesse da princesa Isabel e a das pressões inglesas, o brasilianista Warren Dean chama a atenção para um terceiro ponto. Exatamente o que fala da resistência negra. Segundo Dean, a escravidão acabou porque a situação da segurança nacional tornou-se insustentável. Os fazendeiros não tinham mais condições de evitar fugas, afrontas e problemas criados pelos escravos. Os negros, nos últimos momentos da escravidão, fugiam às dezenas, seguidamente. Os quilombos, lugares de concentração daqueles que fugiam, aumentavam sem qualquer controle possível. O clima era de revolta generalizada sob a tensa lembrança de que nos Estados Unidos o problema havia terminado em guerra civil. O quilombo de Rio Claro ficava onde hoje é a Vila Nova.

Cabe lembrar outros aspectos. Milhares de negros participaram da Guerra do Paraguai (1865/70) e de lá voltaram vitoriosos. Muitos condecorados por bravura. O retorno foi problemático porque a experiência da guerra os tornou resistentes a humilhações. E deu-lhes adestramento militar... Ao passar de gerações e com o desenvolvimento do País, os escravos absorveram idéias elementares de direito e cidadania, assim adquiriram uma visão civilizada que seus antepassados africanos não tinham. Os aqui nascidos sabiam-se brasileiros e cristãos, sentimento que contribuiu para alimentar seu espírito de resistência. Como último país a ter escravos, a ética cristã no Brasil vivia afrontosa contradição. A Igreja não tinha mais como fechar os olhos ao conflito.

O movimento abolicionista, conduzido por brancos da elite, políticos, poetas, jornalistas e negros ou mulatos libertos, colocou a definitiva lenha na fogueira. O clima variava da desobediência civil ao desrespeito flagrante às leis. Abolicionistas, entre eles jovens e apaixonados maçons, articulavam abertamente contra a escravidão. Lojas baixavam leis internas penalizando quem obstruísse o processo de libertação. À noite, abolicionistas assaltavam fazendas, promoviam fugas, davam abrigo ou transportavam foragidos para lugar seguro. Era comum que fizessem caixa de arrecadações para comprar a liberdade de líderes escravos. Eles, livres, engrossavam os distúrbios.

Os militares registraram altiva contribuição no processo. Convocados pelos fazendeiros para que garantissem a segurança patrimonial e a captura de escravos entre Limeira, Rio Claro e Piracicaba, os chefes militares recusaram-se ao expediente por uma questão de dignidade. Documentos da época mostram inúmeras reclamações de fazendeiros, encaminhadas ao governo, contra o que chamavam de "jovens e precipitados juízes" de Rio Claro e região (com Termo Cível desde 1857) que passavam a interpretar as leis a favor dos negros, no que se vê a contribuição do Judiciário. (Warren Dean, 1977)

Por estranho que pareça, o próprio oportunismo dos fazendeiros acabou contribuindo para o fim da escravidão. Vendo que a situação estava perdida, os latifundiários converteram-se, repentinamente, às teses abolicionistas, vendo nelas o suporte para a Proclamação da República. Era um revide contra o governo imperial que houvera deixado a situação chegar àquele ponto. A desforra dos fazendeiros foi somar forças com os abolicionistas e dar um fim no Império. Tendo em vista, evidentemente, a grilagem do poder. E foi assim que aconteceu. A classe dominante da economia uniu-se, deu um golpe de Estado, destituiu o imperador e assenhorou-se do poder e finanças públicas para custear sua produção de café. Após a fraude da Lei Áurea seguiu-se, portanto, a fraude da Proclamação da República.

Entre uma transição e outra, os libertos pela Abolição formaram uma massa de desvalidos. Sem direitos de qualquer espécie, continuaram sendo explorados nas fazendas. Nas cidades, pior, tornaram-se mendigos, afamados vagabundos, vítimas preferenciais da polícia. Uma rápida leitura dos jornais de

Rio Claro do começo do século deixa claro o tipo de tratamento que negros e mulatos recebiam no noticiário policial.

Aviltar mulheres negras era um hábito. A idéia de que os abolicionistas, mesmo os mais inflamados, estavam livres do preconceito racial contra os negros é um mito. Muitos, apesar da contribuição libertária, viram-se como brancos superiores lutando por uma causa de seres inferiores. Em Rio Claro tivemos bons exemplos disso. Lucas Ribeiro do Prado foi um de nossos mais exaltados abolicionistas, não obstante, insistia continuamente sobre a sua superioridade moral diante dos ex-escravos. (Warren Dean, 1977)

Numa situação, insultado por uma liberta, retorquiu: "Cala a boca, negra, eu não te arranquei do tronco, do vira mundo, do bacalhau, da escada da gargalheira e da senzala para sofrer desaforo seu!"

A história oficial de Rio Claro conta com orgulho, até certo ponto justificado, de seu pioneirismo em antecipada libertação dos escravos. Esquece-se de que o Ceará antecipou-se na Abolição em quatro anos. Aqui no município, o fato aconteceu em 5 de fevereiro de 1888, meses antes da promulgação da Lei Áurea. Falta ver, no entanto, que a lei não tinha poderes superiores à legislação nacional. Na prática, escravos continuaram a existir no município.

A Câmara Municipal, por sua vez, sempre foi contra as anteriores tentativas de libertação ou quaisquer outras iniciativas que facilitassem a vida dos escravos. E mais, da grande festa da Abolição Municipal, que reuniu perto de 3 mil pessoas na praça central, não há qualquer registro de que negros e mulatos tenham dela participado. Foi uma festa exclusivamente de brancos jogando confetes em si próprios. Diante disso tudo, nada mais natural que as comemorações da Abolição da Escravatura tenham sido repudiadas pelas gerações atuais.

O grande comandante da festa da libertação antecipada de Rio Claro foi o presidente da Câmara Municipal e ao mesmo tempo prefeito, Barão do Grão Mogol. Até hoje ele é conhecido por seu amplo relacionamento sexual com as escravas (chegou a reconhecer 15 filhos mulatos no fim da vida), justificado pela desculpa de que sua mulher era louca e, por isso, precisava ser mantida presa no sótão da casa.

Enquanto sua esposa ficava trancada no sótão, a preferência do barão estava no porão. Seu capanga, um negro baiano que continuou a viver na casa-grande da fazenda muito depois da morte do barão (e partilhou de suas propriedades), deixava atônita a família de imigrantes que cuidava dele em seus últimos anos, com as histórias das orgias sádicas presididas pelo barão no seu porão. Seus convidados eram todos distintos membros da elite local e as escravas do barão, acorrentadas a postes e grades. (Warren Dean, 1977)

Atualmente, os segmentos negros e mulatos de Rio Claro esforçam-se por se chamar de "comunidade negra". A pretensão à unidade não se justifica plenamente, haja vista a fragmentação de lideranças e grupos. O longo período de domínio faz prevalecer seus efeitos, impedindo que muitos desses segmentos articulem-se em torno de objetivos comuns.

A falta de conhecimento mais aprofundado da história induz para que parcelas significativas das jovens gerações percam de vista o sofrimento e a luta de seus antepassados. Mas há sinais de resistência por parte dos que se empenham para evitar que isto aconteça. Eles são os que manifestam a consciência de que a luta não terminou e de que nada foi conseguido gratuitamente. Sabem também que ressentimentos não movem moinhos. Uma nova geração em Rio Claro desperta para a necessidade de superar o espírito de gueto e evitar que interesses pessoais ou grupais prevaleçam sobre a idéia de comunidade. Eles são os que buscam ocupar seus espaços trabalhando pela necessidade de reflexão. Uma coisa é certa: seja qual for a dificuldade de hoje, ela, necessariamente, é menor do que a de ontem. Portanto, uma oportunidade para lutar mais e melhor.

Os castigos e a resistência

Na história tradicional os escravos são apontados como passivos diante da tirania, o que é refutado pelas atuais provas de luta e resistência. Fugas eram punidas com requinte de perversidade, conforme irá se verificar.

Os livros de história, até algumas décadas atrás, preferiram adotar a tese segundo a qual os escravos se adaptaram bem ao regime tirânico que lhes foi imposto no Brasil e que, no país, a escravidão teria sido relativamente branda.

Estudos mais recentes e mais profundos, porém, revelam que a resistência dos escravos foi feroz e constante: milhares de negros lutaram de todas as formas contra os horrores a que foram submetidos.

A fuga, solitária ou coletiva, não era a única forma de rebelião: houve incontáveis casos de escravos que quebraram ferramentas, incendiaram senzalas, dispersaram os rebanhos ou atacaram seus feitores. Muitos outros optaram pelo suicídio, ou então se deixaram acometer pelo banzo, o torpor mortal que levava à morte por inanição. Onde houve escravidão, houve resistência.

Evidentemente, a forma mais comum de protesto contra a escravidão era a fuga. Apesar do rigor das punições (que incluíam a marcação com ferro em brasa, o açoitamento e até o corte do tendão de Aquiles), milhares de negros tentaram escapar da senzala - muitos conseguiram. Ainda que grande parte fosse recapturada pelos capitães-do-mato, terríveis caçadores de homens quase infalíveis (negros na maioria), sempre houve aqueles que, estimando

mais a liberdade entre as feras do que a sujeição entre os homens, lograram se meter na mata e lá fundar seus mocambos e quilombos. (Coleção História do Brasil, A Escravidão, 1998).

Quantos foram os quilombos e quantos negros neles viveram é algo impossível de calcular. Em 1930, o Guia Postal do Brasil registrava, segundo um pesquisador, 168 agências cujo nome derivava de quilombo ou mocambo. Eles se espalhavam do Norte ao Sul do país. Alguns chegaram a ter cerca de 10 mil habitantes.

Não eram só negros de todas as tribos e línguas que viviam nos quilombos: também índios e brancos desajustados ou fora-da-lei podiam ser encontrados neles.

Embora as autoridades e os senhores de escravos constantemente se unissem para articular expedições repressivas, enviadas a todo e qualquer quilombo, onde quer que se encontrassem, muitos desses núcleos resistiram por anos a fio. O maior e mais importante deles - Palmares, o berço de Zumbi - foi capaz de sobreviver por quase um século.

As punições dos escravos eram várias e aplicadas por vários motivos. A mais comum era o açoite em praça pública. A primeira fuga era punida com a marcação, por ferro em brasa, de um F no rosto ou no ombro do escravo. Na segunda tentativa, o fugitivo tinha uma orelha cortada e, na terceira, era chicoteado até a morte. Outras "faltas graves", além da fuga, podiam ser punidas com a castração, a quebra dos dentes a martelo, a amputação dos seios, o vazamento dos olhos ou a queimadura com lacre ardente.

Houve casos de escravos lançados vivos nas caldeiras ou passados na moenda, além daqueles que, besuntados de mel, foram atirados em grandes formigueiros. O estudo mais aprofundado dos castigos revela que não eram aplicados para corrigir o escravo (mesmo porque, muitas vezes, não se sobrevivia a eles), mas para semear o terror entre os que eram forçados a assistir os suplícios.

CAPÍTULO VII

MAÇONARIA NA TERRA DE SÃO JOÃO

A Maçonaria moderna data do século XVIII. Seus fundadores inspiraram-se na simbologia dos segredos corporativistas e operativos dos pedreiros construtores das catedrais medievais, para compor uma doutrina difusa, que viesse a reger procedimentos sociais e políticos, tendo em vista a construção de uma sociedade tolerante segundo princípios liberais.

Tal qual um sindicato que reúne representantes dos mais variados segmentos profissionais ou agremiação de representantes comunitários, a instituição tem seu caráter formativo e de mútua ajuda para seus membros. Na esfera pública caracteriza-se pela filantropia.

Em Rio Claro, seus membros contribuem direta ou indiretamente com diversas entidades, entre elas a Sociedade Beneficente "São João da Escócia" - Casa da Criança, Grupo Escoteiro "Marechal Rondon", Clube do Pelicano, Clube da Acácia, Guarda Mirim, Creche "Comecinho de Vida", ou participando de atividades diversas no Gabinete de Leitura, Casa da Avó, Apae, Hospedaria de Emaús, Associação Comercial e Industrial, Grupo Ginástico Rio-Clarense, Santa Casa de Misericórdia, Hospital "Bezerra de Menezes", Instituto Alan Kardec (18). De maneira ainda mais ampla, a contribuição de maçons pode ser localizada na maioria das entidades e clubes que prestam serviços comunitários.

O caráter filantrópico tanto faculta a dinâmica da instituição como ressalta sua importância em áreas nas quais o Estado, ou anteriormente a Igreja viria a deixar assistencialmente descoberto. Pelo rol apresentado como apoio assistencial, é fácil imaginar a carência que o município experimentaria caso a Maçonaria estivesse ausente na sustentação das entidades assistenciais referidas, na maior parte privadas de apoio das esferas governamentais. Seus membros integravam ao mesmo tempo diferentes escalões dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da República, nas três esferas de governo.

Seus traços originais revelam-se no fortalecimento da burguesia do século XIX em contraposição à hegemonia aristocrática da nobreza e do clero. Algumas teorias conspiratórias preferem acrescentar que a Maçonaria comporta ou comportou influências do judaísmo internacional, grande interessado no livre

comércio entre as nações e na tolerância político-religiosa como passaporte para o fomento mercantil com metas globais desde o início das navegações.

Historiadores maçons costumam localizar a participação de seus membros em quase todos os movimentos de independência nacional, como no caso do Brasil ao separar-se da monarquia portuguesa e na resistência nacionalista à tutela política do Vaticano durante todo o século XIX.

Suprida de estatutos que lhe garantem Constituição e sistematizados poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (19), a Maçonaria apresenta-se com as características de um Estado oculto dentro do Estado nacional. Reservadas as proporções, o Estado maçônico seria abstrato e na prática viveria da sobreposição do papel que seus membros exercem nos demais estados, o civil, o das Forças Armadas, e o clerical, este último em especial no século XIX.

Vale situar que filosófica e politicamente a teoria e a constituição do Estado Moderno são contemporâneas à formação da Maçonaria chamada simbólica. É de considerar que o modelo constitutivo do Estado desde aquele momento tornou-se comum para as organizações civis. Ao reservar a atuação de seus membros ao compromisso do segredo, a Maçonaria conseguiu traçar os limites invisíveis de uma espécie de Estado virtual, cujo corpo na realidade encontra-se superposto ao desempenho de seus membros enquanto cidadãos comuns do Estado nacional. A prudência cívica exige que a instituição, por própria iniciativa, cuide de reservar-se cultos aos símbolos nacionais a fim de evitar eventual transparência de distinção e concorrência real entre um Estado e outro. Por fazer o mesmo em todos os países onde se encontra, a Maçonaria ganha o vago esboço de um Estado oculto transnacional.

As evidências de inspiração maçônica nas constituições e formação das repúblicas americanas são suficientes para exigir estudos mais atentos. Não obstante seja farta a literatura em muitos países, estranha lacuna ainda se verifica no Brasil nesta área. Estudos sobre o tema, entre outros objetivos, poderiam contribuir para interpretar as origens e contradições do liberalismo e do conservadorismo brasileiro em meio ao período que vai da Independência à República e suas conseqüências na realidade atual.

Na ausência de conhecimentos sistematizados, isentos e necessários, acabam prevalecendo comprometidas versões de leigos, fantasiosas publicações de verniz esotérico, discursos apologistas e ingênuos de membros da fraternidade ou de profanos refratários a ela. As pesquisas históricas internas da instituição raramente chegam a público. A vida acadêmica é completamente displicente em relação ao assunto.

O caráter reservado da instituição advém de sua secretude antiga. Instrumento de mudança social no início da época contemporânea, ao contrapor-se aos poderes da nobreza e do clero, a Maçonaria viveu momentos de perseguição política. O papel revolucionário desempenhado por alguns de

seus membros legou-lhe condição lendária. O antigo sigilo de suas atividades, não obstante a mudança dos tempos, acabou incorporado de forma permanente. Ao termo "secreto", a instituição prefere hoje o "discreto". Correntes internas questionam a validade desta tradição para a atualidade. A admissão de mulheres é outro debate interno que hoje mobiliza segmentos internacionais da instituição.

O filósofo Olavo de Carvalho (20) desmistifica a tradição de eficiência conspiratória da Maçonaria como agente unificado e único responsável por grandes mudanças históricas. Para ele, esse tipo de pensamento fantasioso negligencia o curso frequentemente caótico, múltiplo e incontrolável dos fatos sociais, econômicos, políticos e mesmo espirituais. No demais, para ele, a Maçonaria teria por hábito assumir suas causas somente a posteriori, ou seja, depois dos fatos terem acontecido. Seria sua tradição assumir o sucesso de um empreendimento e renegar o fracasso de algum outro. E mais, como é sua característica reunir membros de todas as vertentes políticas, sempre haveria algo bem sucedido a ser assumido. Tal expediente é que explicaria os registros mais adversos e contraditórios de presença maçônica ao longo de momentos históricos.

Referindo-se ao difuso leque de expressões ideológicas presentes à atividade maçônica, exemplar no Brasil pré-republicano, acrescenta o filósofo: "São então maçons os conservadores, são maçons os liberais, é maçom o Imperador, são maçons os agitadores republicanos. Pairando invisivelmente sobre todas as forças em luta, a Maçonaria sai vencedora em qualquer hipótese. Muito mais que o Imperador, ela é a verdadeira autoridade que acolhe em seu seio maternal os partidos em disputa e unge a fronte do vencedor com o óleo bento da legitimidade". (21)

A seu ver, "é um simplismo grosseiro, portanto, atribuir à Maçonaria a responsabilidade pelos movimentos revolucionários, porque ela não se compromete com aqueles a quem auxilia, do mesmo modo que a Igreja medieval não se compromete em conflitos dinásticos: sua função é eclesial, não real ou imperial. Como a Igreja, ela dá nascimento a uma aristocracia, a uma casta governante, e, sem mesclar-se diretamente no governo deste mundo, influencia decisivamente o curso das coisas, ensinando, orientando, estimulando, conciliando ou dividindo, e equilibrando enfim – ao menos idealmente – o movimento do conjunto. O que a diferencia da Igreja é menos a sua ideologia – vaga, indefinida e elástica o bastante para comportar todos os arranjos e acomodações – do que a sua invisibilidade". (22).

O autor, porém, chama a atenção para perspectivas decisivas a pesquisas sobre o assunto. Ele encontra na prática governamental dos Estados Unidos a cena que lhe parece adequada para assinalar a Maçonaria como instituição exemplar da reivindicada religião civil preconizada desde a Revolução Francesa e que no Brasil ganhou investimentos, frustrados, de Benjamin

Constant para sua projetada república positivista sob o lema "Ordem e Progresso".

Carvalho aponta os Estados Unidos como o primeiro país a instituir um governo sem religião oficial e, portanto agnóstico (23). Apesar da hegemônica cultura protestante, cabe ali ao Estado civil legislar e decidir soberanamente sobre um caleidoscópio de organizações religiosas descentralizadas e, não raro, antagônicas.

Identificada com a função de substituir uma religião vinculada ao Estado, a Maçonaria cumpriria papel básico na sustentação da pluralidade democrática, incorporando em si, sob uma forma laicizada e desespiritualizada, os valores cristãos. Assumiria o encargo de "substituir a Igreja – todas as igrejas – na condução da vida interior das pessoas, e de unificar, sob a nova religião laica, o mundo ocidental" (24). Assim faria, sendo, contraditoriamente, uma nova aristocracia, cuja ação interna se desdobraria na vida pública em debates previamente traçados e administrados no núcleo de sua discrição ou secretude.

Para ele, o processo americano é de acentuada centralização de um poder aristocrático enquanto, contraditoriamente, expandem-se cada vez mais os direitos nominais públicos dos dominados. Os poderes aristocráticos e públicos, segundo ele, estariam dialeticamente ligados para ampliação simultânea de ambos.

Não obstante a incapacidade unificadora da Maçonaria diante dos fatos da história, o filósofo localiza na organização americana, já a contar de sua origem, traços constantes que viriam de uma modelagem do pensamento a ser atribuída ao modelo maçônico. O principal seria a nova aristocracia moderna e oculta que se furta de toda fiscalização, crítica e controle externo, onde a ampliação quase caricatural dos direitos populares, dos movimentos de protesto e da cultura da reclamação não abala no mais mínimo que seja o poder das velhas oligarquias, "antes o fortalece".

Reservada a diferença cultural entre Estados Unidos e Brasil, a análise de Carvalho não pode ser dispensada sem maiores considerações. Ela nos remete a redimensionar a influência da Maçonaria americana no Brasil. Conforme a tradição mais comum, tal influência viria sobretudo da Europa, mais exatamente da Inglaterra e França, berços maçons, países aos quais o Brasil nutriu históricas dependências, respectivamente, econômica e cultural.

No que se refere ao que o autor qualifica de aristocracia, vale chamar a atenção para a diferença estrutural da formação da elite nos Estados Unidos e no Brasil. Cunhada sob o espírito puritano (25), a primeira distancia do patrimonialismo conservador herdado da cultura portuguesa do Brasil, repositório latino de um sistema semifeudal.

Por influência histórica, deve-se localizar em outras análises que tal perspectiva veio a influir na formação dos quadros maçônicos brasileiros. Sem uma burguesia efetiva, aos moldes do liberalismo clássico, o Brasil limitou-se à elite rural coronelística. No início do século XX, com a transferência dos capitais e bons barões do café para São Paulo (26), o interior do Estado viu-se na dependência de uma elite formada basicamente por representantes da classe média comercial ou da prestação de serviços. Um estudo mais atento das contrições entre o liberalismo e o conservadorismo do interior paulista através da atuação maçônica terá um dia que, necessariamente, abrir perspectivas a partir deste viés.

Sem buscar características brasileiras, Carvalho prefere contextualizar seus estudos no liberalismo norte-americano. A seu ver, este seria modelo de interesse primordial, uma vez que a homogeneização da cultura em vias de globalização decorre da hegemonia norte-americana. Na realidade, o autor trabalha com a idéia de Império, poder global que os Estados Unidos teriam assumido com o fim da Guerra Fria. Seu texto, de 1995, cabe ressaltar, não traz elementos da história imediata que agora em 2002 tendem a preconizar a superação dos poderes dos Estados pelas fusões transcontinentais da iniciativa privada, quadro que poderia acrescentar aspectos suficientes para alterar a perspectiva da análise.

Ele assinala a forma pela qual a Maçonaria já viria contribuindo para o que avalia como imperialismo norte-americano desde suas origens: "Os Estados Unidos são o primeiro país cujos governantes são todos ou quase todos maçons, e onde, não havendo oficialmente religião protegida pelo Estado, a situação de fato fica sendo: governo Maçônico. E governo maçônico quer dizer o seguinte: todos os conflitos abertos, todas as disputas políticas travadas diante do público, que constituem a pulsação mesma da vida democrática, não são senão a exteriorização de divergências nascidas e elaboradas dentro da Maçonaria". (27)

Nesta linha, ele prossegue: "A espuma democrática encobre e disfarça a luta interna no seio de uma nova aristocracia. Quando o Brasil imita o exemplo norte-americano e proclama a sua independência da Europa, a vida parlamentar nacional não consistia de outra coisa senão de debates entre maçons, cujas divergências se erguiam sobre o fundo comum de um pacto de lealdades secretas". (28)

Apesar do universalismo ser um princípio maçônico, na prática seu idealismo ecumênico distingue-se em diferentes ritos e obediências. No panorama de conflitos do século XIX esse aspecto veio a facultar um caleidoscópio de contradições internas vividas pela Maçonaria brasileira, enriquecendo-a em complexidade e contribuindo para o movimento político nacional. Cabe destaque para o período que leva da Independência à República em meio à formação de Rio Claro e região. (29)

Já em 1822 idéias republicanas moviam o maçom Gonçalves Ledo em sua disputa com Bonifácio Andrada, este primeiro grão-mestre de uma maçonaria que defendia a tese de uma monarquia nacional. Andrada pregava a união luso-brasileira através de uma comunidade de países autônomos que englobasse as colônias e não admitisse a escravidão. Nesses itens não era acompanhado por seus pares, que trabalhavam com a idéia de um liberalismo alicerçado no trabalho escravo. A fraternidade acabou sendo fechada em polêmica disputa com D. Pedro I, acusado até o último momento de traidor dos maçons. Por consequência, ele abdicou do trono em 1831 e seguiu para Portugal.

A abdicação deixou o país em turbulência, sob risco de ruptura da unidade nacional e guerra civil. A crise era simultânea na Maçonaria, motivada e mobilizada internamente pela histórica dissidência de 1831 protagonizada pelas lideranças de Nicolau de Campos Vergueiro, fundador de Rio Claro, e Andrada, ainda sustentando projetos de um Brasil autônomo, mas vinculado a Portugal.

Vergueiro, apesar de português de nascimento, era um dos fazendeiros mais poderosos do país e defendia idéias nacionalistas consideradas radicais, o que o levaria em 1842 à tentativa de uma revolução liberal a partir de Limeira. O ex-ministro da Justiça, Feijó, esteve ao seu lado naquele fracassado episódio. (30).

Por decorrência do confronto em 1831 entre as duas correntes maçônicas, verificou-se primordial cisão na cúpula da instituição (31). Vergueiro desligou-se do Grande Oriente do Brasil, que acabava de ser reconstituído por Andrada, e juntamente com demais líderes nacionalistas fundou o Grande Oriente Brasileiro.

A fim de garantir a unidade territorial em risco por falta de governo, datam da época a Guarda Nacional e as sociedades políticas defensoras da liberdade e da Constituição, articuladas pelos então regentes Vergueiro e Feijó, este também maçom apesar de membro do clero de versão nacionalista. Face ao risco de conflagração militar, ele lançava mão de instituir entidades civis como alicerce da segurança nacional. (32)

A retrospectiva desses fatos vale para esclarecimento da origem dessas sociedades defensoras da Constituição (muitas de caráter paramaçônico), as quais se transformariam logo a seguir nas chamadas Sociedades do Bem Comum, cuja versão em Rio Claro deu início à formação do município. E, a partir daí, a possibilidade dos fazendeiros locais terem representatividade política e eleitoral.

Em suma, para garantir a unidade territorial de um país sem imperador e em época de turbulência, foram criadas as sociedades nacionais defensoras da Constituição. Quando o problema foi resolvido, com a instituição

da Regência até o jovem D. Pedro II ter idade suficiente para assumir o trono, apesar de essas entidades não terem mais objetivo, elas não foram dissolvidas, e sim transformadas nas chamadas Sociedades do Bem Comum. (33)

Este fato marca a origem de Rio Claro na condição de poder civil, uma vez que a Sociedade do Bem Comum local é que organizou o município politicamente. Na prática sua ação cuidou de formar um colégio eleitoral projetado para disputar o poder regional entre os fazendeiros do interior paulista. (34)

Foi com esse poder que Vergueiro se tornou um dos homens mais poderosos do Brasil, tanto é que, por algum tempo, ele regeu o trono na vacância deixada por D. Pedro I. Rio Claro e Limeira ganharam com isso.

Na forma original, de 1831, ou posterior, de 1832, essas referidas sociedades estiveram estabelecidas em Itu, Jacareí, Campinas, Piracicaba, Porto Feliz, Mogi Mirim, Taubaté, Sorocaba, Atibaia, Limeira e Rio Claro.

Os estatutos da entidade em Limeira e Rio Claro são idênticos. A ela são atribuídos a formação dos municípios, a inspiração maçônica, os projetos urbanos iniciais e a primeira referência pública sobre educação. No caso do ensino, as diretrizes não passaram de vago projeto.

Literalmente, as diretrizes da Sociedade do Bem Comum de Rio Claro estabeleciam que as principais finalidades da instituição seriam a construção da igreja, a orientação das obras, a difusão de bons costumes e a educação da mocidade.

A sociedade local foi dissolvida em 1839. Ainda hoje é controversa a primordial propriedade das terras da área central do município, que segundo alguns registros teriam sido doadas à Igreja, mas no decorrer das décadas teriam ganhado registros em nome de terceiros após o patrimônio ter sido administrado pela prefeitura. O livro de atas da Sociedade do Bem Comum, que segundo registros esteve preservado até o início do século XX na Câmara Municipal, sumiu sem que haja qualquer referência sobre ele já naquelas primeiras décadas.

O movimento republicano, antes mesmo de 1870 (35), registra expressiva participação de fazendeiros do café e líderes maçônicos dissidentes do Grande Oriente do Brasil, tendo à frente Saldanha Marinho. A dissidência fora instalada em 1863. Entre as 49 lojas dessa dissidência estiveram as do antigo Oeste Paulista, hoje regiões Sudeste do Estado de São Paulo, forte reduto liberal e republicano. E rico pelo café.

Na região as lojas eram as de Campinas (Loja Independência), Amparo (Loja Trabalho), Piracicaba (Loja Piracicaba) e Itu (Loja Beneficência

Ituana). O primeiro núcleo maçônico com sede fixada em Rio Claro foi a Loja Fraternidade Terceira, com a anuência de Saldanha Marinho, em 1868.

Este segmento dissidente reunia a elite do pensamento político, social e cultural brasileiro além de homens de decisão interna no Exército. Tal evidência contribuiu para avaliar a importância política de Rio Claro e da região no processo de desenvolvimento nacional, tema para outros estudos. Em 1897, Rio Claro chegou a ser o segundo produtor agrícola em São Paulo. O primeiro era Araraquara. (36)

Data de 1870 o manifesto republicano de Saldanha Marinho. Sua principal consequência deu-se com a Convenção de Itu, em 18 de abril de 1873, na casa de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado. Ali se encontra hoje o Museu Republicano, local onde se consolidou o Partido Republicano Paulista (PRP), criado em São Paulo na casa do maçom Américo Brasiliense, da Loja América. Dos participantes da convenção, dois chegaram à Presidência da República: Campos Salles e Prudente de Moraes. Ambos eram fazendeiros no hoje Sudeste paulista. Campos Salles, irmão de Joaquim Salles, que viria a ser prefeito de Rio Claro, era membro da Loja Independência, de Campinas, e foi fundador da Loja 7 de Setembro, de São Paulo. Prudente de Moraes, da família do fundador de Rio Claro, Antonio Paes de Barros, e de Raphael Tobias de Barros (patrono do grupo escolar local "Barão de Piracicaba"), era membro da Loja Beneficência Ituana e foi fundador da Loja Piracicaba, naquele município. Da Convenção de Itu participaram representantes de Campinas, Botucatu, Amparo, Bragança, Piracicaba, Capivari, Jaú, Jundiaí, Indaiatuba, Itapetininga, Itatiba, Mogi Mirim, Porto Feliz, Sorocaba, Monte Mor, São Paulo e Rio de Janeiro. A participação exata de Rio Claro ainda depende de pesquisa. (37)

Um ano antes da Convenção de Itu, mais exatamente em 6 de janeiro de 1872, foi fundado o Clube Republicano Rio-Clarense. Aqui participou de sua fundação, realizada no Teatro São João (anteriormente Teatro Fênix, um símbolo maçônico), Campos Salles, que chegou a exercer a advocacia no município. Em seu discurso ele criticou o atraso material e moral do País nos seguintes termos: "A dívida pública cresce sempre na mesma proporção que crescem os impostos e por consequência mais aumenta o vexame das classes produtoras".

No que se refere à relação da Maçonaria com a Igreja Católica, a crise de maior notoriedade refere-se à questão de 1872. Por iniciativa de bispos brasileiros da época, deu-se nova, porém mais intensa ruptura entre as instituições, com a proibição de maçons figurarem nas irmandades católicas e padres pertencerem à Maçonaria. O Parlamento, às voltas com a reforma da Constituição, naquele momento, assistiu a expressiva defesa de Saldanha Marinho pela separação entre Igreja e Estado, fato que viria a concretizar-se com a República. (38)

Manifestação em Rio Claro pela defesa daquela causa registrou-se através dos vereadores Cândido Vale e Cerqueira César. Indicação de ambos foi aprovada em sessão de 16 de abril de 1874 da Câmara local, estabelecendo que se nomeasse uma comissão de vereadores para representar junto ao Parlamento posição favorável à pregação de Saldanha Marinho.

Os vereadores Cerqueira César e Antonio Augusto da Fonseca foram nomeados para redigir a Moção de Rio Claro. Cerqueira César foi o primeiro presidente da Filarmônica e depois se tornou governador do Estado de São Paulo.

Ao defender a liberdade religiosa e mesmo a laicidade do ensino, as lideranças republicanas e maçônicas, em determinado aspecto, tornaram-se anteparo das resistências católicas à difusão protestante, a partir do interior paulista.

O primeiro ponto de difusão presbiteriana no Brasil teve início no eixo Rio Claro-Brotas. Em especial, a aliança entre Maçonaria e protestantismo era característica da Igreja Reformada Americana. A inspiração maçônica, assim, acabou representando papel de relevo no estabelecimento dos americanos sulistas no Brasil, também eles alimentando princípios liberais e republicanos (39).

Muitos desses imigrantes eram maçons quando vieram para cá, bastando notar a simbologia específica em muitos de seus túmulos nos cemitérios de Americana e Santa Bárbara D'Oeste. Em 1874, menos de dez anos depois de sua chegada a Santa Bárbara, os sulistas maçons fundaram sua própria loja, a Washington Lodge, sob licença do Grande Oriente do Brasil.

No aspecto pedagógico, para a nova elite emergente, o protestantismo foi visto como versão religiosa do liberalismo, da liberdade, igualdade e fraternidade, e das revoluções americana e francesa. Representava, pois a resistência à soberania dos grandes proprietários de terra, alicerçada sobre um modelo social para o qual o catolicismo contribuía ideologicamente dando ênfase às estruturas hierárquicas e não à pessoa e à livre iniciativa.

A tônica pela vertente liberal identificava-se à ética protestante cujo ideário indicava que o homem estava destinado a ser livre, uma vez que não existiriam estruturas sagradas. Propunha, dessa forma, uma sociedade na qual o homem, com trabalho e disciplina, exerceria o poder para conquistar o mundo. Em termos políticos justificava o interesse imediato daqueles que se dispunham a chegar ao poder pela mudança de regime.

A resposta do catolicismo conservador da época atingiu muitos protestantes na forma de perseguição. No conflito, era comum que maçons protegessem os americanos. Prudente de Moraes, primeiro venerável da Loja Piracicaba, encarregou-se, por exemplo, da defesa de vários dos imigrantes

envolvidos em processos na Justiça. Ainda Prudente de Moraes, como deputado em 1869, enfrentou o pároco do município pelo direito de um alemão protestante ser enterrado no cemitério, o que os católicos então não permitiam (40).

Implantada a República, ela nasceu em meio a contradições daqueles que antes se mantinham unidos. As duas tendências de sua base logo se expressaram em forma de conflitos internos entre liberais e positivistas. Cabe destaque à tendência positivista de Benjamim Constant, defensor da implantação de um Estado autoritário e sociocrata. Sua proposta foi vencida pela corrente democrática de Rui Barbosa. Com a Constituinte de 1890 efetivou-se o modelo presidencialista e federalista. A seguir veio a decadência do sistema.

Enquanto a inspiração maçônica do século XIX experimentava seu apogeu, angariou nomes ilustres que contribuíram para a sobrevivência daquele que foi o período áureo da instituição. A característica de admissão e consagração à ordem de vultos destacados foi exemplar com Deodoro da Fonseca. Logo que assumiu a chefia do governo ele foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil.

Do primeiro ministério, nota-se haver sido integralmente formado por maçons. Quintino Bocaiuva (Transportes), Aristides Lobo (Interior), Benjamin Constant (Guerra), Rui Barbosa (Fazenda), Campos Salles (Justiça), Eduardo Wandenkolk (Marinha) e Demétrio Ribeiro (Agricultura). Benjamim Constant, que teria sido anteriormente cogitado para ocupar o lugar de Deodoro, esteve também à frente do efêmero Ministério da Instrução Pública. Seu projeto de conduzi-la à luz do positivismo não saiu do papel.

República

Na prática, a chegada dos defensores do liberalismo ao poder frustrou as expectativas democráticas e o país passou a viver um período conturbado e repressivo. O espírito iluminista que motivou as teses maçônicas refluíu em igual proporção, com a fraternidade perdendo notoriedade.

A República ganhou pesados traços conservadores dado ao oportunismo de alianças com as antigas oligarquias. No aspecto social, os detentores do poder deixaram de investir na formação das novas gerações da elite. Temas de ordem popular passaram a ser tratados de forma policialesca. A questão educacional perdeu em importância no processo de formar o cidadão para o exercício do voto. O procedimento eleitoral era o da fraude, pura e simples.

Ao apresentar a Maçonaria como um universo polimórfico pela diversidade ideológica de seus membros, Olavo de Carvalho considera característica dos apologistas da instituição reservar influências ou mesmo

autoria de seus projetos políticos de maior amplitude até a constatação dos resultados obtidos. Os sucessos seriam admitidos a posteriori, ao contrário das frustrações, historicamente subestimadas.

O historiador maçom José Castellani, de São Paulo, questiona em seu artigo "PRP - Partido Maçônico?" (41) que a fase coronelística da Primeira República possa ser sintetizada como resultante de um partido maçônico, como teriam chegado a afirmar detratores do partido à sua época.

Ao verificar a expressiva presença de maçons na formação do Partido Republicano Paulista, que, fundado em 1872, dominou a política nacional até 1930, ele comenta: "Percebe-se que a esmagadora maioria dos participantes da reunião era formada por maçons atuantes. Além disso, a comissão formada para a divulgação do evento era composta por três maçons de proa, que viriam a influir, decisivamente, na vida política nacional - Américo Brasiliense, Américo de Campos e Campos Salles. Não quer isso dizer, todavia, que o PRP era um partido maçônico, como chegaram a afirmar alguns de seus detratores, já no ocaso da Velha República. Era, sim, de inspiração maçônica, já que se baseava num manifesto e num movimento com ampla participação de maçons; e a grande presença de maçons era, também, explicável: os espíritos progressistas, que desejavam a queda do ultrapassado regime monárquico, estavam reunidos sob a égide da mais evolutiva, liberal e progressista sociedade da época: a Maçonaria".

No destaque a seguir, José Castellani reforça a idéia de que os fatos históricos não podem ser determinados de forma exclusiva por qualquer intenção, seja ela qual for, de grupos ou indivíduos. Dessa forma, não obstante considere a influência maçônica, a descaracteriza como determinante seja onde for, sobretudo no conservadorismo da Primeira República. Assim faz remetendo a trecho da circular redigida pela referida comissão encarregada da divulgação do PRP, integrada por Américo Brasiliense, Américo de Campos e Campos Salles. Em determinado trecho encontra-se: "... em um regime sinceramente democrático, não há imposições possíveis, nem ciladas à opinião pública, armadas pelo orgulho, ou pelo capricho de um homem, por mais ilustre que ele seja". Quanto a isto, na história mais recente vale lembrar do presidente e maçom Jânio Quadros.

Separada a Igreja do Estado, a disputa religiosa também refluíu. O sínodo presbiteriano de 1903, ao rediscutir a chamada Questão Maçônica, através da Moção Gamonn, definiu que a compatibilidade ou não do protestantismo com a Maçonaria é decisão de foro íntimo. Encerravam-se assim longos e acalorados debates, sem os quais instalou-se o processo de acomodação cultural e conservadorismo político.

O contexto nacional, no qual Rio Claro inclui-se como amostra adequada, caminhou da estagnação para a decadência, com a economia cafeeira falindo. O país endividou-se. A gradual industrialização e concomitante

urbanização esvaziaram a economia rural, logo abatida pela Revolução de 30. A instituição maçônica debilitou-se no novo contexto sob o poder de Getúlio Vargas.

Nos tempos modernos o processo de seleção de líderes para os altos cargos da Maçonaria mudou, distinguindo-se da preferência anterior por entregar a direção da ordem a personalidades iminentes. Ao reduzir a admissão de vultos mais destacados parece haver acarretado um certo desinteresse para os problemas de dimensão nacional, quase que municipalizando sua esfera de ação. (42)

A tradição maçônica prefere considerar que sua participação na vida pública, anterior ou atual, nunca é direta da instituição, mas de seus membros. A ação direta, quando aconteceu, teria sido funesta, garantem seus observadores. Seja como for, a maioria dos presidentes da República foi de maçons, o que revela um traço do perfil da instituição. Na lista estaria incluído Fernando Henrique Cardoso.

Entre representantes dos poderes públicos em seus diferentes níveis, muitos são maçons, sem contar sua representação na sociedade civil. O mais crítico esboço da instituição cuida para a eventualidade de ela representar na prática um Estado oculto dentro do Estado, perspectiva social que autoriza o debate sobre a permeabilidade entre o público e o privado.

Não bastando a exigüidade da observação, o tema pode ser enriquecido pelo estudo de sua complexidade na relação entre Estado e Sociedade. O presente texto encontra-se na dependência de inúmeras avaliações e aperfeiçoamentos, justificados pela carência de fontes dado o caráter secreto ou discreto dos arquivos da instituição, o que limita um tratamento mais exato do contexto em estudo.

O termo Maçonaria refere-se à construção e remete em seus primórdios às corporações (sindicatos) de pedreiros mantidos pela Igreja Católica para a construção de igrejas na Idade Média. Com o passar do tempo, os pedreiros, ou maçons, constituíram-se em organizações independentes da Igreja, aos poucos tornando-se conhecidos como livres. (43)

Na época, a arquitetura reunia a síntese do conhecimento científico e traduzia a mais sofisticada tecnologia existente, por isso sua prática era mantida em segredo, por questões profissionais.

Com a Renascença verificou-se a vulgarização dos conhecimentos científicos, entre eles o dos pedreiros e arquitetos. Encerrou-se também o período de construção das grandes catedrais. A mão-de-obra tornou-se abundante e de menor qualificação, até ser absorvida em construções de castelos e palácios. Sua dispersão por diferentes regiões da Europa inviabilizou a manutenção de grupos organizados.

Vencida a fase do corporativismo profissional, construtores remanescentes deram àquela espécie de sindicato o caráter de ajuda mútua. A partir daí, os novos grupos passaram a aceitar membros não-profissionais, protetores e pessoas de diferentes condições e profissões. Tornou-se um sindicato de diferentes categorias. (44)

Os novatos tornaram-se conhecidos como maçons aceitos. Num período de intensas transformações na Europa, sob influências filosóficas resistentes às monarquias e ao clero, associações desse tipo remodelaram tradições de antecessores, adotando, entre outras coisas, a denominação, buscando assim uma identidade antiga que lhes oferecesse renome e prestígio histórico.

O objetivo agora visava exclusivamente à ação social, filosófica e política, preservado o mútuo auxílio. Assim, fundava-se a Maçonaria Simbólica com a Grande Loja de Londres, em 1717 (45). A investigação histórica desses fatos está sujeita a uma série de dificuldades tanto para maçons como não-maçons devido à vasta impregnação de ingenuidades lendárias nos textos apologistas editados pela instituição nas publicações reservadas a seus membros. Dado o caráter discreto ou secreto, a Maçonaria encontra-se sujeita a referências fantasiosas que durante séculos alimentam o imaginário popular, sobretudo de seus críticos e, às vezes, de seus próprios membros.

São João Batista: o padroeiro.

Os povos da Antiguidade celebravam grandes festas nos dias que marcavam a maior e menor aproximação do Sol. Por referência ao culto de Juno, as festas eram denominadas juninas. A deusa greco-romana representava o nascimento, daí sua vinculação à origem da vida e da luz.

As antigas corporações de construtores romanos tinham por hábito festejar em 24 de junho o dia em que o Sol chegava ao seu apogeu anual para depois cair em declínio e ressuscitar ou renascer a 27 de dezembro. Com a hegemonia do cristianismo as festas foram sincretizadas. Aquelas celebrações pagãs acabaram mantidas na Idade Média, associadas aos cultos de São João Batista e João Evangelista. O sincretismo foi a forma cultural que a Igreja encontrou para cristianizar festas pagãs. (46)

As medievais corporações dos construtores das igrejas, cujas tradições séculos depois foram adotadas pela Maçonaria Simbólica, conservaram os dias 24 de junho e 27 de dezembro como os maiores da Ordem. A Grande Loja da Inglaterra, matriz da Maçonaria moderna, foi fundada a 24 de junho de 1717.

No Brasil, a comemoração dessas datas está em desuso por motivos reservados ao conhecimento da própria instituição. Hoje as sedes maçônicas,

ou lojas, pautam-se por solenidades particulares referentes a posses de cargos ou a datas cívicas.

Rio Claro

O primeiro núcleo maçônico rio-clarense data de 1868, com a instalação da Loja Fraternidade III, que teria sido oficializada em 1869, em documento assinado por Saldanha Marinho e Duque Estrada. As referências existentes são incompletas e contraditórias. De sua origem vaga, diz a tradição que logo em 1871 teria sido desativada para retomar as atividades em 22 de novembro de 1873, já com sua Carta Capitular. (47)

Cabe assinalar que naquele momento, dissidente do Grande Oriente do Brasil, Saldanha Marinho constituía o Grande Oriente dos Beneditinos, oficializado em 1872 (48). Instalava novas lojas, 49 no total, no antigamente chamado Oeste Paulista, hoje região Sudeste do Estado. Nesta área ganharam destaque Campinas (Loja Independência), Amparo (Loja Trabalho), Piracicaba (Loja Piracicaba) e Itu (Loja Beneficência Ituana).

Estudos mais detalhados poderão revelar o nível de sintonia entre as dissidências internas na instituição com a formação de bases eleitorais nos municípios. O fato de essas dissidências serem periódicas e superadas por negociações internas motivadas por circunstâncias políticas, dificultou a definição de um quadro completo de suas conseqüências.

Seja como for, tem-se delineado que Saldanha Marinho era influente nesta região e autor do manifesto republicano de 1870. As lojas em sua área de influência foram atuantes na Convenção de Itu, em 1873. Quanto aos maçons de Rio Claro, em 1872 já haviam fundado seu clube republicano com a participação de Campos Salles, futuro presidente da República e membro da Loja Independência, de Campinas. O elemento simbólico do clube pode ser encontrado no local de sua inauguração, no extinto Teatro São João, anterior Teatro Fênix. Ambos os nomes fazem referência à simbologia maçônica.

Vale lembrar que, por influência de Saldanha Marinho, em 1874, os vereadores Cerqueira César e Antonio Augusto da Fonseca fizeram a Câmara Municipal de Rio Claro aprovar em 16 de abril moção favorável à separação entre Igreja e Estado, pregação que Marinho sustentava no Parlamento.

Futuros estudos poderão lançar luzes para entender qual teria sido o motivo do desaparecimento, praticamente sem vestígios, da Loja Fraternidade III de Rio Claro. Um ponto que certamente irá contribuir para a investigação é traçar a trajetória de Saldanha Marinho em meio à cena republicana e a sucessão de lideranças nas lojas que estiveram sob sua influência no período. Outro é buscar elementos sobre o tipo de importância que Rio Claro representou na Convenção de Itu. Alguns historiadores maçônicos são displicentes quanto a este registro, o que soa de maneira estranha.

A Fraternidade III chegou a ter suas instalações na Avenida Quatro entre as Ruas Quatro e Cinco (49). Fontes ainda não divulgadas estimam dispor de documentação suficiente para localizar o início de suas atividades nas vizinhanças do Mercado Municipal. Suas reuniões eram realizadas aos sábados, às 19 horas.

Pouco se sabe quanto à desativação, ou tombamento de colunas, em termos maçônicos, dessa loja. Sua documentação perdeu-se provavelmente a partir de 1874, ano em que já teria perto de 50 membros. A desativação, para se dar àquela época, soa estranha, uma vez que ali transcorria o principal momento da gênese republicana. Como nada se sabe a respeito, nenhum elemento pode ser dispensado, mesmo que sejam apenas relatos da tradição. É o caso de se lembrar que 1874 foi marcado por uma epidemia de varíola no município, quando as instalações da loja vieram a ser utilizadas para atendimento das vítimas da doença, entre elas três maçons.

Em 1895, presumíveis remanescentes da Fraternidade III e outros decidiram restaurar a Maçonaria no município, fundando a "Estrela do Rio Claro", em 5 ou 7 de dezembro de 1895. Até o momento não há alcance para se verificar o local exato onde a nova loja começou a funcionar.

A tradição remonta que uma de suas instalações seqüentes esteve à Rua Cinco, atual número 1334. O prédio onde hoje a instituição encontra-se, na esquina da Rua Quatro com Avenida Nove, foi erguido em 1904 com a mudança das instalações acontecendo em 1907.

Em 2001, o prédio ganhou exemplar restauração. Nos primeiros 50 anos, passou por duas reformas. Na segunda, recebeu as grades e portões de ferro que cercavam o Jardim Público, para substituir as grades de madeira. O maior portão que fechava o jardim encontra-se na Santa Casa. De 1952 a 1962, foi construído o templo na forma em que até hoje se encontra, com arquitetura em estilo egípcio. Os salões de recepção e festas trazem baixos-relevos alusivos a temas maçônicos e à história do Brasil.

O fato da transferência dos portões para ambas as instituições exige lembrar a histórica relação entre maçons e católicos na formação do hospital da Irmandade. Indisposições administrativas entre um e outro segmento marcam reservados instantes da história do município, merecedores de um estudo à parte (50). Em termos simbólicos, e mesmo históricos, a causa da saúde, no que se refere a católicos e maçons, faculta lançar vistas a raízes seculares de fraternidades lendárias, entre elas a dos Templários, Hospitalares e Jesuítas, tema que, infelizmente, não cabe neste ensaio. No mínimo vale remeter a futuros pesquisadores a análise de disputas eleitorais em clubes sociais e para a própria Irmandade da Santa Casa, que mobilizaram o município especialmente entre 1996 e 1998.

A loja tem, provavelmente, perto de 180 membros, o que lhe pode assegurar, segundo estimativa sem confirmação, freqüência de 75 a 80 participantes por sessão. A expansão dos quadros é uma obrigação do membro maçom. Cabe a todos apresentar indicações de nomes de futuros integrantes para a renovação necessária.

A freqüência nas sessões é de grande importância. Conforme a assiduidade, o maçom pode ser avaliado como bom, regular ou displicente. A displicência, antes de ser um problema de dirigentes de quaisquer sociedades, exige atenta observação nos quadros maçônicos também. Uma reprimenda por boletim interno pode ser utilizada em momentos de participação importante. É o que, por exemplo, registra circular de maio de 1996: "Evidentemente, cada um colabora de acordo com suas possibilidades, com atuação maior ou menor dependendo da honradez e cultura maçônica. Os que possuem este altivo atributo vão até o sacrifício para cumprir os seus deveres; outros participam na medida exata dos interesses pessoais e se sentindo imunes a qualquer poder, desprezam os princípios básicos da Instituição..." (51).

Desde 1978, a "Estrela do Rio Claro" participa do movimento de unificação da Maçonaria Paulista. Vários de seus membros contaram com expressiva participação nas administrações estadual e federal. Os setores nacionais em que se dividem a Maçonaria, chamados internamente de potências, adotam a instituição da representatividade de "deputados e juizes" estaduais e federais. Tal representatividade, da qual Rio Claro dispõe, expressa a importância das bases municipais.

Para breve esboço da representatividade e estrutura administrativa da entidade, difusa para leigos, é preciso levar em conta que, apesar do universalismo suposto, na prática seu ecumenismo divide-se em diferentes áreas de abrangência sob a identificação de ritos e obediências. Seriam o equivalente aos partidos políticos nacionais e internacionais.

Tal qual o exemplo partidário, as divisões são enriquecidas por influência de regionalismos e contradições sócio-políticas de suas bases. Ao contrário de idéias fantasiosas, a concretude do determinismo histórico torna inviável ampla generalização sobre as características maçônicas. Da mesma maneira que não é possível falar de um perfil único para o indivíduo europeu, americano ou brasileiro, é igualmente inviável tentar limitar a identidade de uma loja qualquer ou de um maçom genérico. Motivação e influências de suas ações dependem de estudos relativos às condições de época e respectiva cultura.

A partir de tal constatação, associada à referida busca de espaço na política interna e externa, é que se torna compreensível a tendência de fracionamento da instituição em novas unidades administrativas. Grupos dissidentes tendem a se constituir em outras lojas, procedimento que, antes de

tudo, faculta a ampliação institucional, não obstante escaramuças personalísticas prudentemente absorvidas.

O filósofo Olavo de Carvalho interpreta de maneira atenta esta que seria uma das características da entidade. A seu ver, deve salientar-se, desde o início, que a Maçonaria reúne a liberdade intelectual de uma sociedade de debates à rigidez e à disciplina de uma fraternidade iniciativa.

Em complexa análise com base na Teoria do Conhecimento, Carvalho utiliza-se da diferença coercitiva que haveria em um grupo que se pauta pela administração de idéias, conceitos e pensamentos, do grupo que se ordena por símbolos, caso da Maçonaria. "Uma sociedade iniciática não tem necessidade de controlar as opiniões de seus membros, já que tem pleno domínio sobre o seu imaginário", considera o filósofo em sua obra, insubstituível na leitura para compreensão de seu quase impenetrável significado.

"Quanto mais liberdade de crença vigore ali dentro, quanto mais frouxa e menos dogmática for a doutrina da organização, mais eficaz será (sobre seus membros) esse controle, que tem todas as vantagens em permanecer implícito", segue Olavo de Carvalho.

Segundo ele, a Maçonaria resguardou-se da divisão ideológica, conservando seu arsenal simbólico protegido por uma névoa doutrinal. Lá dentro pode-se discutir tudo, mas a doutrina está a salvo de qualquer contestação na medida que é ambígua o bastante para poder admitir todas as interpretações. "Se todas as interpretações são válidas, todas já estão neutralizadas de antemão".

Ao contrário das grandes organizações dogmáticas, as sociedades secretas, pela dialética de sua própria busca de sobrevivência, alimentam as dissidências e as cisões: porque cisão, aí, significa automaticamente isolamento (os membros da loja dissidente não freqüentam mais as outras lojas) e isolamento significa impossibilidade de um confronto direto. A facção dissidente, isolada assepticamente, pode continuar integrada no conjunto: as sociedades secretas compõem-se, por definição, de compartimentos que se ignoram. A contribuição do filósofo, conhecida por alguns pesquisadores maçons de Rio Claro, é importante, porque é raro na bibliografia disponível alinhar-se por tal raciocínio.

Subordinada ao Grande Oriente de São Paulo, a "Estrela do Rio Claro", patrocinadora da Loja "Perseverança e Vigor Número 2638", também na Rua Quatro, 708, divide o leque maçônico local com a "Fraternidade e Justiça Número 110", na Avenida Navarro de Andrade; a "Amizade Fraternal Número 275", na Rua Oito, 1115 (ambas integrantes das Grandes Lojas de São Paulo e, respectivamente, fundadas em abril de 1959 e março de 1984); e a "Lealdade e Progresso Número 153" na Avenida 12, 345, Jardim Centenário (52). Essas foram fundadas a partir da década de 1960. A "Fraternidade e Justiça" tem seu

novo templo à entrada do Horto Florestal, uma vez que a sede anterior foi destruída em um incêndio nos anos 70.

Integrando graus de 4 a 18, a Loja Capitular "Estrela do Rio Claro" mantém reuniões regionais, mensais ou bimensais, para os altos cargos maçônicos "Cavaleiros de Kadosh", graus 19 a 30, e "Consistório dos Príncipes do Real Segredo", graus 31 e 32. A capitular abrange lojas de Santa Gertrudes, Limeira, Araras, Leme, Pirassununga, São Carlos e São João da Boa Vista.

A mais nova loja é a "Astro de Santa Gertrudes", fundada em 1 de junho de 1998. Integrante do Grande Oriente Paulista, sua administração optou inicialmente por vincular-se ao Rito Lusitano. O fato esbarrava em pareceres jurídicos, sendo questionado seu reconhecimento (53). No aspecto das divisões administrativas no município, sua inclusão jurisdicional exigiu sua instalação em Santa Gertrudes. A admissão da nova loja no município não aconteceu de forma tranqüila. Tanto foi assim, que se mostrando discretamente refratário à iniciativa dissidente, o Conselho Maçônico local fez publicar na imprensa local comunicado informando ao público que as lojas "legais e regulares" de Rio Claro eram apenas cinco, entre as quais a nova não se incluía. O episódio parece haver sido superado com a unidade permanecendo em Santa Gertrudes e vinculada ao Rito Escocês Antigo e Aceito.

Na região administrativa de Rio Claro é considerado regular ainda a loja "Fraternidade de Santa Gertrudes Número 3211", subordinada ao Grande Oriente de São Paulo, cujas reuniões realizam-se na sede da "Estrela do Rio Claro". Uma loja é regular quando reconhecida oficialmente por uma das potências que passa a lhe definir ritos e obediências.

CAPÍTULO VIII

A SOCIEDADE SECRETA DOS ADVOGADOS: BUCHA

Organizar sociedades secretas foi o grande modismo político de intelectuais do século XIX. Quer no mundo ou no Brasil, entidades como Iluminada, Carbonária, Jardineira, Gruta, Epicuréia, Apostolado, Areópago reuniam liberais moderados ou radicais que conspiravam contra as monarquias e o poder católico, algumas com o lema revolucionário de "enforcar o último rei na tripa do último padre".

Por estratégia de autodefesa tais sociedades adotaram a prática do segredo e do juramento incondicional de seus membros. A mais polêmica e misteriosa dessas agremiações, no Brasil, teria sido a Bucha, formada por estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, cuja entidade de fachada era o Centro Acadêmico XI de Agosto.

Derivada da organização estudantil alemã Sociedade de Companheiros (Burschenschaft), a Bucha foi fundada em 1831, pelo jovem alemão e judeu Julio Frank, em São Paulo. Mundialmente os estudantes dividiam-se entre sociedades amictistas, constantistas, unifistas, diferentes tipos de cavaleiros, inclusive de São João, e legiões, entre elas a Negra.

A lendária origem de Julio Franck até hoje é mistério aberto para muitas especulações. A única coisa que se tem de oficial é que ele chegou ao Brasil, clandestinamente, em 1821. Alguns historiadores o identificam como estudante Carlos Luís Sand, que na Alemanha fora condenado à morte por assassinato político, em 1820, e que por influência daquelas sociedades secretas, outra pessoa teria sido executada em seu lugar. Daí sua clandestinidade na América Latina.

Em seus primeiros anos no Brasil, Frank (ou Sand) viveu como professor de línguas em Sorocaba, área de influência do senador Vergueiro, fundador de Rio Claro e Limeira. Natural de Portugal e um dos quatro primeiros advogados de São Paulo, na época Vergueiro era senador de expressiva participação política. Em 1831 ele foi o membro que assumiu o Trono Imperial, depois governador de São Paulo e ministro da Justiça, além de diretor da Faculdade de Direito de São Paulo.

Alguns autores apresentam a idéia de que Vergueiro, sendo chefe político de Sorocaba, teria indicado Frank ao brigadeiro Rafael Tobias, do que teria resultado a contratação do jovem como professor de Filosofia e História para o Curso Anexo da Faculdade de Direito de São Paulo. O contrato seria por 10 anos, a partir de 1831. Não chegou a ser cumprido completamente devido à morte de Frank, em 1841. A ligação entre Frank e Vergueiro vem a ser atribuída pela vinculação de ambos a sociedades secretas. (Gustavo Barroso, 1937)

Em 1831, quando a Bucha foi formada com a contratação de Frank, Vergueiro articulava-se politicamente através da Regência e pela instituição de dissidência do Grande Oriente do Brasil. Assim fazia também Feijó, amigo de Vergueiro, igualmente influente no interior paulista e que, apesar de padre, defendia idéias contra o poder do papa, logo disseminadas pelas conspirações da Bucha, alinhada dos Iluminados da Baviera.

A entidade estudantil tornou-se lendária por seu ativismo cultural e político. Os jovens eram acusados pelos conservadores de levarem uma vida desregrada e permissiva, afrontando valores tradicionais. A tradição conta que Frank criou uma legião de discípulos, motivo que levaria sua memória a ser cultuada até meados do século passado. Sua sepultura ganhara a forma de monumento "situado exatamente em frente à sala, hoje modificada, em que lecionava". (Gustavo Barroso, 1937)

A exemplo da Faculdade de Direito, as corporações estudantis tomaram conta das demais instituições de ensino em formação no Brasil. Vem dessa época a tradição de estudantes dividirem as despesas da moradia chamada "república", no que se nota um libertário.

Até a Proclamação da República, quase que a totalidade das gerações da elite nacional passou por sociedades secretas e, por essa influência, ocupou os principais cargos públicos. Entre outros, passaram pela Bucha de São Paulo os presidentes Rodrigues Alves, Afonso Pena, além de Rui Barbosa, Pinheiro Machado e o Barão do Rio Branco. Pelo menos foi essa a avaliação do historiador Gustavo Barroso em "História Secreta do Brasil", obra de divulgação nacionalmente proibida por sua saliente condição racista. Membro da Academia Brasileira de Letras, grande pensador do integralismo e do catolicismo conservador, Barroso foi diretor do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e pesquisador das sociedades secretas no Brasil.

A juventude da transição do século, além de contestar os poderes da monarquia e da Igreja, dedicava-se a agredir os valores morais, coisa típica do mais exaltado romantismo da elite bacharelesca da época. Aos olhos conservadores, os estudantes eram libertinos, devassos, promotores de orgias e paganismo.

Poetas românticos como Fagundes Varella e Álvares de Azevedo eram considerados, pelo radicalismo conservador, como degeneradores de uma geração empenhada em viver as mais profundas paixões. A moda romântica levaria os jovens a entregarem-se à vida boêmia, exaltar a palidez, o alcoolismo, as drogas, desafiar a morte e promover bacanais. Da literatura internacional chegava ao Brasil o estilo maldito, profundamente anticlerical, permeado de heresias e, não raro, de satanismo poético. Era um escândalo para os religiosos que faziam uma interpretação literal dos textos satânicos.

Manifestações e registros sobre a existência da Bucha foram discretos durante as primeiras três décadas do presente século. Isto porque, segundo interpreta Gustavo Barroso, a geração que estava no poder da chamada República dos Bacharéis vinha daquela formação e seria de seu interesse preservar a entidade.

A contar da Revolução de 30, com a mudança do eixo do poder, a situação mudou. Uma nova geração, mais de militares do que de advogados, assumiu o controle do País na chamada Era Vargas. O mundo, por sua vez, vivia sob forte influência das idéias fascistas e racistas que se expandiam pela Europa. O conservadorismo católico então se fortaleceu, inclusive no Brasil, com seus ideólogos deflagrando uma verdadeira guerra contra as sociedades secretas. A história da Bucha passou a ser rastreada, quando surge Gustavo Barroso como seu grande investigador.

O pouco que se sabe sobre o assunto vem dessa época. Trata-se, evidentemente, de interpretação sectária. Mas curiosa. Para aqueles ideólogos, as sociedades secretas seriam manipuladas pelo judaísmo, que estaria empenhado em uma grande conspiração para dominar as nações do mundo depois de destruir-lhes os valores morais e cristãos.

À beira da alucinação, as polêmicas teses racistas da época garantiam que a mais terrível das estratégias dos judeus estaria em conduzir os povos ao satanismo. Os estudantes seriam um alvo privilegiado.

A pretensa denúncia se aproveitaria do fato de muitas das sociedades secretas adotarem rituais esotéricos, uma espécie de síntese mística das religiões, inclusive das pagãs. Alimentado por discursos exaltados sobre esse ponto, o conservadorismo das religiões mais tradicionais acabou se confluindo. Tornava-se tradição popular a suspeita de que os membros das sociedades secretas eram adoradores do diabo.

Gustavo Barroso foi um dos que mais fomentou a denúncia, através dos veículos de comunicação a que tinha acesso e do alto de sua respeitabilidade como historiador. Sua campanha era feroz e tumultuou o país nos anos 30. Seus críticos costumam dizer que Barroso agiu assim para ganhar espaço político. Seria sua pretensão conquistar o primeiro posto no integralismo, ocupado por Plínio Salgado. Perseguir judeus e denunciar

demonismos o levariam ao posto pretendido, pensaria o polemista. Apesar de pressionado, Plínio Salgado conseguiu driblar as teses racistas e extremistas de Barroso, que historicamente acabaram vencidas.

A polêmica do satanismo das sociedades secretas apoiou-se no fato de muitas cultuarem a imagem de Bafomé, que seria o diabo. Trata-se de uma figura imaginária com partes humanas e de animais entre diversos símbolos típicos do esoterismo. As fusões do corpo humanas com pés e cabeça de bode completadas por alegóricas asas, perfazem um conjunto esteticamente sombrio e assustador. A associação com a imagem do demônio torna-se imediata. As explicações das partes envolvidas no debate sobre o bizarro culto nunca chegaram a ser conclusivas.

Pesquisadores do esoterismo consideram que a figura de Bafomé, apesar do mau gosto estético, nada teria a ver com satanismo. Ao contrário, seria um símbolo do Bem Universal. Segundo tais interpretações, o bode é adotado por ser símbolo da fertilidade e animal sagrado nas religiões antigas, para sacrifícios. A evidência de que Bafomé corresponderia ao espírito do Bem estaria no fato de sua imagem trazer uma chama sobre a cabeça, representando a Grande Luz. Se fosse uma figura maligna, em vez de luz ele viria marcado por simbolismos das trevas, que não é o caso, dizem. Finalmente, se a imagem de Bafomé representasse a mal, ela traria asas como as de morcego, características das sombras. Também não é o caso, pois suas asas são do tipo utilizado para representar anjos do Bem.

Seja como for, a modernidade acabou com a antiga polêmica. Da Bucha nunca mais se falou. Seu nome e de outras sociedades do tipo ocupam espaço apenas no imaginário.

Farsa ou testemunho?

A Bucha promove o sucesso de seus membros mais fiéis e bloqueia o desenvolvimento daqueles que não fazem parte de seu grupo ou a ele represente algum tipo de concorrência.

Esta é a síntese de suspeito registro na edição de 19 de dezembro de 1935, do vespertino carioca "A Nota". O documento é apresentado como carta ao editor Geraldo Rocha, que em edição anterior denunciara a entidade estudantil.

A partir de elogios à iniciativa do jornal, o leitor diz-se frustrado e obscuro membro da Bucha. Ao descrever sua iniciação cercada de mistérios e atmosfera fúnebre, ele lamenta haver descoberto os reais objetivos da Bucha, muito tarde, e que por força de juramento não poderia tornar a situação pública. Sem revelar nomes ou detalhes ritualísticos, ele traça um rápido perfil de como vê a entidade. Alegando que na matéria anterior o jornal já havia cuidado de desvendar tais mistérios, omite-se em fazê-lo.

Apesar de não se considerar um traidor, justificando motivos óbvios, ele apresenta-se apenas pelo pseudônimo de "Nordestino". Nos anos 30, este procedimento através da imprensa era considerado aceitável. Adversários políticos caluniavam-se freqüentemente escudados pelo anonimato. Para temas virtualmente verdadeiros, mas sem provas, ou que implicassem em risco para a segurança de seus autores, adotava-se tal procedimento.

O documento, muito provavelmente, é uma fraude. Sua importância, porém, está em reportar o imaginário de uma época, cujas versões, por falta de esclarecimentos, confundem-se em meio a fantasias e à realidade.

Súmula

"Concluído o meu curso com brilhantismo, surpreendia-me, todavia, o fato de ver, com freqüência, alguns colegas, de evidente mediocridade, se iniciarem na vida com escandaloso sucesso. Começava pelas escolhas para as diretorias do Clube XI de Agosto, uma fachada da Bucha.

O que observei nos bancos acadêmicos passei a observar, com mais evidência, na vida pública: ascensão rápida e incompreensível de indivíduos destituídos de merecimento e insucesso freqüente dos mais ilustres. Cheguei a perceber o objetivo oculto: controlar os espíritos, impedindo a ascensão, na vida pública, dos que lhes pareciam mais esclarecidos e independentes. Visavam fazer com que a República Brasileira, por eles recentemente fundada, fosse servida apenas por personalidades escolhidas e perfeitamente adaptáveis aos seus manejos. Muitos de seus membros, ainda hoje, desconhecem os objetivos ocultos da sociedade e se surpreenderão com o que estamos revelando. Alguns anos depois de minha formatura, tive necessidade de voltar à Paulicéia, onde me encontrei com vários amigos, velhos companheiros da lendária faculdade. Um deles, certa noite, me previu que, no dia seguinte, alta personagem da República, antigo membro da Bucha, faria uma visita secreta à sociedade. Fui por simples curiosidade. Valeu a pena: lá estava a elite da época. Grande parte dos membros do governo estadual; grande número de parlamentares do Congresso Federal e Estadual, juizes, cientistas, comerciantes e financistas. Eis o que parece conveniente comunicar, na esperança que outros façam o mesmo... Verão, pelos detalhes de outros depoimentos, melhores do que os meus, a razão de muita coisa que à luz do dia não é compreensível"... (Nordestino)

CAPÍTULO IX

EDUCAÇÃO, ENTRE O REAL E O IDEAL

A periodização histórica da educação costuma apontar a influência da pedagogia americana incidindo no Brasil a partir de 1960. A retrospectiva do período pré-republicano amplia esse horizonte, localizando a forma original dessa pedagogia desde 1860, a partir da evangelização protestante no Oeste Paulista. As escolas americanas, no Estado de São Paulo, tornaram-se marcos do ensino renovado já em 1870.

No contexto social daquele momento manifestavam-se contradições ricas em complexidade que contribuíram para fundamentar as bases do ensino nacional. Suas decorrências podem ser localizadas ainda hoje no panorama atual.

Conforme assinalado, estiveram destacadas as disputas entre conservadores e liberais, monarquistas e republicanos, nas relações entre o poder temporal do Estado e o poder ultramontano da Igreja Católica, passando pelas derivações conseqüentes da Reforma, e, finalmente, no caso específico do financiamento do ensino, entre o público e o privado.

O desenvolvimento sócio-econômico pós 1870 trouxe à cena uma nova elite de perfil liberal que, no exercício do poder, com a República, apresentou-se conservadora. Na transição do regime, porém, essa mesma elite centrou suas atenções no ensino privado, e mesmo oficial, como instrumento de mudança política. A questão educativa na esfera pública, no entanto, não passou de uma sucessão de reformas desconexas e de fins imediatistas.

Na ausência de investimentos oficiais para o ensino, as elites emergentes encontraram na pedagogia protestante a identidade liberal e ao mesmo tempo valorizadora do indivíduo, resistente à hierarquia do Estado Imperial tanto quanto à estrutura sagrada do clero.

A pedagogia católica, enfraquecida desde Pombal e dependente dos recursos do Estado, não reunia recursos próprios para concorrer com os protestantes na disputa pelo espaço vazio deixado pelo ensino público.

O ensino privado do modelo protestante, com financiamento das missões americanas, supriu estrategicamente a deficiência do sistema com apoio dos segmentos liberais. Sua extensão incluiu a alfabetização, na área rural, de camadas populares, conforme a ética protestante para leitura da Bíblia, exigível para todos os convertidos. Não era o caso da Igreja Católica, cerceada por princípios tridentinos conservadores, que limitavam a leitura Sagrada ao clero.

As respostas hoje buscadas nos debates sobre temas como o financiamento do ensino, as relações entre o público e o privado, a valorização profissional dos professores, a eficiência de metodologias e, inclusive, sobre a cidadania, não dependem apenas do contexto contemporâneo, mas de uma visão ampla de seus conflitos originais, que se encontram no século XIX.

A instrução pública integra os direitos civis e políticos dos cidadãos desde a instalação da Corte no Brasil (1808) e consolidou-se constitucionalmente a partir da Independência (1822). Resta ver, porém, que sempre se verificou um hiato entre o universo legal e a realidade. Quanto à qualidade desta correspondência, Emília Viotti da Costa analisa os princípios aparentemente liberais de nossa primeira Constituição (1824) e a distância entre as disposições jurídicas e o que ocorria de fato.

“Afirmava-se a liberdade e a igualdade de todos perante a lei, mas a maioria da população permanecia escrava. Garantia-se o direito de propriedade, mas dezenove partes, em vinte, da população, segundo calculava Tollenare, quando não era escrava, compunha-se de moradores vivendo nas fazendas em terras alheias, podendo ser mandados embora a qualquer hora. Garantia-se a segurança individual, mas podia-se matar impunemente um homem... Enquanto o texto da lei garantia a independência da justiça, ela se transformava num instrumento dos grandes proprietários. Aboliam-se as torturas, mas, nas senzalas, os troncos, os anjinhos, os açoites, as gargalheiras continuavam a ser usados, e o senhor era o supremo juiz decidindo da vida e da morte de seus homens”. (54)

No campo estritamente educacional prevalecia a falta de correspondência entre a legislação e a realidade: garantia-se a instrução primária gratuita a todos os cidadãos, mas não se construíam escolas nem se preparavam professores. O período monárquico foi marcado por uma sucessão desconexa de leis para o ensino. A ausência de um plano definido para a educação pode ser constatada pelas inúmeras reformas e projetos que de alguma forma influíram na organização do ensino secundário ou primário, durante o Império. Sem incluir projetos e reformas de menor expressão, podem ser destacadas as leis de: 1838; 1841; 1854 (Couto Ferraz); 1855; 1857; 1862; 1869 (Paulino de Souza); 1870; 1871 (João Alfredo); 1876; 1878 (Leôncio de Carvalho); 1881; 1882 (Rui Barbosa/Almeida e Oliveira); 1886 (Barão de Mamoré). (55)

A lei regulamentar do ensino foi promulgada em 15 de outubro de 1827, constituindo-se na primeira do Brasil. Tratava de aspectos da instrução pública referente a escolas, professores, matérias a serem ensinadas, métodos, ordenados, fiscalização etc. Os incentivos dados pela lei não foram capazes de desenvolver o ensino nas Províncias.

São Paulo investiu nos ensinos primário e secundário a partir de 1834 por influência do Ato Adicional à Constituição de 1824, que, numa perspectiva tida como descentralizadora, transferiu às assembleias provinciais o encargo das instruções primária e secundária, cabendo o ensino superior à administração nacional.

O governo imperial, quer deixando de proporcionar verbas às escolas, quer adotando métodos estrangeiros incompatíveis com a realidade nacional, mostrava-se despreparado para o desenvolvimento do ensino. Longe de assumir compromissos com o nível primário, voltou as atenções ao ensino superior com fins imediatistas, administrativos e políticos. A atitude criou dualidade de competências e pluralidade de sistemas regionais, quebrando a organização do ensino. "A falta de organização social dificultou a unificação política e impediu a consolidação educacional num sistema de ensino público, ao menos subordinado a diretrizes comuns". (56)

As províncias não dispunham de recursos financeiros, técnicos e humanos. Sem diretrizes, fizeram o que foi possível durante o que se convencionou chamar de fase da anarquia oficial do ensino, entre 1834 e 1889. A origem do ensino público em Rio Claro, de 1843, se deu, portanto, em meio à anarquia das leis.

Decorridos apenas quinze anos da famosa iniciativa descentralizadora de 1834, o que se tinha era a total ausência de um centro de ação e de uniformização do ensino em todo o Império. O ensino primário caíra em abandono, provocando, em 1870, o desabafo de Tavares Bastos: "Sob o ponto de vista da própria instrução elementar (e não falemos do estudo de ciências) nosso povo não entrou ainda na órbita do mundo civilizado". (57)

O Ato Adicional de 1834 viera de uma época tensa, causada por movimentos de centralização e descentralização decorrentes da renúncia de D. Pedro I (1831). Datam do período atritos dos segmentos lusitanos no Brasil com as lideranças nacionais; a versão brasileira da Maçonaria (nacionalista); a formação das chamadas sociedades políticas de defesa da liberdade e da Constituição (algumas de caráter antimaçônico) e a Guarda Nacional. Todos esses vetores sociais, causando tensão à estabilidade administrativa e territorial, caracterizaram um período de exigente ação militar para superação de idéias separatistas. (Wernet, 1978)

Até a posse de D. Pedro II (1841) o Brasil viveu sob quatro regências entre trinas e unas, divididas duas a duas. Da Primeira Regência, trina,

participou o poderoso fazendeiro de Ibicaba (Rio Claro - Limeira) Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (Forjaz, 1924), justamente no momento em que ele promovia cisão na cúpula maçônica, afastando a hegemonia dos Andradas (Masil, 1986).

Na tensa política dos meados do século, a centralização era defendida por conservadores monarquistas de vertente lusitana, e a descentralização, por liberais nacionalistas, entre eles os precursores das idéias republicanas. Nelson Pileti considera que a disputa se verificava sem que um ou outro grupo representasse, no processo, maior ou menor orientação democrática para a sociedade ou para a educação.

“Fosse o governo conservador ou liberal, o estado de abandono em que se mantinha o ensino era o mesmo, pois os dois grupos tinham fundamentalmente os mesmos interesses, pertenciam à mesma classe dominante e alimentavam intensa resistência a qualquer movimento, por mais tênue que fosse, no qual vislumbassem o menor risco para seus privilégios. Lutavam entre si pelo controle do governo, fato de que dão mostra os movimentos armados do período – Cabanagem, Balaiada, Guerra dos Farrapos e outros – mas uniam-se na defesa intransigente da situação que os privilegiava, em prejuízo da grande maioria da população, como o atesta, entre outros fatos, o chamado Ministério da Conciliação, em meados do século”. (58)

A influência externa (tendências nacionalistas à parte) sempre foi marcante nos debates parlamentares e elaboração de leis. A legislação francesa influiu de forma decisiva na instrução do Império através dos planos de Condorcet (1792), Guizot (1833) e Fallaux (1850), adotados progressivamente (Oliveira, 1986). Desempenharam, assim, papel importante na organização do ensino primário a partir de 1833, constituindo-se em fonte primordial dos projetos, das leis e regulamentos que se fizeram para as escolas brasileiras. A cultura legislativa recebeu também influências do liberalismo oposicionista português, do parlamentarismo inglês e das idéias federalistas americanas.

Tanto na educação como na vida nacional, segundo palavras de Anísio Teixeira, “a lei e o governo não consistiam em esforços da sociedade para disciplinar uma realidade concreta e que lentamente se iria modificar. A lei era algo mágico, capaz de subitamente mudar a face das coisas. Na realidade, cada uma de nossas leis representava um plano ideal de perfeição à maneira da utopia platônica. Chegamos, neste ponto, a extremos inacreditáveis. Leis perfeitas, formulações e definições ideais das instituições, e, no ponto entre a realidade, por vezes mesquinha e abjeta, e essas definições ideais da lei, os atos oficiais declaratórios, revestidos de poder mágico de transfundir aquela realidade concreta em uma realidade oficial similar prevista na lei”. (59)

Professores: a carência

Na organização das escolas públicas de primeiras letras, além da separação dos sexos, a legislação provincial de 1846, originária de projeto de regulamentação da Assembléia Legislativa de 1843, promoveu a graduação em primeira escola elementar e segunda escola (superior) para ensino das matérias com menor e maior amplitude. Tal organização era vigente na França. Lei provincial do mesmo ano determinava as matérias a serem ministradas pelos professores de primeiras letras, de acordo com o sexo dos alunos:

Para meninos (primeira escola): leitura; teoria e prática da aritmética, até proporções, inclusive as noções gerais de geometria prática; gramática da língua nacional, princípios da moral cristã e da doutrina da religião do Estado.

Para meninos (segunda escola) - adicionadas às matérias da primeira: noções gerais de história e geografia do Brasil e noções das ciências físicas aplicáveis aos usos da vida.

Para meninas (primeira escola): as mesmas para meninos, com a exclusão da geometria, limitando a aritmética à teoria e prática das quatro operações e prendas que servem à economia doméstica.

Para meninas (segunda escola) - adicionadas às matérias da primeira: noções gerais de história, geografia e música". (60)

Apesar das matérias serem fixadas em lei, na prática o ensino limitava-se ao estudo da leitura, escrita e das mais fáceis operações aritméticas. Sem sucesso, diversas tentativas reformistas foram feitas para estipular conteúdos.

As habilitações exigidas dos professores públicos eram: mais de 18 anos; bom procedimento; conhecimento das matérias exigidas pela Lei 34 de 16 de março de 1846; e instrução prática do ensino. Não poderiam obter provimento, apesar das habilitações, os que tivessem sido demitidos por razões fundadas na moralidade, por incorrigibilidade apesar das advertências ou multas por três meses; por desobediência formal às ordens do Governo; por inabilidade, por motivos de enfermidade ou os que tivessem sofrido condenação por furto, roubos, juramento falso ou falsidade.

O recrutamento dos professores de primeiras letras, apesar de mantida a obrigatoriedade do concurso e apesar da tentativa de melhorar o quadro do magistério provendo efetivamente apenas os formandos da escola normal, sofreu adaptações e alterações diante dos problemas encontrados na aplicação prática, ocorrendo desta forma variações nos concursos de habilitação e, portanto, diversidade nos tipos de provisão.

O ordenado dos professores vitalícios de primeiras letras, nomeados antes ou depois de 16 de março de 1846, ficou estabelecido na Província conforme os critérios: de 450\$000 a 550\$000 anuais, nas cidades; de 350\$000

a 450\$000 nas vilas; e, de 300\$000 a 350\$000, nas outras povoações. Rio Claro passara à categoria de vila por efeito da lei número 13, de 7 de março de 1845, e à de cidade, pela lei número 44, de 30 de abril de 1857.

A título de comparação, em 1847, o ordenado base do professor primário e normalista, nas cidades, equiparava-se ao de oficiais do nível tenente da Província de São Paulo, que recebiam 420\$000 anuais, ou 35\$000 mensais (61). Na época a política para a Instrução Pública era de contenção de gastos, o que incluía os salários pagos aos professores, tratados de forma adaptativa, e não com efetivos aumentos, com uso de distinções, promoções e gratificações. Mesmo o local das aulas era fornecido apenas sob certas condições. No final do século o salário em Rio Claro era de 600\$000, ou 50\$000 mensais. Nas atas da Câmara Municipal são freqüentes os registros pedindo liberação dos vencimentos e respectivas reclamações por seu pouco valor.

Os baixos salários sempre representaram problema para a qualidade do ensino público. Era comum o professor fazer opção pelo setor privado. O trabalho era considerado antes uma prestação de serviço do que exatamente uma profissão. É o que se verifica, por exemplo, no Almanaque de São João de Rio Claro para 1873, organizado pelo tabelião e professor de primeiras letras Tomaz Carlos de Molina. Neste material a listagem dos profissionais do município deixa de incluir os professores, para apresentá-los em secção à parte. As profissões, propriamente ditas, caracterizam-se ali pelas artes e ofícios.

Na qualidade de prestadores de um serviço sob permanente atenção do poder público e mudança de legislação, os professores, apesar de submetidos a concursos e outras exigências burocráticas, quase sempre eram desassistidos. Parte significativa de seus ofícios, diretamente para a inspeção provincial ou local, apelavam para que os salários atrasados fossem pagos através das Coletorias Gerais e Provinciais. O órgão em Rio Claro localizava-se na então Rua do Comércio, hoje Avenida Um.

A carência não se limitava a salários, mas incidia também sobre material de ensino, móveis para as salas de aula e, não raro, sobre local para instalação da classe. Uma das características que se mantinha na época era a do professor lecionar em sua casa. O funcionamento de uma aula ou escola, ou ainda cadeira, não dependia da existência de um local preparado para sua instalação. O edifício escolar, uma sala, era providenciado pelo próprio professor, particularmente, ou através de apoio e representação da Câmara Municipal e, mais tarde, da Comissão de Inspeção.

No final do século, em Rio Claro, o prédio doado em 1880 pelo Barão de Piracicaba, Raphael Tibias de Barros, para criação de escola filantrópica, acabou sendo utilizado pelo município para ali instalar aulas públicas, não obstante a orientação do doador. O imóvel se localizava na Rua Dois, antigos números 3 e 5, onde hoje se encontra o Circulo Operário Cristão. Para o prédio de número 3, a Câmara Municipal foi transferida em 1893, vinda do imóvel

onde esteve anexa também a cadeia pública desde 1870, hoje o Fórum. A transferência (tudo indica que justificada para reformas do Paço Municipal) implicou sacrifício da sala de aula da segunda cadeia masculina. No antigo número 5 ficou apenas a terceira cadeia feminina. Ambos os locais, Câmara e escola, eram utilizados periodicamente para secções eleitorais, igualmente o Gabinete de Leitura, que mantinha a terceira cadeia masculina com o Padre Flamínio Álvares Machado de Vasconcellos, aposentado em agosto daquele ano. A quarta cadeia, por algum motivo, encontrava-se desativada, e seus móveis vinham sendo transferidos para suprir as necessidades das demais classes.

A ocupação da escola pela Câmara Municipal, na época acumulando os poderes executivo e legislativo de hoje, levou o governo a alugar uma casa, na Rua Três, para a segunda cadeia. A decisão foi comunicada à Secretaria Estadual dos Negócios do Interior, em ofício que data de 6 de setembro de 1893. O governo do Estado, responsável tanto pelo ensino como pelo imóvel, manifestou-se contrário à iniciativa, determinando "com a máxima urgência serem aqueles prédios entregues aos respectivos professores, para assim não ser contrariado o objetivo do doador". (62)

Os registros de 1898 mostram que a orientação do governo estadual não apenas deixou de ser cumprida como o Salão do Júri passou a ocupar o espaço da outra classe, a terceira cadeia feminina. Em 1898, prédio da mesma Rua Dois, antigos números 9 e 11, esquina com a Avenida Dois, acabou sendo utilizado como alternativa para instalação das secções eleitorais. As secções eleitorais naquele ano eram cinco: na Câmara Municipal, Salão do Júri, escola pública da Rua Dois, número 9, na escola pública da Rua Dois, número 11, e no Gabinete de Leitura.

Dos primeiros professores públicos vale destacar Maria do Prado Leme e Silva, que assumiu, em 1850, a então chamada Aula Nacional de Primeiras Letras, para o sexo feminino. Naquele período a Assembléia Legislativa ainda regulamentava a Instrução Pública, a ser assumida pela Província. Na prática pouco havia de organizado, no setor público ou privado. Em suas correspondências à Inspeção Geral de Instrução de São Paulo, instalada em 1851, a professora informava rotineiramente da situação do ensino no município, sobre a abertura de aulas particulares e de "seu procedimento quanto a alunas que abandonavam a escola". Através de inúmeros ofícios deixou registrados pedidos para liberação de seu pagamento pela coletoria, após respectivos comunicados à Câmara Municipal. Muitas vezes reclamava do "nível baixo dos salários". (63)

Além de expedientes burocráticos, carência de recursos, surtos endêmicos e baixos salários, os professores eram submetidos à fiscalização moral e mesmo política. Curiosa correspondência de 1863-64 indica episódio a ser mais bem investigado, envolvendo o Professor Aureliano Pedro Alexandrino. Em ofício de dezembro de 1863 o presidente da Câmara Municipal, José Luiz Borges, informa à Instrução Pública de São Paulo "sobre o procedimento civil e

moral do professor". A 2 de janeiro, logo a seguir portanto, o inspetor de distrito, Antonio Augusto da Fonseca, dirigindo-se à Inspeção Geral, expõe "todo o mau procedimento do Professor Aureliano Pedro A. Soares".

Ratificando as informações das autoridades anteriores, no dia 4 de janeiro, o vigário João de Santa Cândida volta ao assunto, referindo-se ao "mau comportamento do professor". Por sua vez, semanas depois, o próprio professor encaminha ofício à inspeção, no dia 18 de janeiro, garantindo que "qualquer informação a seu respeito é uma questão política e não pode ser levada em conta".

Apesar do apelo do professor, tudo parece indicar que as denúncias de seus superiores foram levadas em conta. Referências sobre o caso ficaram encerradas ali, sem que se possa, a seguir, localizar o nome do professor em qualquer documento. Seu nome simplesmente desaparece. Em outro documento, daquele mesmo ano, Júlio Augusto de Paula Eduardo aparece assumindo vaga deixada na primeira cadeira. Data de outubro, dois meses após sua posse, o primeiro ofício de Júlio de Paula à Inspeção Geral. O assunto é rotineiro: ele reclama do baixo salário.

A década de 1870 marcou um movimento crescente da atividade de ensino nos setores público e privado. A escola oficial passou a reunir maior número de cadeiras, que chegaram a ser quatro nos anos 1880. As aulas particulares se multiplicaram, incluindo agora o secundário, tanto para meninos como para meninas.

Januária Hortência de Sá, em 1870, assumiu a segunda cadeira de primeiras letras para meninos. Vindo a falecer em 1872, sucedeu a ela Bárbara Eufrosina da Paixão, em 1873. Francisca Augusta Cortez Ramalho chegou à primeira cadeira, deixada por Maria do Prado Leme, em 1871. Em 1875 Jacyntho Frederico Moreira e Januária Cândida Moreira proveram a abertura de aulas de primeiras letras para meninos e meninas no bairro da Santa Cruz. Ele, logo de início, queixava-se "de não ter um lugar decente para acomodar seus alunos" e, reiteradamente, escrevendo para São Paulo, solicitava móveis. Assim também fazia para conseguir a liberação de seus vencimentos.

Os anos de 1880 acumularam mudanças no ensino público. O inspetor de instrução tornou-se inspetor literário, e o Conselho Municipal de Instrução Pública ganhava expressão, decorrente das reformas de 1874 com a volta da inspeção coletiva. A documentação de Rio Claro mostra que a Câmara Municipal havia assumido a correspondência com a, agora, Diretoria Geral de Instrução Pública.

Enquanto a terceira cadeira masculina data de 1876, com Francisco Solano Ferreira Gonçalves, a quarta é de 1883, com João Batista Ferreira Cunha, normalista. Outro normalista do período é Bento Ezequiel Saes, que se licenciou em 1886 para fazer o curso e reassumir a terceira cadeira masculina em 1889. Anteriormente, Maria Augusta de Jesus Sá chegara a iniciar o curso

normal, mas o abandonou em 1884. Em momentos diferentes ela ocupou a segunda e a quarta cadeira para meninas.

Na condição de professor, o primeiro rio-clarense normalista foi João von Atzingen. Data de 25 de fevereiro de 1892 sua correspondência inicial com Arthur César Guimarães, diretor da Instrução Pública. Referindo-se à varíola, ali von Atzingen informa "não poder assumir a primeira cadeira de Rio Claro por estarem as escolas fechadas devido à epidemia". Consegue fazê-lo dois meses depois. As condições em que encontra a escola são precárias, o que o leva a nova correspondência ao governo provincial "consultando o que fazer com seus alunos, pois estão assistindo às aulas de cócoras devido à falta de móveis, que está cansado de pedir às autoridades competentes".

Uma sala de aula, que correspondia a uma escola, em prédio público ou na casa do professor, caracterizava-se por bancos escolares, um mapa da Província (ou Estado) e um quadro negro, de pedra, sobre cavaletes. É sobre a falta desse material que João von Atzingen reclamava, da mesma maneira que vários outros professores antes o fizeram. No caso, sua providência foi custear o frete do mobiliário, cuja origem não se conhece. Ele deixou documentado, porém, em ofício de 30 de julho de 1892 ao ministro do Estado dos Negócios do Interior, Vicente de Carvalho, pedido para que fosse requisitado do Superintendente da Estrada de Ferro o dinheiro do frete que ele se viu obrigado a pagar para o transporte dos móveis escolares.

Em 1896 as unidades públicas de ensino do município passaram à categoria de Escolas Reunidas de Rio Claro, em vias de se tornarem grupo escolar. O fato consta de correspondência entre os governos da época.

Em meio a tal documentação há, curiosamente, referência a "processo disciplinar" instaurado por Flaviano Justiniano Borges Barros contra o Professor João von Atzingen. Os registros são escassos, localizam tão somente a denúncia de que Flaviano "se viu ofendido por palavras e ameaças de João von Atzigen" (64). Seja como for e qual tenha sido o resultado do processo, o que se verifica é que no ano seguinte, a 11 de janeiro de 1897, João von Atzingen foi nomeado inspetor literário do 38º Distrito, com sede em Botucatu. No dia 15, do mesmo mês, tomou posse. Logo depois, em 1900, ele voltou a Rio Claro, como diretor em comissão, do Primeiro Grupo Escolar em fase de criação e instalação. O diretor da escola era Joaquim Antonio de Ladeira, também normalista e membro da Guarda Nacional.

CAPÍTULO X

O ANTICLÍMAX DA REPÚBLICA

Às vésperas da República (1889), o Governo Imperial preconizava reformas no sistema nacional de ensino com a criação do Ministério da Instrução e fundação de escolas. O primeiro grau abrangia 250.000 alunos (65). A proporção era de 178 alunos para cada 10 mil habitantes, perfazendo um número insignificante para um país soberano. Esta situação não foi significativamente alterada ao longo das primeiras décadas da República.

Na clássica periodicidade do ensino nacional, os anos que levam de 1889 a 1925 são caracterizados como período de reformas sucessivas e desconexas, sempre em curto prazo, umas de inspiração e tendências totalmente diferentes das outras. Todas de superfície, sem continuidade de esforço e sem respeito pelas aquisições válidas das anteriores (66). O período é didaticamente subdividido em quatro fases distintas para efeito de análise das respectivas reformas: (1889-1910) Reforma Benjamin Constant; (1901-1911) Código Epiácio Pessoa; (1911-1915) Lei Rivadávia e Reforma Carlos Maximiliano e, finalmente, (1915-1925) Reforma João Luis Alves ou Reforma Rocha Vaz.

O efêmero das iniciativas republicanas é exemplarmente verificado no caso do Ministério da Instrução Pública, criado por decreto de 19 de abril de 1890 e extinto a 23 de outubro de 1891. Equivaleu a uma existência de apenas 18 meses. É no mínimo curioso o fato daquela pasta agregar também os departamentos de correios e telégrafos sob a extravagante denominação de Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. O órgão foi confiado a Benjamin Constant, que o reestruturou à luz do positivismo. Seu plano não foi integralmente executado.

A Constituição Republicana de 24 de fevereiro de 1891, ao instituir o sistema federativo de governo pela estrutura de União, Estados e Municípios, consagrou a descentralização do ensino.

Na prática, manteve-se a dualidade que vinha desde o Império, a contar do Ato Adicional de 1834. Assim, o ensino superior e o secundário ficaram sendo competência da União, podendo os estados legislar sobre a matéria supletivamente. Os cursos primários, normal e técnico-profissional

ficaram sendo incumbência dos estados e municípios. As escolas particulares de instrução primária estavam sujeitas à fiscalização estadual, e as de instrução secundária subordinavam-se à fiscalização federal.

A dicotomia entre o ensino superior secundário, a cargo da União, e de outro lado, os ensinos primários, normal e técnico-profissional, entregues aos Estados e municípios, oficializou a separação entre o sistema de formação das elites (federal) e o de educação popular (estadual), inviabilizando ação harmônica pela falta de entrosamento dos sistemas estaduais com o federal. Pela frente viriam 40 anos de distinção por decorrência de uma sociedade dualista, separada entre aristocracia e povo. (67)

Na cena política da República o que se viu foi a instalação no poder das oligarquias do café, que acabaram se compondo com as velhas oligarquias do Império. O universo de mudança na sociedade parou por aí, com marcada resistência da nova elite, agora no governo, contra quaisquer alterações internas que lhe comprometessem o poder conquistado.

No ensino, isto significou a manutenção do esquema antigo, motivo pelo qual a renovação cultural das elites não se verificou. A postura do comando político foi de conservar a educação literária e humanística que pela tradição vinha desde o modelo jesuíta.

Sobre este aspecto, diz Fernando Azevedo: "Do ponto de vista cultural e pedagógico, a República, contentando-se com a mudança de regime, não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas". (68)

Quanto às determinações econômicas do período sobre o ensino, assinala Otaíza Romanelli: "Para uma economia de base agrícola, sobre a qual se assentavam o latifúndio e a monocultura e para cuja produtividade não contribuía a modernização dos fatores de produção, a educação realmente não era considerada fator necessário".

Do ponto de vista econômico, as técnicas de leitura e escrita apresentavam-se como instrumentos necessários à integração ao contexto produtivo tão somente para exceções vindas das emergentes classes médias e operárias urbanas. A tais segmentos, ainda de pequena expressão, a escola representava mecanismo de ascensão social e acesso às condições de emprego nas primeiras fábricas. Para a grande massa, porém, composta de populações trabalhadoras da zona rural, a escola não oferecia motivações.

No que se refere ao aspecto pedagógico, é de se atribuir à influência protestante, metodista, luterana e presbiteriana, algo do que se pode chamar de invasão liberal nas práticas e objetivos de ensino.

Oriunda de países que já haviam cumprido etapas de desenvolvimento socioeconômico características da modernidade e em franca via de expansão cultural, mesmo imperialista, tal influência apresentou-se como contraponto à estrutura nacional, marcadamente ruralista, conservadora e patrimonialista.

Em dado momento, o fomento liberal coincidiu com os interesses da nova elite cafeeira que disputava o poder com a nobreza imperial. A mudança tanto da economia quanto da política dependeria do apoio de uma população alfabetizada, capaz de se instrumentar pelo voto para renovar lideranças. Tal expectativa durou pouco. As novas lideranças, republicanas, ao se instalarem no poder como pretendiam e conseguiram, evitaram a reestruturação social.

A contramarcha liberal retirou a possibilidade cultural do País de modernizar-se. Ao mesmo tempo, inviabilizou a formação e reprodução da nova elite conforme se verificava nas nações que disputavam a hegemonia internacional. Na política, sem renovação, o País ficou sem lideranças que pudessem colocá-lo em sintonia com os novos tempos. A própria influência cultural dos protestantes refluíu. Ao final do processo, veio a se concluir que o racionalismo da proposta liberal protestante não conseguiu vingar em meio à cultura conservadora, quase feudal, dos trópicos.

Apesar do desprezo que os historiadores brasileiros mantêm sobre a influência pedagógica dos americanos neste período, em meio ao interior paulista, a partir de G. Beaulieu é possível pontuar as principais de suas inovações já a partir das duas décadas imediatamente anteriores à República. (69)

Das inovações, ele destaca a Escola Americana de São Paulo (1870), incorporada ao Mackenzie College e fundada por Mary Annesley Chamberlain, inicialmente só com o curso elementar, e a partir de 1887 também com o secundário. No destaque de Beaulieu inclui-se o Colégio Piracicabano (1881).

A estes deve ser acrescentado o Colégio Internacional de Campinas (1870), fundado por George Nash Norton, de Virgínia, e Edward Lane, de origem irlandesa. Dos objetivos da escola, Boanerges Ribeiro diz: "Norton quer os filhos da elite nacional, para educá-los no modelo cultural protestante, ainda que não venham a tornar-se protestantes; visa a realizar um tipo de ser humano análogo ao das classes dirigentes de seu Estado natal, berço de estadistas norte-americanos e pais de sua pátria; pretende lançá-los contra o status quo, como agentes de mudanças sociais que julga necessárias". (70)

Os presidentes da República, Bernardino de Campos e Campos Salles (irmão de Joaquim Salles), foram alguns dos destacados nomes da elite paulista cujos filhos estudaram na escola de Campinas, que, especialmente, em 1875, recebeu a visita do imperador D. Pedro II. Ali estudou, em 1876, Marcello Schmidt, futuro líder político de Rio Claro.

Dois outros estabelecimentos criados nessa fase devem ainda ser citados: o da Sociedade Culto à Ciência (1874), também de Campinas, e o colégio de Rangel Pestana (1876), na Capital, de cujo prospecto constava ter sido organizado "segundo as regras dos métodos de ensino seguidos geralmente na Suíça, Alemanha e Estados Unidos". (71)

Da influência dessas escolas sobre o ensino oficial paulista, conclui Beaulieu: "Das inovações trazidas por elas é que surgiram, em grande parte, as reformas do ensino primário e secundário do Município da Corte e do superior de todo o Império, levada a cabo por Leôncio de Carvalho, em 1879 – a mais revolucionária da era imperial, quer a reforma do ensino oficial, normal e primário, do Estado de São Paulo, empreendida por Cesário Mota e Caetano de Campos, com auxílio das professoras Guilhermina Loureiro de Andrade e Márcia Brown, entre 1892 e 1895, ponto de partida de todo o progresso que esses dois cursos alcançaram em São Paulo, estimulando reformas de inspiração semelhante em outros Estados". (72)

Temudo Lessa faz referência ao fato do colégio americano de Mary Chamberlain, iniciado com Dascomb, haver sido modelo para a reforma do ensino público em São Paulo: "Com o advento da República, o Estado de São Paulo tomou em grande consideração os métodos americanos na pedagogia. A professora Márcia P. Brown e quatro moças por ela preparadas e pelo doutor Lane passaram a servir o Estado, tendo havido uma lei especial concedendo regalias às referidas moças. O próprio doutor Lane passou a ser consultado sobre assuntos educativos". (73)

Quanto a Rio Claro, cabe destacar a citada reforma da instrução pública em São Paulo, com Cesário Mota, em 1893, que marcou a instalação de grupos escolares e escolas isoladas. Assim, criou em 1900, no município, o Primeiro Grupo Escolar, logo denominado "Coronel Joaquim Salles", dado o culto coronelístico da época, no interior paulista. A seguir, com a mesma tônica, vieram o segundo (1911) e o terceiro (1925) grupos escolares, respectivamente Coronel "Marcello Schmidt" e "Irineu Penteadado", no caso sustentando o título honorífico de capitão.

O Grupo Escolar "Barão de Piracicaba" é de 1908. Sua idealização precedeu a República por iniciativa do patrono, que já àquela época fez doação do local a fim de que o município ali instalasse uma escola para carentes. O referido prédio, onde hoje se encontra o Círculo Operário, ficou sendo utilizado, simultaneamente às atividades de ensino, para outras finalidades, entre elas pela Câmara Municipal. No final de 1950 o município providenciou outro local às classes de aula. O novo prédio, no entanto, acabou sendo utilizado para instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, hoje Unesp, no bairro Santana. Através de permuta, a escola passou a ocupar um novo prédio à Rua Oito com a Avenida 32. Para conhecer os detalhes dessas instalações, ler do autor "A História da Educação em Rio Claro no Século XIX", à disposição na

Biblioteca do Departamento de Educação da Unesp de Rio Claro e no Arquivo Público Municipal "Oscar de Arruda Penteadó".

Com transferência de capitais da produção rural para a industrial, sobretudo após a crise de 1929, é que irão se destacar os debates sobre a necessidade de programas abrangentes de ensino. O analfabetismo tornava-se um problema concreto a ser enfrentado para se promover a integração popular no contexto produtivo e, conseqüentemente, para seu controle político num momento internacional em que as idéias socialistas tornavam-se instrumentos de transformação das estruturas da sociedade moderna.

Com a Revolução de 30 o ensino experimentou uma nova fase sob o impulso do desenvolvimento urbano e industrial. Getúlio Vargas representou um esvaziamento do poder rural e o lançamento das bases industriais. Seu governo criou o Ministério da Educação e Saúde sob pressão do operariado que desde as décadas anteriores passara a ocupar espaços até então inexistentes na cena política. A onda vinha da Europa, movimentada pelos conflitos ideológicos decorrentes das teses marxistas.

Desde antes, a Igreja Católica buscava resgatar sua influência reafirmando-se como agente civilizador, adequado para um mundo que caminhava para o materialismo. Desde o século anterior o poder romano viera esvaziado em meio à cultura moderna, quer pelo desenvolvimento da política liberal ou pela emergência das teses socialistas. Desde a Reforma, no século XV, as elites viam o romanismo com desconfiança. A pedagogia protestante ocupava espaços que a Igreja Católica pretendia manter por força da tradição iniciada pelos jesuítas.

Junto à população, enquanto os protestantes traduziam a Bíblia para a linguagem popular, através de um sistema pedagógico próprio, entre os brasileiros católicos a Bíblia era ignorada. Neste aspecto, os protestantes faziam da alfabetização um ato religioso, para um Brasil católico analfabeto e com tradição caracterizada pela ausência de motivação pedagógica.

Mesmo como religião oficial do Império, o catolicismo atravessara o século XIX no Brasil enfraquecido pela política do governo, cujo objetivo era manter sob seu domínio o chamado mundo temporal. Evita-se interferência de Roma nas decisões administrativas.

A contar da expulsão dos jesuítas, a Igreja Católica havia perdido o controle de sua ação pedagógica no País. Com o avanço das idéias liberais e materialistas, somando-se o controle do Estado por lideranças maçônicas, o poder católico dissolvia-se.

No ensino, a reação veio através da criação de externatos e internatos visando formar e multiplicar as bases de uma nova sociedade projetada sob princípios cristãos. Essa já era a situação no Império. Se difícil naquele instante,

não melhorou com a República, quando a Igreja se viu oficialmente separada do Estado.

A recepção oferecida aos protestantes, em um país de tradição católica, não aconteceu sem debates polêmicos e conflitos. No entanto, políticos liberais e maçons, formados sob influência de um sistema pedagógico iluminista na Europa, abriram o Brasil a reformas através de um sistema jurídico tolerante, oferecendo aos protestantes, inclusive, proteção militar, se necessária.

A Igreja Católica, durante o tempo que esteve submetida à tutela do Estado, acomodara-se à condição nacional e aos privilégios de religião oficial do Império: os padres eram funcionários do governo; o dízimo era recebido e repassado (nem sempre com justiça) pela administração pública e a condição de católico era exigida para exercício de mandatos eletivos; casamentos eram reconhecidos apenas se celebrados por padres e os cemitérios eram romanos.

Separada do Estado, a Igreja viu a hora de reagir. No que se refere ao ensino como instrumento de difusão doutrinária, investiu na formação de colégios sob a direção de ordens religiosas. A renovação pretendida passaria necessariamente pela educação das crianças, tendo em vista as futuras gerações. Algo que vinha sendo feito desde os colégios para meninos e meninas nas unidades modelo de Itu, em 1850, com os colégios Patrocínio e São Luís.

Em Rio Claro, a criação da escola primária do "Puríssimo Coração de Maria" foi o primeiro grande impulso nesse sentido, por iniciativa do Monsenhor Francisco Botti, em 1909. "Em campo de religião a crise é séria" (74). Nestes termos raciocinava ele vinte anos após a Proclamação da República.

As três primeiras religiosas integradas ao programa chegaram a Rio Claro no dia 15 de maio, às 15 horas: Madre Juliana, Irmã Emerenciana e a Postulante Maria Judith, depois Irmã Leonilda. Botti as recebeu na estação ferroviária, acompanhado da delegação de senhoras do apostolado. As professoras instalaram-se provisoriamente na Rua Seis, até a liberação da casa da Rua Sete. A sede da escola ficou sendo na Praça da Liberdade.

No dia 17 de maio, segundo os arquivos da escola, foi iniciado o trabalho apostólico. No dia 18 foram abertas as matrículas. A primeira criança matriculada foi Concheta Leonardo, de 9 anos, e que mais tarde seria professora auxiliar até 1922. A escola manteve curso gratuito noturno para os segmentos mais pobres, mas basicamente correspondia à expectativa das elites que buscavam a qualidade do ensino particular na forma de externato ou internato. Além de escolas particulares, Rio Claro contava com o primeiro grupo escolar Coronel "Joaquim Salles", estadual, já instalado na Rua Sete.

O programa do externato do Puríssimo, conforme as edições de maio e junho de 1909 do jornal O Alpha, oferecia cursos de um a seis anos de duração,

com mensalidades variando de 3 mil a 10 mil réis. O curso de línguas incluía francês e alemão. As aulas particulares de música eram para piano, harmônica, bandolim, violino e cítara. Em 1918 a unidade passou à categoria de colégio.

Logo nas primeiras décadas, o magistério tornou-se o objetivo maior no município, já que entendido como instrumento para profissionalização de professores para o ensino primário. Devido à sua capacidade de intervenção junto à sociedade, o curso passou a ser visto como de fundamental importância e garantia de ascensão social para as classes popular e média. Se a realidade universitária era restrita, limitada a algumas capitais, a figura do normalista ocupava, na prática, o "status" equivalente ao de "doutor".

A possibilidade de criação do curso, calculadas suas vantagens, integrou em Rio Claro diversos interesses sociais, de religiosos a políticos. Para as elites poupava a matrícula de seus filhos em escolas de fora, como a de Pirassununga. Para protestantes ou católicos seria um instrumento de difusão religiosa. Para os políticos representaria a valorização do colégio eleitoral.

O ano de 1927 marca a disposição do governo estadual em ampliar o magistério por meio das então chamadas escolas normais livres, com este nome dado à característica de ensino particular. A iniciativa vinha do governador Júlio Prestes, quando a Secretaria do Interior, abrangendo o setor da Educação, tinha por titular Fábio Barreto. Participação considerada decisiva no programa, conforme testemunhos da época, teve o diretor geral de Instrução Pública, Amadeu Mendes, vindo de uma bem sucedida experiência como diretor do ginásio estadual de Campinas.

O estímulo ao magistério decorria do combate ao analfabetismo e do objetivo de superar o desinteresse do professorado pela carreira, fatores resultantes dos fracassos nas reformas do ensino durante as primeiras décadas. Naquele momento movimentos reivindicatórios partiam da elite intelectual, que via na educação nacional o mecanismo adequado para a valorização da cidadania e, por meio desta, a consolidação democrática pelo exercício do voto. A época caracterizou-se tanto pelo entusiasmo como pelo otimismo pedagógico. Os educadores propunham, através de campanhas e debates, a substituição do abstrato cidadão dos liberais ou do analfabeto cidadão da Primeira República pelo brasileiro consciente do valor do voto.

A legislação estadual, buscando concorrer a tais expectativas, entre outras providências, definiu-se pela redução do curso das escolas normais de cinco para três anos. A exceção valeu para a escola Caetano de Campos, na Praça da República, em São Paulo, que continuou com cinco anos. A meta era permitir que as poucas escolas normais do Estado aumentassem rapidamente a formação de professores primários.

Como, porém, as escolas do Estado não fossem suficientes e ao Estado não conviesse, naquele momento, a criação de novas unidades,

permitiu-se que as municipalidades e a iniciativa particular se dedicassem a esse ramo de ensino, até então privilégio dos poderes públicos estaduais, daí surgindo as chamadas escolas normais livres.

Enquanto esses novos institutos se organizavam, o ensino era mantido pelas escolas subvencionadas e pelo professorado leigo (extinto com a Revolução de 30) até o momento em que as escolas normais diplomavam as primeiras turmas de professores.

Testemunhos do período contam que o curso em Rio Claro foi disputado pelo presbiteriano e educador Joaquim Ribeiro, então proprietário de um instituto de educação particular instalado no prédio em que hoje se encontra o Museu "Amador Bueno da Veiga", na esquina da Avenida Dois com Rua Sete. Ali ele mantinha escola de primeiras letras, ginásio e curso de comércio, que tornaria municipal e estadual em 1938.

O concorrente do líder protestante foi exatamente o monsenhor Botti, que acabou conseguindo efetivar integralmente seu projeto. Segundo familiares (75) do deputado estadual por Rio Claro, até 1929, coronel Marcello Schmidt, coube a ele a decisão entre Botti e Ribeiro.

Amigo de ambos, o deputado teria enfrentado situação constrangedora em uma decisão envolta em questões religiosas. Seu recurso de consenso foi garantir que a escolha recairia sobre o primeiro que lhe fizesse, em sua residência, entrega oficial do pedido para a instalação do curso. Assim fazendo, no dia determinado e logo nas primeiras horas da manhã, o Monsenhor Botti acabou vencedor. Por decreto de 16 de fevereiro de 1928, a escola normal do Puríssimo era equiparada às escolas normais oficiais, nos regimes de internato e externato.

Durante décadas, o curso do Puríssimo marcou o auge do ensino para as elites de Rio Claro e região. Entre seus grandes momentos, a escola foi mobilizada para a confecção de fardamento durante a Revolução de 32. Dos visitantes ilustres que ali fizeram palestras destacam-se o educador Fernando Azevedo, o jurista Miguel Reale, o poeta Guilherme de Almeida e o escritor Malba Tahan.

O conteúdo do ensino religioso pode ser verificado, especialmente, no discurso de Monsenhor Botti ao paraninfar a primeira turma de formandos, em 1930. Ele enfatizava: "O mundo é perigoso... É muito falso nas suas insinuações... Lembrai-vos sempre que a vossa formação intelectual a recebestes numa casa de religiosas, debaixo das luzes da fé, à sombra dos ensinamentos do Evangelho e da cruz". (76)

Em documento sobre as solenidades, em 1946, comemorativas dos cem anos do curso normal no Brasil, o então vigário em Rio Claro, Cônego Antônio Martins e Silva, faz crítica direta à pedagogia moderna para formação

de professores primários. Seu alerta é "contra visões pedagógicas presas ao unilateralismo perigoso". Ao mesmo tempo defende que uma pedagogia "para exercer a função integral tem de fundamentar-se em uma filosofia que abranja a totalidade do ser humano, na plenitude da realidade". Como educador religioso, Monsenhor Martins condenava as influências filosóficas vigentes nos anos 40. Na lista de tendências pedagógicas, condenava as seguintes, indistintamente: naturalista, idealista, pragmatista, socialista, individualista, nacionalista e culturalista. A seu modo de ver, filosoficamente essencialista, todas essas tendências eram incompletas em relação ao legítimo conceito cristão de pedagogia, objetivado em "cultivar, desenvolver, exercitar, fortalecer todas as faculdades físicas, intelectuais, morais e religiosas que constituem, na criança, a natureza de dignidade humana". (77)

Devido à crise nacional do sistema de ensino, a partir dos anos 80, e à permanente desvalorização profissional dos professores, o esvaziamento dos cursos de magistério tornou-se progressivo, chegando ao colapso. O curso normal do Puríssimo passou à desativação. Em 1993 foi suspenso por falta de matrículas. A última turma se formou em 1992.

CAPÍTULO XI

TEMPOS MODERNOS

O período posterior à Revolução de 30 fez refletir em Rio Claro seu espírito de modernidade. Os "Tempos Modernos" dividiam as opiniões em meio aos formadores de opinião no final dos anos 60. Enquanto para alguns representavam evolução, tempos bons e democráticos, para outros, localizados como "dias de hoje", significavam confusão, falta de moral e de educação.

Entre os moradores era comum encontrar declarações exemplares sob a mudança dos tempos, como a de uma dona de casa não denominada: "Não se vê mais a fartura que havia antes, frutas, verduras, tudo mais gostoso. Até para comprar agora é diferente, se a gente não tiver cuidado o verdureiro xinga a gente. Antes, não, todo mundo era educado. O povo agora é desconfiado e explorador. No meu tempo, não. Hoje a gente tem que ir ao mercado e é tudo mais caro".

O presente material limita-se à reprodução parcial da tese de doutorado da cientista social Neusa Costa Davids elaborada de 1959 a 1968 para obtenção do título à cadeira de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Na obra, a autora historia a política local desde a formação do município até o golpe militar de 1964.

Sob o título de "Poder Local: Aparência e Realidade", Davids divide o perfil da política de Rio Claro em dois períodos. O primeiro, durante o Império, é caracterizado pela centralização do poder na figura do Coronel do Campo, em contraponto ao segundo, identificado como época do Coronel de Cidade, na inicial fase republicana, finalmente substituído pelo clientelismo eleitoral dos tempos modernos.

A socióloga analisa minuciosamente o processo em que, a partir dos anos 30, a elite rural foi substituída gradualmente por uma classe média emergente. O contexto era ampliado pela influência de segmentos trabalhistas em vias de organização.

Para Davids, o perfil do que poderia haver gerado uma nova política foi absorvido pelo tradicionalismo. As expectativas mais liberais por parte das classes trabalhadoras foram habilmente neutralizadas por composições com os

setores dominantes e apadrinhamentos das lideranças populares. A fase se completa com o golpe de 1964 e a perseguição política promovida pelo regime militar. Prevalencia o modelo conservador, preservado em suas antigas raízes.

A tese de Neusa Costa inspirou o cineasta rio-clarense Roberto Palmari quanto ao roteiro de seu segundo filme, o "Diário da Província", aqui rodado em 1977. Palmari adaptou "Aparência e Realidade", da socióloga, para o seu "Mudar para Permanecer", do filme. No roteiro, o diretor cuidou de ilustrar o que Costa Davids aponta em sua tese como sendo o eixo do discurso conservador, mais exatamente a proposta de "mudança". Ironia ao que parece.

A socióloga, ressalte-se, havia localizado que na quase totalidade das campanhas eleitorais dos 80 anos anteriores à sua pesquisa a palavra "mudança" fora tema recorrente. Sem qualquer esforço de memória é possível resgatar que de lá para cá a situação também não mudou. Até hoje a palavra de ordem clamando por mudança sustenta os discursos de quem disputa eleições. Sem demais esforço, igualmente, não há dificuldade em prever que assim deve continuar.

Se pelo viés político o tradicionalismo prevalece, em aspectos culturais seu trabalho aponta transformações em meio ao panorama formado por descendentes da "nobreza esquecida", da nova "elite endinheirada" e por segmentos trabalhistas. O quadro remete a algum resgate, motivo deste registro. É o caso, por exemplo, do pároco, que nos anos 60 mostrava-se preocupado com o espírito da modernidade. Igual a todos os entrevistados pela cientista social, ele apresenta seus raciocínios.

"Quando vim para cá havia só uma paróquia. A política ainda era do tipo a permitir esclarecimentos e desenvolvimento para a população; o povo acatava os meus conselhos. Fui o centro do desenvolvimento de tudo. E com isso a cidade foi crescendo. Só não se desenvolveu a Administração. Paralisaram-se as quatro colunas básicas: energia elétrica, água, esgoto e estrada. Se houve depois de 30 um surtozinho de progresso é porque Rio Claro tinha luz elétrica. Mas o povo não evoluiu. Desde o momento em que os bons rio-clarenses, homens dignos, deixaram o poder, aconteceu o que aí está: grupos se digladiam; este ambiente de desconfiança, qualquer um se candidatando, sem a visão que possuíam os antigos e grandes políticos locais".

Num processo de contradição e identificação, a classe média emergente adota o comportamento da antiga classe rica, chama para si o papel de "classe alta" e o desempenha muito bem. Para seus representantes, o tempo de moradia no município é importante, porém mais importante é a conta bancária ou o diploma universitário, de preferência médico, advogado ou engenheiro. Traçado este perfil, segue a autora em detalhes comportamentais.

O "melhor" clube da cidade, a Filarmônica, mantinha todo o formalismo que a classe média alta tradicional deseja para si mesma.

Mantinhm-se "contatos interessantes" e "boas amizades". Quando a diretoria do tradicional clube passou às mãos de elementos do "outro setor" houve uma transformação, foram diminuídas as formalidades e o grupo jovem passou a freqüentá-lo, o que antes não ocorria.

A autora refere-se ao fato da nova diretoria, por exemplo, haver permitido que os sócios se sentassem no chão em bailes de carnaval, que tocassem violão no clube à noite e que mudassem as cadeiras de lugar. Aquelas eram imposições seriamente consideradas.

O quadro social de até meados do século passado fica assim analisado. "O clube ferroviário é o Grêmio, um clube bem situado, contando com enorme sede e praça de esportes, inclusive piscinas. De todos os clubes da cidade é o mais majestoso. Sua arquitetura é cópia melhorada do clube da classe não tradicional, o Ginástico. Há certa distinção na freqüência: os moços de classe média e mesmo alta – tradicional ou não – freqüentam os dois clubes. As moças freqüentam somente o Ginástico e Filarmônica; vão o Grêmio só em ocasiões especiais, com grupo de amigos, preferencialmente. As moças do Grêmio freqüentam o Ginástico, porém não a Filarmônica, o mesmo se dando com os rapazes."

As distinções entre antigos e novos ricos ganham saliência. Os representantes tradicionais passam a ser vistos como superados, "só têm pose", "só gostam de aparecer", "fazer cartaz", dizem os novos, atribuindo aos tempos democráticos a causa da mudança. "Antigamente, o prestígio era de família, tradição, mas, se os antepassados eram lá grande coisa, eles tinham até mesmo gente de cor". A referência racista revela a qualidade do que seria o pensamento democrático da época.

O mesmo entrevistado exalta as novidades decorrentes da modernidade. "Antigamente o povo se submetia a essa gente porque seus interesses estavam ligados a eles, mas depois que temos eleições, qual o patrão que vai dizer para votar em Fulano e o empregado vai obedecer? É bem verdade que há a força do dinheiro, mas é tudo mais democrático".

No aspecto ético, a classe média passa a expressar um caráter duplo e contraditório. É moralista ao estabelecer ideais de conduta, mas individualista no comportamento. Segue a regra do "salve-se quem puder" para justificar o sucesso conquistado pelo próprio esforço.

Na influência exercida pelos gerentes de banco, Davids busca localizar aspectos da estrutura do poder do grupo dominante. Ela trata ainda de corretores, agiotas e endossadores.

"Os gerentes de banco e endossadores são as figuras, por assim dizer, melhor aceitas, tanto entre os tradicionais como fora de tal grupo. Aliás, vários gerentes dos bancos locais participam dos círculos tradicionais. Cultivar a

amizade destes é considerado muito importante, principalmente porque uma forma de prejudicar um inimigo é cortar-lhe ou dificultar-lhe o crédito bancário, o que é possível extra-oficialmente quando o gerente é amigo”, considera a autora, alinhando o depoimento de um entrevistado.

Diz ele, “os gerentes de banco facilitam muito ou muito pouco a vida da gente; é tudo dentro da possibilidade deles. O banco que facilita mais é o de Fulano”. Pelo depoimento percebe-se que o banco, como instituição, personaliza-se na figura de seu gerente. “O banco dá crédito de 5% a 10% do que a pessoa tem. Até certa quantia você tira em qualquer lugar. Se você é correntista, pode tirar. Senão, não. É norma geral. Agora, se você é amigo do gerente ele dá um jeitinho”.

Há uma relativa discriminação entre pessoas importantes para o banco e as demais. As importantes não são aquelas que têm maiores contas. As consideradas mais importantes são as que dão ao banco maiores rendas, as que têm várias propriedades e que dão endosso no banco. O endosso custa dinheiro. Conforme o entrevistado, os gerentes “são conhecidos, ajudam o banco a fazer negócios, são muito relacionados e se chegam num bar para tomar café ninguém deixa que paguem. Todo comércio e indústria precisa deles e os chefes políticos os tratam muito bem”.

Ao registrar a atuação do agiota junto ao poder econômico, a socióloga faz notar: “Embora podendo ser comparados aos gerentes de bancos ou corretores, pela extensão das relações abrangidas, os agiotas são diferentes pela conotação social que lhes é emprestada. São elementos da classe média que, embora mantendo contatos freqüentes com os elementos das classes tradicionais, não pertencem a estes círculos, nem são por eles considerados. Isto se explica não somente porque a classe tradicional não detém o capital na cidade, como também porque dele necessita para manter seu tipo de vida”.

Ela prossegue, “faz-se nestes círculos algumas distinções entre aqueles que detêm a posse do capital (industriais e fazendeiros) e aqueles que representam o capital (corretores e agiotas). Por exemplo, os primeiros, embora influentes e como tal considerado, são indicados depreciadamente”. Sobre isso, comenta um entrevistado: “Fulano? ele só tem dinheiro e dinheiro não é tudo”. Volta a autora, acrescentando, “quanto aos segundos, nas entrevistas, a designação de corretor ou agiota indica aceitação social. Corretores são os agiotas aceitos socialmente ou pelo menos respeitados”.

No aspecto cultural, a socióloga trata de incluir o que chama de “fofoqueiros”, como seriam chamados pelos entrevistados. Os membros desta categoria seriam influentes “na medida exata da força de difusão de seus mexericos”, mede Davids, conforme se lê.

“Sensível ao diz-que-diz e dele fazendo seu divertimento preferido, as classes média e média alta, tradicionais ou não, dedicam uma reverência toda

especial, misto de medo e respeito, a certos elementos freqüentadores assíduos de determinados pontos das vias centrais. De lá, estas pessoas controlam casais, namorados, casamentos, adultérios, falências, desfalques, crimes e castigos”, considera a autora, ao que acrescenta um entrevistado, “são os melhores informantes sobre o tema – relações sexuais extra-conjugais numa comunidade do interior paulista”.

É Davids que acrescenta, “a influência destes elementos não está restrita à classe média e média tradicional, entretanto, são destas classes as figuras mais representativas. Este grupo avocou o juízo sobre a vida privada de todos. Convém dizer que, embora seja tal comportamento criticado na cidade, o grupo é imitado por todos que têm oportunidade. Este é um componente de extrema importância na análise da consciência política dominante”, assinala.

A autora encaminha seu trabalho assinalando que a mudança da estrutura rural para a industrial trouxe modificações ao processo político local, “não determinando, porém, a anulação de tal esquema”. O que mudou, segundo ela, foram as expectativas, os tipos de favores exigíveis e passíveis de serem concedidos. Ampliou-se a estrutura partidária, mas não se alterou basicamente a relação dos partidos com o eleitorado. A classe média emergente trouxe à tona expectativas diferentes, mas na estrutura do poder o “político de clientela” substituiu o coronel na mesma relação pessoal com os eleitores.

A manutenção de tais formas de comportamento político dependeu também, em última instância, da permanência de um nível primário de relacionamento social baseado na existência de um vínculo pessoal entre candidato e eleitor, assegurando o tom personalista das campanhas e lideranças. O personalismo dos candidatos estaria submetido à condução de acordos de cúpulas que, em última análise, manteriam o controle geral do processo. As candidaturas escolhidas viriam de acordos e adequações oportunistas conforme as expectativas do eleitorado em meio às atualidades estadual e nacional. Quanto a isso, lamenta um eleitor da época, “este pessoal decide tudo antes de todo mundo; se você não concorda com as escolhas feitas por eles, você vota em branco ou anula seu voto. Anula sua opinião, mas nunca você vota totalmente contra eles”.

Sem maiores significados para definição de candidaturas, as siglas partidárias são substituídas, em seu conteúdo programático, pelo contato direto do candidato com eleitores, característica do populismo alimentado por promessas de campanha. De forma geral, os critérios levados em conta na escolha do candidato são popularidade e influência no meio social. Cultura não vinha na lista de prioridades, é o que depreende pela entrevista de um político. “Os candidatos devem, na falta de cultura, saber disfarçar bem, e eu, modéstia à parte, sei”, afirma ele, orgulhoso. Daí nota Davids, “cultura e responsabilidade foram critérios apontados em propaganda de candidatos do PR, partido com representantes maçons, e, segundo alguns, foi por isso que eles não ganharam”.

Ao relatar procedimentos eleitorais do início da década de 1960, a autora chama à atenção o uso recorrente do ambíguo discurso que tenta somar tradição com mudança. Ao mesmo tempo em que os candidatos enfatizam representar a tradição conservadora, apregoam a necessidade de mudanças, alimentando as expectativas por implantação de novas indústrias para geração de emprego e valorização imobiliária.

A idéia de "renovação" naquele momento é carro-chefe dos discursos, quando se apregoava "renovação administrativa e idealista", "renovação radical" e "renovação pela juventude". Ressalta a socióloga, "as diferentes concepções de "renovação" prendiam-se igualmente à idéia de "renovar homens no poder" como meio de renovar a administração, impulsionar a indústria, comércio etc., não significando mudança estrutural, mas simplesmente a alternância de grupos no centro de decisões políticas".

Dentro deste item cabem ainda os depoimentos de dois políticos daquele momento. Um deles, embora sua origem seja das mais humildes, reconhece a força dos componentes tradicionais na estrutura eleitoral e explica como a eles se adaptou, alinhando que, "eleição no interior é muito engraçado, a gente fala uma coisa e está fazendo outra; eu já não falo nada, faço campanha pessoal, arranjo emprego, faço promessa, dou camisa de futebol, bola, danço com preta e coroei rainha. Todos têm interesses baixos, é muito difícil haver sinceridade de propósitos". Outra perspectiva é a do profissional liberal que, não se dispondo a comprar votos nem a fazer campanha nos moldes tradicionais, se queixa. "Os votos que recebi são de gente esclarecida. Esclarecimento não há no povo porque o povo não está à altura de o receber. O povo sempre escolhe o pior porque é enganado em praça pública e isto é em âmbito nacional", finaliza.

O expurgo histórico a que foi submetida a memória local sobre como tenha ocorrido no município a ruptura da ordem institucional pelo Golpe de 1964, fica em condições de ser superado em muitos aspectos através dos registros apresentados por Neusa Costa Davids. Seu trabalho relata episódios vividos junto à Câmara Municipal, passíveis de resgate.

Consolidado o golpe, já no dia primeiro de abril foi convocada sessão extraordinária para "tomada de posição em consonância às gloriosas tradições de defesa dos postulados democráticos", como dizia o presidente abrindo a sessão.

Ali se decidiu pelo envio de "Moção Democrática" ao Comando Revolucionário, assinado pelos presentes, excluindo-se dois vereadores que ainda reconheciam, àquela altura, o senhor João Goulart como presidente do Brasil e, por fidelidade partidária não assinaram.

As pressões efetivas sobre a Câmara, inclusive a presença de autoridade policial, seriam mais tarde invocadas para justificar o rumo que tomaram os trabalhos. "Apesar da veracidade de tais pressões, a posição tomada significou a exclusão de elementos distintos do jogo de interesses dos grupos dominantes", avalia a cientista social. "Houve precipitação das decisões tomadas", teriam se lamentado mais tarde alguns vereadores.

Segundo o relato, na sessão de 11 de abril de 1964 um vereador, logo na abertura dos trabalhos, renuncia ao mandato. Outro apresenta Projeto de Resolução cassando o mandato de um membro da Casa. O restante dos vereadores se dispõe ao voto favorável à resolução desde que se incluam outras cassações: o mandato de mais um vereador, 17 suplências (dos partidos PTB, PR e PSB), perfazendo o total de 19 elementos atingidos sob a discriminação de "agitadores comunistas".

A seguir, na mesma sessão, pede-se regime de urgência para a tramitação do processo, o que foi concedido e convocada sessão extraordinária para aquele fim, logo após o encerramento dos trabalhos.

O projeto foi aprovado por unanimidade e justificado nos dias que se seguiram como "em consonância com a situação nacional, cassando mandatos de vereadores comunistas ou indigitados como participantes de atividades contrárias aos princípios democráticos".

O curso dos acontecimentos demonstrou ser precipitada a justificativa apresentada para a cassação dos mandatos. Arrefecidos os ânimos, a alegada periculosidade dos atingidos foi decaindo. Se antes todos eram "contumazes agitadores comunistas", passaram alguns a serem encarados como "rapazes idealistas".

Passado um ano do ocorrido, alguns vereadores manifestaram-se favoravelmente à anulação dos efeitos da decisão anterior. O requerimento para tanto afirma que as acusações em que se basearam as cassações eram improcedentes. A tentativa, contudo, revelou-se infrutífera. Outro grupo de vereadores requereu à Mesa que se desse conhecimento da iniciativa às autoridades militares e policiais tendo em vista a "marcha da subversão e contra-revolução em nossa cidade". A situação não foi revertida. A reabilitação histórica dos atingidos, aos moldes do que ocorreu na esfera nacional de diferentes formas, até hoje não aconteceu.

**02 - RELAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS PARA AS PRIMEIRAS
LETRAS EM RIO CLARO NO SÉCULO XIX.**

1845 - Tito Correa de Mello

1850 - Thomaz Carlos Molina
Escrivão de órfãos em 1873

1850 - Maria do Prado Leme e Silva
Primeira cadeira
Rua do Comércio - Avenida Um

1850 - Vigário Antonio Sérvulo de Andrade Aguiar

1856 - José Florêncio da Silva

1859 - Antonio Pio de Camargo Bittencourt
Aulas de francês e latim

1860 - Joaquim Inácio de Toledo

1861 - Aureliano Pedro Alexandrino Soares

1864 - Júlio Augusto de Paula Eduardo
Primeira Cadeira Masculina
Rua de São João - Rua Seis

1870 - Januária Hortência de Sá Cortez
Segunda Cadeira Feminina
Rua de São João - Rua Seis

1871 - Francisca Augusta Cortez Ramalho
Primeira Cadeira Feminina
Rua de São João - Rua Seis

1871 - Alfredo da Silva Delduque
Segunda Cadeira Masculina
Rua de São João - Rua Seis

1871 - Theófilo de Toledo Machado
Professor interino de Primeira Cadeira

1873 - Bárbara Eufrozina da Paixão
Segunda Cadeira Feminina

1875 - Jacyntho Frederico Moreira
Cadeira Masculina de Santa Cruz

1875 - Januária Cândida Moreira
Cadeira Feminina de Santa Cruz

1876 - Francisco Solano Ferreira Gonçalves
Terceira Cadeira Masculina

1878 - João Theodoro Souza Leão
Terceira Cadeira Masculina
Fundador do Gabinete de Leitura em 1876

1883 - João Batista Ferreira da Cunha
Quarta Cadeira
Normalista

1883 - Padre Flaminio Alvares Machado de Vasconcellos
Em Rio Claro desde 1861
Aulas no Gabinete de Leitura

1884 - Arthur Vital de Oliveira
Professor substituto

1884 - Maria Augusta de Jesus Sá
Segunda e Quarta cadeiras
Normalista com o curso incompleto

1886 - Bento Ezequiel Saes
Terceira Cadeira
Cursou o Normal entre 1886 e 1889

1886 - Pedro José da Silva
Segunda Cadeira - Substituto

1886 - Ernesto Lopes da Silva
Primeira Cadeira

1886 - Benedito Pereira de Araújo
Professor substituto

1886 - Maria Cândida da Motta Leite
Terceira Cadeira

1887 - Francisco Januário Quadros

1887 - Cândida Augusta de Sá

Professora substituta

1888 - Basilissa Fernandes de Oliveira

1890 - Leopoldina de Almeida Ramalho

1890 - Francisca de Alcântara

1892 - João von Atzingen
Primeira Cadeira
Normalista e diretor em comissão em 1900

1893 - Izabel von Atzingen
Cadeira em Santa Cruz

1895 - Arthur Fontes
Professor provisório

1896 - Escolas Reunidas de Rio Claro
Rua Dois, esquina com a Avenida Dois

1900 - Primeiro Grupo Escolar
Coronel Joaquim Salles
Avenida Cinco, esquina com Rua Sete

1908 - Grupo Escolar Barão de Piracicaba
Rua Dois antigos números Três e Cinco
Hoje, no local, o Círculo Operário Cristão
A escola está na Rua Oito com Avenida 32

1911 - Segundo Grupo Escolar
Coronel Marcello Schmidt

1925 - Terceiro Grupo Escolar
Irineu Penteado (Capitão)

03 - RELAÇÃO DE AULAS PARTICULARES EM RIO CLARO NO SÉCULO XIX

1854 - Manoel Antunes de Alvarenga
Primeiras Letras
Escrivão da Coletoria em 1873 e zelador do cemitério

1857 - Joaquim de Azevedo David
Primeiras Letras

1858 - Luís Ladislau de Toledo Dantas
Na escola de Azevedo David

1858 - José Baptista Hisler
Na escola de Azevedo David

1862 - José Fernandes de Oliveira
Diretor da escola Santa Cruz

1863 - Joaquim Gomes da Silva Primeiras Letras

1864 - Manoel Antonio de Souza

1866 - Manoel Rois do Nascimento Pinto

1869 - Alfredo Silveira da Mota
Diretor do Colégio São João
Rua Municipal - Avenida Dois

1870 - Adolpho Pause
Aulas de Francês e Alemão

1870 - Jorge Diogo Gould
Registro de interesse em abrir escola

1870 - Romualdo Augusto de Oliveira
Rua da Cadeia - Rua Cinco

1871 - Jesuíno da Silva Mello
Escola diurna e noturna
Rua Municipal - Avenida Dois

1871 - Maria Cândida da Motta
Diretora do Colégio São João

Rua Municipal - Avenida Dois

1872 - Alberto E. Benys
Colégio Anglo-Brasileiro

1872 - Eduardo Bohn
Primeiras Letras e Alemão
Rua do Comércio - Avenida Um
Vereador provisório em 1891

1872 - José Ribeiro Guimarães
Primeiras Letras

1873 - João Fernandes Dagama
Escola Americana
Rua da Santa Cruz - Rua Oito

1873 - Antonio Gomes de Escobar

1873 - Um liceu em Rio Claro

1873 - Joaquim Bartholomeu de Carvalho
Rua Alegre - Avenida Cinco
Escrivão do Juiz de Paz

1873 - Francisco Vilella de Paulo Machado
Colégio São João
Avenida Dois

1873 - Ignez de Castro
Rua Formosa - Rua Quatro

1873 - Maria Guilet Bohn
Rua do Comércio - Avenida Um

1882 - João Theodoro de Souza Leão
Externato de São João

1882 - Escola Alemã

1887 - Dionysio Caio da Fonseca
Colégio Boa Esperança
Aula noturna de Primeiras Letras e Religião no Gabinete de Leitura, pelo padre
Flaminio

1887 - Colégio Carlos de Carvalho
Mantido pelo próprio

Avenida Um entre Ruas Oito e Nove

1888 - Colégio Sant'Ana

1888 - Colégio Rio-Clareense
Carlos de Carvalho, Dionysio Caio e João Aranha Jr.

1890 - Colégio Três Irmãos
Cônego João Evangelista Braga e seus irmãos Vivaldo
Teixeira Braga e Libero Teixeira Braga

Oscar de Arruda Penteadado, em *Miscelânea*, faz referências, sem precisar a citação, das escolas particulares de Amélia Knight, Júlia Diniz, Tereza de Arruda Ferraz e Guilherme Jahn, da Escola Alemã.

Menciona também o Instituto de Ciências e Letras de Rio Claro, de 1906, sob a direção do Rev. João Francisco da Cruz e com o professor de Geografia e Juiz de Direito Achilles de Oliveira Ribeiro. Este foi provedor da Santa Casa e Presidente da Philarmônica.

Penteadado faz referências à Escola Azevedo, tudo indicando ser de Joaquim de Azevedo David, na qual no início dos anos 1880 estudaram Joaquim Ribeiro dos Santos e Carlos de Carvalho. E, finalmente, cita o curso particular do professor João Aranha Corrêa de Camargo Júnior, cunhado de Américo Brasiliense e o Internato e Externato Leão Brasil do Professor Leão Brasil.

Já Silvino da Silva, estudante no Koelle no início do século XX, fala em sua biografia da existência à época do Colégio Brasil (Leão Brasil ?) e da escola primária particular de Dona Bernardina, todos contemporâneos do Grupo Escolar, original de 1900.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

01. FERRAZ, José Romeu, História de Rio Claro.
02. Ibid.
03. RIO CLARO, Sesquicentenária.
04. Ibid.
05. RIO CLARO, Câmara Municipal. Atas das sessões de 1845. Arquivo Público Municipal de Rio Claro.
06. DONATO, Hernani. Achegas para a História de Botucatu.
07. Ibid.
08. RIBEIRO, Boanerges. Protestantismo e Cultura Brasileira. FERREIRA, Júlio Andrade. História da Igreja Presbiteriana do Brasil.
09. Ibid.
10. Ibid.
11. LESSA, Vicente Temudo. Apud. FERREIRA, Júlio Andrade. História da Igreja Presbiteriana do Brasil.
12. RIBEIRO, Boanerges. Protestantismo e Cultura Brasileira.
13. Ibid.
14. FERREIRA, Júlio Andrade. História da Igreja Presbiteriana do Brasil.
15. Ibid. Profeta da Unidade - Erasmo Braga.
16. Apud. Ibid.
17. Ibid.
18. PEZZOTTI, Januário Sylvio. A Estrela do Rio Claro. Rio Claro (SP): artigo, Jornal Cidade, 9 de setembro de 1991.
19. Ibid.

20. CARVALHO, Olavo de. O Jardim das Aflições.
21. Ibid.
22. Ibid.
23. Ibid.
24. Ibid.
25. WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.
26. DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura.
27. CARVALHO, Olavo de. O Jardim das Aflições.
28. Ibid.
29. SANT'ANA, José Roberto. A Maçonaria na Terra de São João. Rio Claro (SP): artigo, Jornal Cidade, 24 de junho de 1999.
30. FORJAZ, Djalma. O Senador Vergueiro - sua vida e sua obra.
31. SOUZA, Octavio Tarquinio de. História dos Fundadores do Império do Brasil.
32. WERNET, Augustin. Sociedades Políticas (1831).
33. Ibid.
34. Rio Claro Sesquicentenária.
35. CASTELLANI, José. PRP - Partido Maçônico?. São Paulo (SP): artigo, revista A Verdade, julho/agosto, 1988.
36. DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. Rio Claro e o Café: desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900).
37. SANT'ANA, José Roberto. A Maçonaria na Terra de São João. Rio Claro (SP): artigo, Jornal Cidade, 24 de junho de 1999.
38. PENTEADO, Oscar de Arruda. Miscelânea.
39. RIBEIRO, Boanerges. Protestantismo e Cultura Brasileira - aspectos culturais da implantação do protestantismo no Brasil.
40. FERREIRA, Júlio Andrade. História da Igreja Presbiteriana do Brasil.

41. CASTELLANI, José. PRP - Partido Maçônico?. São Paulo: artigo, revista A Verdade, julho/agosto, 1988.
42. FAGUNDES, m. Calvet. Maçonaria: espírito e realidade.
43. ASLAN, Nicola. História da Maçonaria: cronologia - documentos.
44. Ibid.
45. Enciclopédia Barsa, verbete Maçonaria.
46. CARTES, Osmar. As portas solsticiais. São Paulo (SP) artigo para a revista A Verdade, julho/agosto.
47. CHAGAS, J. Campos. 100 Anos de Maçonaria - 95 anos da Estrela do Rio Claro. Discurso solene, 1990.
48. ABIFF, Hiram. Maçonaria. Rio Claro (SP), artigo, Jornal de Rio Claro, 9 de dezembro de 1997.
49. MOLINA, Thomas Carlos de. Almanak de São João do Rio Claro para 1873.
50. SANT'ANA, José Roberto. Maçonaria: o bom e livre é o que honra a instituição. Rio Claro (SP), artigo, Jornal Cidade, 24 de maio de 1996.
51. A Grande Batalha. Rio Claro (SP), circular, maio de 1996.
52. Comunicado. Rio Claro (SP), edital, Jornal de Rio Claro, 27 de outubro de 1998.
53. Esclarecimento. Rio Claro (SP), edital, Jornal Cidade, 27 de outubro de 1998.
54. PILETI, Nelson. Considerações Históricas. In: PILETI, Nelson. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau.
55. OLIVEIRA, Maria C. Marins. O Ensino Primário na Província do Paraná (1853-1889).
56. Ibid.
57. BEAULIEU, G e outros. Educação Brasileira e Colégio de Padres.
58. PILETI, Nelson. Considerações Históricas. In: PILETI, Nelson. Estrutura e funcionamento do ensino de 2º Grau.

59. Ibid.
60. KUBO, Elvira M. A Legislação e a Instrução Pública de Primeiras Letras.
61. Ibid.
62. Ata da Câmara Municipal de Rio Claro, 5, outubro, 1893.
63. Inventário Analítico do Arquivo Público Municipal.
64. Ibid.
65. ROMANELI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930-1973).
66. BEAULIEU, G e outros. Educação Brasileira de Colégio de Padres.
67. Ibid.
68. Apud. ROMANELI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930-1973).
69. BEAULIEU, G e outros. Educação Brasileira de Colégio de Padres.
70. RIBEIRO, Boanerges. Protestantismo e Cultura Brasileira.
71. BEAULIEU, G e outros. Educação Brasileira de Colégio de Padres.
72. Ibid.
73. Apud. RIBEIRO, Boanerges. Protestantismo e Cultura Brasileira.
74. BOTTI, PE, Francisco. Apud. LEONILDA (Irmã). Relatório: Promessa é Dívida.
75. REDHER, Maria Luiza Schmidt - Depoimento.
76. Homenagem ao 1º Centenário do Ensino Normal no Estado de São Paulo. Escola Normal Livre do Puríssimo Coração de Maria.
77. Ibid.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Nelson Martins de. Álbum de Rio Claro. Rio Claro: Estabelecimento Gráfico Pantaleão, 1951.

ASLAN, Nicola. História da Maçonaria: cronologia - documentos. Rio de Janeiro: Editora Espiritualista, 1959.

Atas do Primeiro Grupo Escolar "Coronel Joaquim Salles". Rio Claro, 1900.

BARBANTI, Maria Lúcia S. Escolas Americanas de Confissão Protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens. São Paulo: USP, 1977, Dissertação de mestrado.

BARROSO, Gustavo. História Secreta do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

BASTOS, Octaviano de Menezes. Pequena Enciclopédia Maçônica. São Paulo: Editora Jornal, 1952.

BEAULIEU, O., CHARBONNEAU, PE., MARTINS L. Arrobas, Educação Brasileira e Colégio de Padres. São Paulo: Herder, 1966.

DONATO, Hernani. Achegas para a História de Botucatu. Comemorativo dos 130 anos da fundação da cidade - reescrita 3ª edição. Botucatu (SP): Banco Sudameris do Brasil e Prefeitura Municipal de Botucatu, 1985.

CAMPOS, Zulmiro Ferraz de. Centenário de Rio Claro. Rio Claro: Typ. Conrado, 1929.

CHAGAS, J. Campos. 100 anos de Maçonaria - 95 anos da Estrela do Rio Claro. Discurso solene, 1990.

DAVATZ, Thomas. Memórias de um Colono no Brasil (1850). Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

DAVIDS, Neusa Costa. Poder Local: aparência e realidade. Rio Claro: Fafi, 1968. Tese de doutoramento à cadeira de Ciência Política da Faculdade de Campinas.

DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura. Tradução de Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. Rio Claro e o Café: desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900). Rio Claro: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1973.

ECO, Umberto. Como Fazer uma Tese - em ciências humanas. Lisboa Editorial Presença, 1977 .

FAGUNDES, M. Calvet. Maçonaria: espírito e realidade. Rio de Janeiro: Aurora, 1982.

FERRAZ, José Romeu. História de Rio Claro (a sua vida, os seus costumes e os seus homens). São Paulo: Typ. Hennier Irmãos, 1922.

FERREIRA, Júlio Andrade. História da Igreja Presbiteriana do Brasil. Em comemoração ao seu primeiro centenário. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1959, dois volumes, pp 579.

FERREIRA, Júlio Andrade. Profeta da Unidade - Erasmo Braga - uma vida a descoberto. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

FORJAZ, Djalma. O Senador Vergueiro - sua vida e sua obra. São Paulo: Oficinas do Diário Oficial, 1924.

GOLDMAN, Frank P. Os Pioneiros Americanos no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1972.

Inventário Analítico do Arquivo Municipal de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteado". Documentos sobre Rio Claro existentes no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Série Instrução Pública. Ofícios (1845-1896).

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. O Ensino Secundário no Império Brasileiro. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

KOELLE, Christine. Ginásio Koelle, Rio Claro - em comemoração do 50º aniversário do Sínodo Evangélico do Brasil Central realizado em 28-30 de junho de 1912. São Paulo, 1962.

KOELLE, Theodor. História da Igreja Evangélica Alemã. Depoimentos pessoais. Sem data.

KUBO, Elvira M. A Legislação e a Instrução Pública de Primeiras Letras - na quinta comarca da Província de São Paulo. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná - Secretaria do Estado de Cultura e do Esporte, 1986.

LEONILDA (irmã). Relatório: Promessa é Dívida. Diário do Rio Claro. Rio Claro: 14, maio, 1978.

LESSA, Renato. A Invenção Republicana. Rio de Janeiro: Edições Vértice e Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

MASIL, Curtis. O que é Maçonaria. São Paulo: TecnoPrint, 1986.

MOLINA, Thomas Carlos de. Almanak de São João do Rio Claro para 1873. Campinas, José Maria Lisboa: Typ. Gazeta de Campinas, 1872.

OLIVEIRA, M. C. Marins. O Ensino Primário na Província do Paraná (1853-1889). Curitiba Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

Para Lembrar Sobre a Fundação do Puríssimo. Cidade de Rio Claro. Rio Claro, 30, abril, 1989.

Homenagem ao 1º Centenário do Ensino Normal no Estado de São Paulo. "Escola normal livre do Puríssimo Coração de Maria". Rio Claro, 1946.

PENTEADO, Oscar de Arruda. Miscelânea. Piracicaba: Skekinah, 1984.

PENTEADO, Oscar de Arruda. Rabiscos. Rio Claro: Arquivo Público Municipal de Rio Claro, 1988.

PENTEADO, Oscar de Arruda. Vultos da História Rio-Clarense (Resumos bibliográficos). Piracicaba: Ed. Franciscana, 1982.

PILETI, Nelson. Considerações Históricas. In: PILETI, Nelson. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau. São Paulo: Ática.

Programa do Externato do Puríssimo Coração de Maria. O Alpha. Rio Claro: junho, 1909.

BOANERGES, Ribeiro. O Padre Protestante. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1950.

RIBEIRO, Boanerges. Protestantismo e Cultura Brasileira. Aspectos culturais da implantação do protestantismo no Brasil. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

RIBEIRO, Boanerges. Protestantismo no Brasil Monárquico, 1822-1888: aspectos culturais de aceitação do protestantismo no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1973.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. História da Educação Brasileira. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

CÂMARA MUNICIPAL. Atas das sessões de 1893 a 1904. Arquivo Público Municipal de Rio Claro.

Leis Municipais para a Educação no Período de 1905-1960. Rio Claro: Arquivo Público Municipal.

Rio Claro sesquicentenária. Rio Claro: Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga". Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 1978.

Produção nos Municípios Brasileiros - estudo de factores - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

ROMANELI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930-1973). Petrópolis: Vozes, 1990.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia - elementos de metodologia do trabalho científico. Belo Horizonte - MG: Interlivros, 1972.

SANT'ANA, José Roberto. A Educação em Rio Claro no Século XIX: apontamentos históricos do ensino elementar no antigo Oeste Paulista. Rio Claro: Unesp, 1993. Monografia de graduação.

SCHEINER, Frederico. Igreja evangélica de confissão luterana no Brasil - meu trabalho de leigo. Dados pessoais. Santo André, 1990.

SCHENEIDER, J. Realidade Brasileira - estudo de problemas brasileiros. Porto Alegre - RS: Sulina, 1988.

SIMONTON, Ashbel Green. Diário, 1852 - 1867. Tradução de D. R. de Moraes Barros. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1982.

SOUZA, Octavio Tarquinio de Souza. História dos Fundadores do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1957.

WEHMUTH, Suzana B. Presença de Imigrantes Alemães em Rio Claro. Rio Claro: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sem data.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo, 2001.

WERNET, Augustin. Sociedades Políticas (1831). São Paulo: Ed. Cultrix, 1978.